

BIANCA DA COSTA MAIA LOPES

Popularizar ou perecer:
a potencialidade informacional dos arquivos na internet

Dissertação de Mestrado
Fevereiro de 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

BIANCA DA COSTA MAIA LOPES

Popularizar ou perecer: a potencialidade informacional dos arquivos na internet

RIO DE JANEIRO

2018

BIANCA DA COSTA MAIA LOPES

Popularizar ou perecer: a potencialidade informacional dos arquivos na internet

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

RIO DE JANEIRO

2018

CIP - Catalogação na Publicação

L864p Lopes, Bianca da Costa Maia
Popularizar ou perecer: a potencialidade
informacional dos arquivos na internet / Bianca da
Costa Maia Lopes. -- Rio de Janeiro, 2018.
144 f.

Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
2018.

1. Divulgação científica. 2. Difusão arquivística.
3. Popularização dos arquivos. 4.
Interdisciplinaridade. I. Pinheiro, Lena Vania
Ribeiro, orient. II. Título.

BIANCA DA COSTA MAIA LOPES

Popularizar ou perecer: a potencialidade informacional dos arquivos na internet

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2018.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro (Orientadora)
PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ

Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra
PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ

Profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico
UNIRIO

AGRADECIMENTOS

O amadurecimento do processo criativo de uma dissertação pode ser um caminho angustiante sem o apoio de algumas pessoas para nos acompanhar neste sinuoso percurso, dentre as quais gostaria de registrar os meus agradecimentos:

À professora Dr^a. Lena Vania Ribeiro Pinheiro, pela orientação serena, segura e afetuosa, com quem eu aprendi os contornos e desafios da pesquisa científica, além de alguns “truques de feiticeira”, como aprendiz que sou. Sempre disposta a lançar palavras de confiança e incentivo, tornou-se estimada amiga. Que nossas longas tardes de conversa no IBICT se estendam para além dos anos de convivência durante o período do mestrado.

Aos meus professores do curso de Arquivologia da UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFRJ, no IBICT, mestres que tiveram a generosidade de compartilhar um pouco de seu conhecimento.

Ao professor Dr. Eliezer Pires da Silva, pela confiança e incentivo a seguir a carreira acadêmica, pela oportunidade de participar de seu projeto de iniciação científica, e por todo o apoio durante minha trajetória como graduanda em Arquivologia da UNIRIO e parcerias em publicações.

Aos membros da banca, que prontamente aceitaram o convite para a participação nesta banca.

Ao CNPq, pela bolsa de auxílio financeiro concedida e mantida durante o período de vigência do mestrado, em meio ao drástico cenário nacional de cortes orçamentários na área de ciência e tecnologia.

Às queridas amigas “leviatânicas” do mestrado, Fernanda, Marcia, Monique e Michelle, pelos momentos de alegrias, angústias, inquietações e “centauros” compartilhados, mulheres incríveis que me inspiram com o frescor de seus pensamentos. Que essa feliz combinação prospere ainda mais nos próximos anos do doutorado.

Aos queridos amigos Claudia e Lucas, futuros arquivistas, e Analú, pelo apoio e amizade fundamentais para tornar essa jornada mais amena e divertida.

À minha família, pelo amor e carinho, por ser a essência: ao meu pai, Cesar, por acreditar que sou capaz de conquistar o mundo e me apoiar nesse percurso, à madrastra Patricia, pelas conversas tranquilizadoras e o estímulo para sempre seguir adiante, e à querida avó Maria da Conceição, a vó Maria, minha segunda mãe, pelo constante aprendizado sobre a vida.

À Marcela Duarte, pelo amor, amizade, companheirismo, paciência e compreensão em cada momento presente e ausente, por me fazer sorrir mesmo nos dias mais difíceis e, em especial, por me lembrar, incansavelmente, de respirar.

“Sapere aude.”
Horácio

“For small creatures such as we the vastness is bearable only through love.”
Carl Sagan

RESUMO

Análise qualitativa da relação epistêmica entre a difusão arquivística e suas possíveis interfaces com os processos de divulgação científica na abordagem da Ciência da Informação. À medida que a divulgação científica diz respeito a uma atividade com fins de tornar o conhecimento científico acessível e inteligível a um público não especializado ou leigo, teorias e práticas da Arquivologia apresentam a função de difusão como meio para o acesso ao conhecimento sobre os arquivos. Haveria um diálogo possível entre ambas? Como proposta metodológica, em uma primeira fase, a revisão bibliográfica consolidou o eixo teórico da investigação sobre os alicerces da Ciência da Informação, da divulgação científica e da Arquivologia. Em seguida, um levantamento exploratório permitiu a seleção de ações de difusão praticadas nos portais eletrônicos de duas instituições arquivísticas: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Nacional do Brasil. A verificação do campo empírico envolveu a realização de entrevistas com os produtores das ações de difusão de instituições arquivísticas selecionadas, sendo analisadas por meio da análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa podem contribuir para o fortalecimento das articulações interdisciplinares da Arquivologia com a Ciência da Informação e a divulgação científica, bem como estimular a aproximação das instituições arquivísticas com a sociedade, com vistas a uma comunicação mais popular e democrática dos arquivos através do ambiente digital da internet.

Palavras-chave: Popularização dos arquivos. Divulgação científica. Difusão arquivística. Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Interdisciplinaridade. Ciência da Informação.

ABSTRACT

Qualitative analysis of the epistemic relationship between archival diffusion and its possible interfaces with the processes of science popularization in the approach of the Information Science. As the science popularization refers to an activity with the purpose of making the scientific knowledge accessible and intelligible to a non-specialized or lay public, theories and practices of the Archival Science present the function of diffusion as a means for access to knowledge about the archives. Would there be a possible dialogue between both? As a methodological proposal, in a first phase, the bibliographical revision consolidated the theoretical axis of the investigation on the foundations of Information Science, of the science popularization and of the Archival Science. Then, an exploratory survey allowed the selection of diffusion actions practiced in the electronic portals of two archival institutions: the Public Archives of the State of São Paulo and the National Archives of Brazil. The verification of the empirical field occurred through interviews with the producers of the diffusion actions from selected archival institutions, being analyzed through content analysis. The research results may contribute to the strengthening of the interdisciplinary articulations between Archival Science and Information Science and science popularization, as well as stimulate the approach of the archival institutions with the society, leading to a more popular and democratic communication of the archives through the digital environment of the internet.

Keywords: Popularization of archives. Science popularization. Archival diffusion. Information and Communication Technologies (ICT). Interdisciplinarity. Information Science.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Relação de entrevistados desta pesquisa	31
Quadro 2 –	Sequência de passos previstos no método de análise de conteúdo	33
Quadro 3 –	Percurso metodológico detalhado	33
Quadro 4 –	Variação terminológica do termo divulgação científica por país	72
Quadro 5 –	Principais marcos da institucionalização do campo arquivístico no Brasil na década de 1970	81
Quadro 6 –	Pesquisa do termo “difusão” ao “outreach program” no “Multilingual Archival Terminology”	87
Quadro 7 –	Contextualização das entrevistas presenciais realizadas	96
Quadro 8 –	Conceitos de divulgação científica utilizados para a codificação	97
Quadro 9 –	Análise textual de trechos selecionados do áudio narrado no vídeo	115

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAB – Associação de Arquivistas Brasileiros
AN – Arquivo Nacional
ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
C&T – Ciência e Tecnologia
CADA – Comissão de Avaliação de Documentos de Acesso
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA – Congresso Brasileiro de Arquivologia
CDAP – Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa
CIA – Conselho Internacional de Arquivos
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPED – Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo
COPRA – Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo
Conarq – Conselho Nacional de Arquivos
CPA – Curso Permanente de Arquivos
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DEOPS-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DGP – Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil
DGSAESP – Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo
DIBRATE – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DPDA – Departamento de Preservação e Difusão do Acervo
ECO – Escola de Comunicação
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
ISAD(G) – General International Standard Archival Description
LAI – Lei de Acesso à Informação
MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública
NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

PPGARQ – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
RAMP – Records and Archives Management Programme
SAESP – Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAM – Universidade Nacional Autónoma do México
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Representação sinótica da delimitação da pesquisa	25
Figura 2 –	Recorte do campo empírico	31
Figura 3 –	Captura de tela do portal eletrônico do vídeo “Gestão Documental e Acesso à Informação”	38
Figura 4 –	Captura de tela do portal eletrônico de exposições virtuais do APESP	39
Figura 5 –	Captura de tela do portal eletrônico do SIAN	41
Figura 6 –	Captura de tela do portal eletrônico das exposições virtuais do AN.....	42
Figura 7 –	Detalhe de captura de tela da página principal do portal eletrônico do AN	103
Figura 8 –	Captura de tela da <i>playlist</i> “Tutoriais do SIAN”	103
Figura 9 –	Captura de tela da <i>playlist</i> “Exposições”	107
Figura 10 –	Captura de tela da exposição “Em nome d'El Rey”	112

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	21
1.2	OBJETIVOS	26
1.3	PERCURSO METODOLÓGICO	26
1.4	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO	34
1.4.1	Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)	35
1.4.2	Arquivo Nacional do Brasil (AN)	39
2	UM TRIPÉ INFORMACIONAL: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E ARQUIVOLOGIA	43
2.1	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E USOS DA INFORMAÇÃO	43
2.2	A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: “POPULARIZAR OU PERECER”	55
2.2.1	Preâmbulo da divulgação científica	56
2.2.2	Conceitos de divulgação científica	65
2.3	A ARQUIVOLOGIA: UMA CIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO	76
2.3.1	A dimensão científica da Arquivologia	78
2.3.2	A institucionalização do campo arquivístico brasileiro	80
2.3.3	A disseminação do conhecimento arquivístico	82
2.3.4	A difusão do conhecimento arquivístico	86
3	POPULARIZAR É PRECISO: EM BUSCA DE AÇÕES DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NOS ARQUIVOS.....	96
3.1	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (A1)	98
3.2	EXPOSIÇÕES VIRTUAIS DO AN (A2)	104
3.3	EXPOSIÇÕES VIRTUAIS DO APESP (A3)	108
3.4	VÍDEO “GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO” DO APESP (A4)	113
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	128
	APÊNDICE B – Entrevista com Ana María Sánchez Mora	129
	APÊNDICE C – Codificação das entrevistas	132
	APÊNDICE D – Compilação dos resultados das categorias analisadas	140
	APÊNDICE E – Transcrição do áudio narrado no vídeo selecionado (APESP)	141
	ANEXOS	143

1 INTRODUÇÃO

If you have knowledge, let others light their candles in it.

Margaret Fuller

Minha trajetória acadêmica e profissional nem sempre correspondeu ao interesse particular pela área de Ciências Sociais Aplicadas, mas pelas ciências, em sua amplitude. Ao longo do período de formação pré-universitária, recordo-me bem do fascínio pela taxonomia dos seres vivos e pela estrutura das células, assim como o entusiasmo pelos estudos sobre a composição do átomo e a reatividade dos elementos químicos. Os mistérios da natureza incessantemente me intrigavam e ainda têm esse efeito sobre mim. Ao mesmo tempo, o encantamento pela história das civilizações, pelas tecnologias da linguagem e pelas artes, de maneira geral, trouxe à baila a iminência da escolha de um caminho universitário a seguir. Afinal, por qual perspectiva me apeteceria mais conhecer o mundo? Entre a Medicina e a Comunicação Social, optei pela última, sem ressentimentos.

Na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), a formação acadêmica em Comunicação Social apresentou-me o desafio de lidar com toda a sorte de eventos socioculturais como objeto de estudo, o que abarcava fenômenos amalgamados por diferentes tipos de saberes, como o científico, o senso comum e o pensamento religioso. Embora muito diferentes, notava uma relação de continuidade entre estes, por se ocuparem dos mesmos objetos da realidade humana. Durante os anos em que atuei nessa área, ocupei-me de produções audiovisuais e cinematográficas, em especial.

Em 2010, após a realização de concurso público, ingressei como servidora pública do Estado do Rio de Janeiro, sendo designada para trabalhar como responsável pela gestão de documentos do Rioprevidência, o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro. Dediquei-me, assim, durante sete anos, a conhecer e aprender conhecimentos sobre a administração pública e a gestão de documentos, especificamente, a fim de replicá-los aos demais colegas da instituição: vários foram os treinamentos, palestras, cursos e leituras. No entanto, essas experiências de aprendizado não se harmonizavam completamente à prática profissional, em que pesem os obstáculos encontrados à capacitação de servidores para a aplicação da gestão documental. É nesse cenário que pontuo um primeiro contato com aspectos de divulgação científica.

Ao ministrar uma série de treinamentos organizacionais sobre a gestão de documentos pude constatar dois fatos: os princípios teóricos que embasavam o macroprocesso da gestão

de documentos decorriam da Arquivologia e de seus métodos, e a diferença entre os tipos de público que formavam a audiência desses treinamentos influenciava a forma como deviam ser elaborados e apresentados. Nesse sentido, percebi com clareza a importância de reacomodar os conhecimentos apreendidos em cursos de extensão, legislações, manuais técnicos e publicações científicas, conforme a audiência a ser capacitada. Jargões e termos técnicos seriam apenas ruídos para uma transmissão efetiva da mensagem naquele contexto. Como me comunicar com tão diversos públicos? Eram evidentes os indícios de uma perspectiva comunicacional desses treinamentos.

Sobretudo, faltava-me certo grau de embasamento teórico para motivar os processos decisórios pelos quais me responsabilizava como gestora. Os cursos extensivos cumpriam um papel basilar, técnico, mas o respaldo científico para a gestão de documentos estava na academia. No intuito de preencher essa lacuna, priorizei a busca pela fundamentação teórica do “saber” arquivístico para, então, promover interlocuções com o seu “fazer”.

Em 2015, ingressei no curso de graduação de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Prontamente, me interessei em participar de um projeto de iniciação científica: dentre as muitas inquietações que tive à época, restou clara a certeza de que a pesquisa seria o caminho para atenuá-las, quiçá torná-las ainda maiores. Foi através da Arquivologia, acima de tudo, que me aproximei da Ciência da Informação, por diferentes motivos: parte significativa da literatura arquivística estabelece diálogos com a Ciência da Informação; tal qual esta ciência, a Arquivologia também assume sua natureza interdisciplinar; e significativa parte dos professores de Arquivologia tem formação de pós-graduação concluída ou em andamento em Ciência da Informação.

Cogitei participar do processo seletivo para o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), oferecido pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a UFRJ. A leitura dos textos recomendados para a seleção ofereceu um vasto panorama de perspectivas dessa ciência, indicando a fertilidade de seu terreno teórico. Ao esboçar a redação de um possível projeto para este processo seletivo, investiguei as temáticas dos docentes da linha de pesquisa que me interessava, intitulada “Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento”. Dentre muitos professores, deparei-me com o nome da professora Lena Vania Ribeiro Pinheiro, cujas temáticas de pesquisa envolviam a comunicação e a divulgação científicas, dentre outras.

Ainda incerta quanto ao enquadramento do meu objeto de pesquisa nessa “nova” área, agendei um encontro com a referida professora para dialogar sobre o meu interesse particular pela divulgação científica. O resultado imediato de nossa conversa foi um convite para participar como ouvinte da disciplina “Comunicação Científica”, oferecida pelo PPGCI da UFRJ, a qual estava ministrando ao longo do segundo semestre de 2015. Ao participar da disciplina, que voltava uma parte sua à divulgação científica, tive contato com diversos autores e abordagens que me asseguraram a existência de espaço na Ciência da Informação para a investigação pretendida.

Em 2016, ingressei como aluna do mestrado acadêmico em Ciência da Informação desse Programa, em 2016, do qual sou bolsista CNPq. A partir daquele afortunado encontro, o entrelaçamento harmônico dos laços teóricos e afetivos com a professora Lena Vania Pinheiro concorreu para que viesse a se tornar minha orientadora.

Originalmente, apresentei à banca do processo de seleção um plano de estudo cuja proposta consistia em analisar recursos discursivos da divulgação científica no ciberespaço, tomando como principal objeto para empreender essa análise os canais eletrônicos disponíveis *online*. Tão logo tive contato com a bibliografia do curso, compreendi a amplitude dessa proposta inicial, dada a brevidade do tempo para a conclusão do mestrado e minha assumida pouca experiência quanto à elaboração de um plano de estudo. Dessa forma, optei pela sua reformulação, com o propósito de delimitar questões teóricas mais pontuais e viáveis para o curso de mestrado, segura de que a redução de escopo não implicaria uma perda qualitativa do resultado almejado. Assim, o redesenho do plano de estudo amparou-se na minha relação com os arquivos, os quais me são extremamente caros.

A nova proposta de pesquisa visa a analisar como os processos de divulgação científica podem estabelecer relações com a Arquivologia, considerando o uso das tecnologias digitais, a fim de reconhecer elementos daquela que contribuam para o campo arquivístico. Este enfoque permitiu acrescentar à pesquisa o papel social dos arquivos e os recursos da divulgação científica, orientada para a socialização do conhecimento, assim como os elos interdisciplinares entre as ciências da minha formação: Comunicação, Arquivologia e Ciência da Informação.

Nessa breve trajetória, destaco que os conhecimentos acumulados e, em constante atualização, a partir das três ciências citadas, convergem para a proposta da presente pesquisa. Digno de nota é que, conforme o último documento de área apresentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), referente ao ano de 2016, o nome

da área Ciências Sociais Aplicadas I é alterado para “Comunicação e Informação”. A nova roupagem da caracterização da área plasma o tripé informacional do meu percurso acadêmico, uma vez que a Arquivologia, nessa classificação, é enquadrada nos limites da Ciência da Informação.

Cursando a pós-graduação em Ciência da Informação simultaneamente à graduação em Arquivologia, pude constatar alguns aspectos teóricos que as aproximavam, como a natureza interdisciplinar de ambas, o estudo da informação e a relação com a Comunicação. Nessa direção, Fonseca (2005, p. 10) atenta para a percepção das relações interdisciplinares, acadêmicas e epistemológicas, entre a Arquivologia e a Ciência da Informação “na medida em que tais relações parecem óbvias, quando se identifica a informação como elemento central do conjunto de objetos de que ambas se ocupam”. Sobretudo, tal autora afirma que “as relações interdisciplinares com a ciência da informação se mostram mais fortes no cenário brasileiro do que no plano internacional” (FONSECA, 2005, p. 101), sugerindo ser esta uma característica da evolução da área arquivística no Brasil.

Tal percepção levou-me, inicialmente e como curiosidade, a refletir sobre a produção e difusão do conhecimento arquivístico, com a finalidade de compreender a comunicação científica da Arquivologia. Para Jardim (1998, p. 6), o patamar científico da Arquivologia só seria alcançado com investimentos estratégicos na pesquisa para a produção de conhecimento. Para tanto, o fazer arquivístico deveria plasmar o reconhecimento de paradigmas e parâmetros conceituais sob os quais atua. Cabe ressaltar que não há consenso no campo científico da Arquivologia quanto à sua natureza, fragilidade esta que suscita abordagens que a configura como área técnica, disciplina ou ciência. Partilho do entendimento de que a Arquivologia trata de uma ciência, ainda que em construção: a ciência dos arquivos. Dessa forma, para esta pesquisa, é pertinente adjetivar a comunicação realizada por essa área como científica.

Apesar do diálogo teórico entre Arquivologia e Comunicação pouco ser explorado pela literatura arquivística, muitos são os indícios que apontam para uma relação profícua entre ambas as ciências. De um lado, características afetas à trajetória epistemológico-histórica da Arquivologia como sua matriz historicista; sua proximidade à Administração, no contexto das duas grandes guerras mundiais; e a influência da Ciência da Informação, quando da emergência das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), incentivaram a comunidade arquivística a dedicar mais esforços teóricos na direção de compreender as relações interdisciplinares entre essas ciências. Por outro prisma, fora dos holofotes arquivísticos, a abordagem da Comunicação mostrava-se, recorrentemente, mais vinculada ao

marketing dos arquivos e do profissional arquivista do que ao processo comunicacional da ciência dos arquivos. Ao descobrir esse vácuo, busquei articular perspectivas teóricas para o aumento das reflexões sobre a comunicação e divulgação científicas da Arquivologia, corroborando a posição de Fonseca (2005, p. 99) sobre o “limitado uso da web como instrumento de comunicação e divulgação científica” pela comunidade arquivística.

Inversamente, no panorama da sociedade da informação, Noruzi (2008) destaca os benefícios mútuos das tecnologias contemporâneas e a popularização da ciência:

A popularização da ciência na sua forma eletrônica está estreitamente relacionada com o surgimento e o desenvolvimento da Web nos anos 1990... a popularização da ciência tornou-se mais e mais envolvida com a sociedade baseada na Web. Consequentemente, a Web se tornou um importante suporte técnico para a popularização da ciência (NORUZI, 2008, n.p.).

Considerando a complexidade do processo de construção do conhecimento científico, em que diferentes atores sociais interagem de modo a atribuir significado aos processos comunicativos, a reciprocidade da relação entre a geração e a compreensão das informações se torna parte da atividade de produção da ciência.

Nesse bojo, é possível observar que a proverbial torre de marfim erguida pela comunidade científica já não é mais a mesma. A expansão gradual de narrativas embasadas na ideia de que a academia deve se envolver mais com o meio não acadêmico, superando seus próprios muros, indica uma evidência dessa transformação. Por essa lógica, o envolvimento do campo científico com a sociedade constitui uma parte inextricável da construção das relações e delimitação das fronteiras entre a academia e a sociedade, permeadas por atributos do poder inerentes ao capital de autoridade dos atores implicados.

Tradicionalmente, as relações entre os membros da comunidade científica abarcam as ideias de consenso, autoridade e legitimidade, dentre outras. Os cientistas mais eminentes de uma área do conhecimento são mais propensos à apropriação e comunicação de seu discurso científico. Assim, há uma relação hierárquica entre a autoridade epistêmica de uma comunidade científica e os seus demais membros, legitimamente autorizados a promover certo discurso científico. Sobretudo, a legitimidade da ciência é vigorosamente relacionada à avaliação e ao reconhecimento pelos pares com prestígio na comunidade científica.

Por seu turno, a comunicabilidade de um campo científico para uma comunidade não científica consiste em aspecto central para a democratização da informação e da comunicação. A efetivação do acesso ao conhecimento científico ancora-se em contextos políticos, tecnológicos, sociais, porém, encontra na linguagem da ciência o seu principal estímulo para a

produção de significados. Se o tradicional mote da comunicação da ciência entre seus pares ficou conhecido por “publicar ou perecer”, as estruturas democráticas da sociedade contemporânea, potencializadas pelas TIC, motivam outra perspectiva de difusão do conhecimento científico: “popularizar ou perecer”.

Julgo imperativo refletir sobre as formas de difusão do conhecimento divulgado para a sociedade, visto que sua popularização não deve estimular uma transição da torre de marfim para outra, a de babel. Explico-me melhor. A divulgação do conhecimento científico em si não se trata de um elixir milagroso para a compreensão da ciência pelo amplo público, na medida em que depende de artefatos cognitivos para afetá-lo. Sobretudo, a linguagem da ciência voltada ao amplo público necessita tanto manter o registro fidedigno da cientificidade, como lançar mão de recursos para o caminho da inteligibilidade, em detrimento de um discurso babelizante.

Tal qual a ciência em sentido lato, os arquivos só fazem sentido quando comunicados para o amplo público que destes faz uso. As instituições arquivísticas precisam ser mais populares para que mais pessoas possam se apropriar do conhecimento que armazenam, compondo uma sociedade gradativamente mais crítica, plural e democrática. Dessa maneira, a comunicabilidade dos arquivos tem seu potencial ampliado a partir do aporte da divulgação científica.

Embora outras ciências sociais que também compartilham a informação como objeto de estudo tenham estabelecido pontos de ligação com a divulgação científica, a exemplo da Comunicação, há indícios de uma lacuna na Arquivologia em relação à sua abordagem. A área abarca como uma de suas funções a difusão arquivística, conforme mencionado, entretanto, sem relacioná-la à divulgação dos arquivos, nos termos conceituais da divulgação científica.

A relevância desta proposta de investigação encontra amparo na perspectiva de popularização do conhecimento científico, peculiar à divulgação da ciência, sendo a comunicação desta também estudada pela Ciência da Informação. Além do mais, observa-se o estabelecimento de pilares para uma convergência teórica entre a Ciência da Informação, a Comunicação e a Arquivologia. Dessa forma, a possibilidade de contribuir para socializar o conhecimento arquivístico, bem como reforçar os elos interdisciplinares entre essas três ciências vem a ser tarefa essencial, uma vez que a ampliação dos usos sociais dos arquivos é permeada por aspectos culturais, políticos, educacionais, pedagógicos e tecnológicos.

Sobretudo, do ponto de vista da prática social, a presente proposta se justifica em sua ligação direta à democracia, alicerce imprescindível das sociedades contemporâneas, além da crescente preocupação em relacionar a divulgação do conhecimento científico à dimensão da cidadania. Essa premissa alimenta a ideia de que um cidadão pleno é aquele que consegue articular as informações necessárias para atuar na *polis* moderna: uma democracia composta por cidadãos conscientes e responsáveis por suas decisões. Nesse sentimento difuso, a divulgação dos arquivos insinua um viés politizante e almeja a uma sociedade mais transparente, plural, e informada, cujo projeto seria o acesso e compreensão de todos ao conhecimento que, atualmente, poucos partilham.

A partir desse cenário, pensar a divulgação científica implica pensar como o conhecimento produzido pela ciência é apropriado pela sociedade, compreendendo a importância dos valores da cidadania em um regime de governo democrático, como o que vivemos. Muito além de prover acesso à informação, seu desvelamento para o cidadão comum vai ao encontro de um movimento de transparência, *accountability*¹ e empoderamento da sociedade. Se outrora o conhecimento circunscrevia-se ao espaço dos eruditos, dos sábios, do clero e dos especialistas em uma determinada ciência, vive-se hoje o frescor de tempos em que a ubiquidade das chamadas “novas” tecnologias digitais possibilita que esse conhecimento seja mais facilmente popularizado.

Em alusão a Álvares Júnior e Orrico (2009), entende-se que a compreensão dos processos de divulgação científica permite “adentrar no universo simbólico que a população leiga constrói para a ciência, e que isso permitirá transmitir e aprimorar os procedimentos de transmissão das informações que poderão melhorar a sociedade em que vivemos” (ÁLVARES JÚNIOR; ORRICO, 2009).

Em vista disso, sublinha-se que esta pesquisa pretende contemplar contribuições que favoreçam e ampliem, no âmbito da Ciência da Informação, o diálogo entre as instituições arquivísticas e o chamado cidadão comum, representante do público leigo ou não especialista na Arquivologia, articulando elementos tecnológicos da rede mundial de computadores que concorrem para a potencialização da comunicação dos arquivos à sociedade.

Nesse sentido, assinalo a importância dos arquivos – as instituições arquivísticas e os acervos que custodiam – como importantes articulações políticas na composição da tessitura de arranjos sociais, especialmente, em contextos democráticos. O papel primeiro dos arquivos

¹ Termo anglófono traduzido recorrentemente para a Língua Portuguesa como “prestação de contas”. Porém, considera-se que abrange um significado mais amplo como a responsabilidade em si da obrigação de se prestar contas.

consiste na organização, tratamento e conservação dos documentos, o que se conforma à sua origem empírica; porém, pode alcançar uma dimensão cidadã ao refletir a relação que os arquivos descrevem com a democracia e os direitos humanos, a contribuição à memória histórica e à preservação da identidade nacionais, e a sua projeção ante a sociedade. Segundo Heloísa Bellotto (2014), ao cumprir adequadamente suas funções, os arquivos respondem aos seus objetivos fundamentais:

[...] o de servir à administração, à cidadania e à historiografia. Entretanto, para além disso, a sociedade faz dos arquivos públicos usos multifacetados, utilizando os seus documentos como registros fidedignos, necessários à vida civil, pessoal e profissional de seus integrantes, assim como permitindo-lhes melhor compreender a identidade cultural de sua comunidade e a evolução da sua história e do desenvolvimento das relações entre o cidadão e o Estado (BELLOTTO, 2014, n.p.).

Assim, os arquivos se consubstanciam como lócus de memória e cidadania. Não por acaso, o marco histórico da institucionalização dos arquivos remonta à Revolução Francesa, em 1789, período marcado pelo surgimento dos Estados modernos e transformações nas estruturas de governo e formas da sociedade. O poder que os arquivos encerram, bem como a sua influência no exercício do governo, são rapidamente compreendidos pelos articuladores da Revolução: em seu ano seguinte, irrompe a experiência francesa de constituição de um arquivo de abrangência nacional, o primeiro do mundo.

A dimensão social dos arquivos se relaciona intimamente à capacidade de comunicação destes com a sociedade, o que ultrapassa o mero provimento de acesso à informação contida nos arquivos aos cidadãos. Em especial, o potencial comunicacional dos arquivos consiste na capacidade de popularizar o fenômeno arquivístico e seus acervos, sob a forma de produtos e serviços, de modo a tornar a informação esclarecida para o público que destes faz uso. Nessa direção, a divulgação científica desponta como um possível caminho para qualificar o acesso aos arquivos, na medida em que a função de difusão, presente na literatura arquivística, focaliza menos a ideia de inteligibilidade do que a de acessibilidade da informação.

Nesse caminho possível, compreender os efeitos das TIC é peça essencial para situar esta investigação em um contexto pós-industrial. Nas últimas décadas, o afloramento de uma nova ordem informacional apontou para a reconfiguração das dinâmicas de produção, fluxo, disseminação e acesso à informação. Para além de uma sociedade informacional, o paradigma da tecnologia da informação provocou uma transformação social através de seu uso, possibilitando o delineamento de uma sociedade em rede (CASTELLS, 2003).

A miríade de recursos informacionais, em que pesem a virtualidade da internet e a desterritorialização dos saberes, ampliou os horizontes de busca e recuperação da informação e estremeceu a tradicional relação entre usuário e informação, inclusive no contexto arquivístico. Se antes o usuário dos arquivos figurava como um agente passivo no processo comunicacional, a propriedade dialógica dessa ordem informacional possibilitou um novo tipo de comportamento: tanto como produtor quanto usuário da informação, conforme as suas necessidades específicas.

Dessa forma, a investigação proposta contempla a abordagem do contexto das – nem tão “novas” – TIC, além da existência e persistência dos laços interdisciplinares entre a Ciência da Informação, a Comunicação e a Arquivologia, no intuito de compreender como o aporte da divulgação científica pode oferecer benefícios ao campo arquivístico, sobretudo, quanto à difusão dos arquivos e sua dimensão social.

A partir do campo empírico da pesquisa, constituído por duas representativas instituições arquivísticas nacionais, visa-se a analisar determinadas ações de difusão desenvolvidas por cada instituição, por meio dos seus respectivos portais eletrônicos. Nesse bojo, objetiva-se avaliar a relação pragmática e teórica entre a divulgação científica e a Arquivologia, no intento de estimular a aproximação entre instituições arquivísticas e sociedade, rumo a uma comunicação dos arquivos mais popular e inteligível.

O texto desta dissertação está estruturado em quatro capítulos. Nesta introdução, o problema de pesquisa é delimitado a partir da transmissão do conhecimento científico e da comunicabilidade da ciência, vislumbrando-se, no escopo da divulgação científica, duas dimensões para delinear os contornos sociais dos arquivos pelas ações de difusão. Também é apresentada a metodologia utilizada para coleta e análise dos dados sobre as ações de difusão arquivística selecionadas, contextualizada aos objetivos da pesquisa e seu campo empírico. O segundo capítulo articula os eixos teóricos que perpassam esta pesquisa, percorrendo-se, via revisão de literatura, aspectos relacionados à consolidação da Ciência da Informação e sua natureza interdisciplinar, às particularidades da divulgação científica e à trajetória da Arquivologia, como ciência, além de sua função de difusão. A discussão dos resultados se dá no terceiro capítulo, que apresenta a análise qualitativa dos dados coletados. Por último, o quarto capítulo traz considerações finais acerca da pesquisa.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A comunicabilidade da ciência contempla a capacidade de difusão do conhecimento científico em duas perspectivas distintas. A primeira refere-se ao seu aspecto interno, imbricado no fluxo da informação científica entre pares; e a segunda, conforma-se ao seu entorno, visto que acomoda esferas diferenciadas da sociedade para articular o processo comunicacional entre ciência e público.

Nesse bojo, reputa-se fundada a proporção direta entre o sentido da ciência e a efetividade de sua comunicação, uma vez que a concepção daquela é considerada parte da cultura. Para além da disseminação de conhecimento intrapares, a divulgação científica avulta o contorno social da ciência, mediando os discursos entre o campo científico e os demais, apartados do sistema formal de comunicação da ciência.

Em virtude das redes eletrônicas, contemporaneamente, é pertinente denotar a interação entre a comunicação e divulgação científicas, afigurando uma nova composição de audiência para a ciência:

O mundo acadêmico e o conhecimento científico legitimado pelo sistema formal de comunicação da ciência, cuja expressão máxima é o periódico científico, passam a conviver com uma forma de comunicação e informação diferente que extrapola o convencional, rompendo fronteiras “re-conhecidas”, ampliando a audiência e alcançando outros públicos, atingindo a audiência da alçada da divulgação científica, fazendo uma grande interseção com públicos não especializados (VALERIO; PINHEIRO, 2012, p. 160).

Em que pese a sua natureza científica, o “Leitmotiv” da Arquivologia não é outro senão a disponibilização dos arquivos à sociedade, efetivada pela transmissão dos conteúdos informacionais compreendidos nos documentos de arquivo. Isso se dá tanto para as próprias entidades produtoras como para os cidadãos, em geral, sejam estes leigos ou especialistas na ciência dos arquivos.

Sobretudo, difundir os arquivos consiste em reforçar, de modo pragmático, o direito dos cidadãos de aceder à cultura. Em sociedades democráticas, o acesso à informação é condição fundamental para que a população desta se aproprie. Enfatiza-se, no entanto, que sua apropriação plena extrapola o acesso físico ou virtual ao documento de arquivo, contemplando, também, o entendimento da informação pelo cidadão comum. Um elemento primordial para que a informação contida nos arquivos cumpra o seu papel social consiste em que esta seja inteligível, presumindo-se a compreensão esclarecida de seu conteúdo. Ou seja, dentre as finalidades mediatas da área, a difusão arquivística subentende predicados que perpassam o processo comunicacional, comportando o viés conceitual da divulgação

científica. Por sua vez, esta é amplificada pela popularização do conhecimento arquivístico comunicado, contemporaneamente, pelas redes eletrônicas.

Parte-se do pressuposto que a Arquivologia dispõe de um discurso especializado para produzir conhecimento científico sobre os arquivos, suportado por metodologias e métodos próprios da área, que almeja explicar o fenômeno arquivístico, em florescimento teórico; ademais, esse discurso se propõe a assegurar o acesso aos arquivos a partir do desenvolvimento de serviços e produtos arquivísticos. Sob a ótica de Oliveira (2010, p. 58), o trabalho do arquivista é:

[...] estruturado na fundamentação teórica e em **metodologias e métodos específicos da Arquivologia**, e todas as suas decisões metodológicas são centradas em critérios técnico-científicos. Nesse sentido, suas escolhas são marcadas pelo desenvolvimento de um trabalho que é **científico em sua gênese**. A função do arquivista é ativa no processo de produção de conhecimento sobre os acervos arquivísticos e sobre seus conteúdos, e não a de um mero compilador de elementos explícitos nos arquivos (OLIVEIRA, 2010, p. 58, grifos nossos).

Os arquivos compreendem o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma instituição ou pessoa no exercício de suas atividades. Surgem, portanto, como consequência natural dos procedimentos administrativos realizados. Além das informações que envolvem, sua forma e contexto lhes confere relevância. Portanto, entende-se que os arquivos são provas fundamentais e fontes primordiais dessas atividades.

Embora o sentido precípua dos arquivos seja evidenciado na especificidade do caráter probatório e testemunhal dos seus documentos, seu contorno científico extrapassa as relações fronteiriças com a administração, o direito, a cidadania e a historiografia. Conforme Bellotto (2006), para além desta competência dos arquivos,

[...] cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro (BELLOTTO, 2006, p. 227).

Dessa forma, a difusão arquivística evoca os usos multiformes das informações próprias dos arquivos, experimentados pela sociedade por meio de tecnologias digitais cada vez mais ubíquas e, potencialmente, empoderadoras. Para o espanhol Ramon Alberch i Fugueras (2000), as ações de difusão dos arquivos contemplariam uma dimensão cidadã:

Em última análise, a ação e promoção cultural deve se tornar um magnífico instrumento para difundir as potencialidades do arquivo e para aproximá-lo a um

segmento mais amplo de cidadãos. O uso de documentos com fins culturais foi, por um tempo, claramente elitista ao dirigir-se quase unicamente aos pesquisadores com formação universitária. [...] Cabe pensar que devemos nos dirigir a diferentes públicos, tanto do mundo do ensino básico e universitário, como das instituições e aos cidadãos que solicitem informações verídicas e precisas [...] (ALBERCH I FUGUERAS, 2000, p. 8, tradução nossa).

Nessa perspectiva, para que consiga afetar os cidadãos, a função arquivística de difusão propenderia à divulgação científica dos arquivos, na medida em que esta depende de artefatos cognitivos, como a linguagem, influenciando tanto a produção do conhecimento científico sobre os arquivos, quanto o acesso à informação representada e disponibilizada por serviços e produtos arquivísticos.

Mormente, a virtualidade do ato de comunicar os conteúdos informacionais dos acervos arquivísticos à sociedade imprime visibilidade e reconhecimento à Arquivologia, na medida em que a dialogia entre a geração e a compreensão das informações comunicadas afigura uma qualidade essencial da produção da ciência.

Isto posto, duas são as dimensões vislumbradas no horizonte da divulgação científica que convergem para um delineamento dos contornos sociais dos arquivos: a popularização do fenômeno arquivístico e a de produtos e serviços arquivísticos.

Pela primeira dimensão, considera-se que as instituições arquivísticas, no intuito de lograr maior grau de compreensão sobre o papel dos arquivos para a sociedade, lançam mão de ações de divulgação científica. Buscam, dessa maneira, oportunizar a popularização do fenômeno arquivístico² para um público leigo ou não especializado, particularmente, mediante recursos técnicos disponibilizados pelas “novas” tecnologias da rede eletrônica.

Já pela segunda, infere-se que as instituições arquivísticas visam ao desenvolvimento de produtos e serviços arquivísticos para disponibilizar seus acervos ao amplo público, independentemente deste ser especializado ou não. Soma-se a isso o reconhecimento de que o tipo de comunicação decorrente da elaboração de tais ferramentas não integra o sistema de comunicação científica. Recorre-se, também, aos mecanismos tecnológicos digitais.

Isto é, a formulação de instrumentos de pesquisa, por exemplo, abarca a reconstrução do contexto arquivístico para representar e disponibilizar as informações sobre os acervos ao público dos arquivos, mediante a etapa de descrição arquivística. Ao compreender essa etapa

² No artigo “A dimensão informacional do fenômeno arquivístico”, Silva, E. P. (2015) problematiza tal fenômeno, caracterizando-o a partir das ações que motivam a existência dos arquivos como instrumento de atos administrativos. Aproxima a constituição destes à demanda de um “documentar-informativo que se dá no curso do exercício de atividades socialmente organizadas” (SILVA, E. P., 2015, p. 116). Dessa forma, o fenômeno arquivístico tanto evidencia elementos referentes às razões de produção e preservação dos documentos de arquivo (ligados às práticas em torno de seu processamento técnico), como também estimula a estruturação epistêmica deste campo do saber.

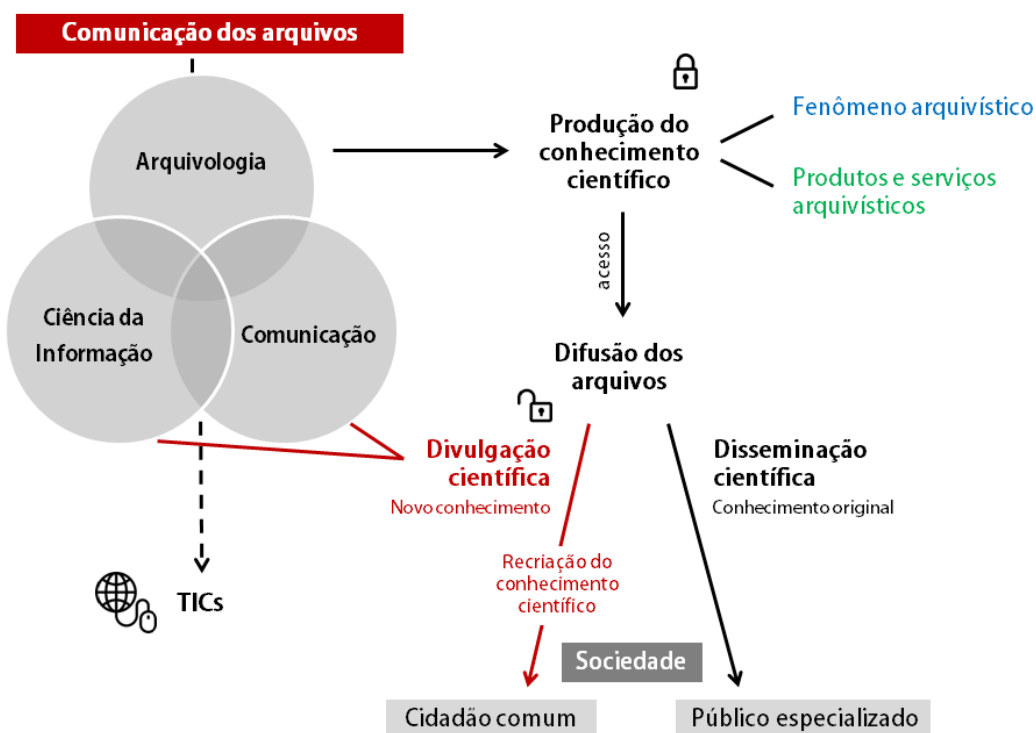
como um projeto de pesquisa para a produção de conhecimento sobre esses acervos, os instrumentos de pesquisa figuram como produtos científicos que comunicam sobre os arquivos, embora não validados entre os pares da comunidade arquivística.

Nessa acepção, admite-se que os serviços e produtos mencionados também podem assumir um sentido de divulgação científica, uma vez que pretendem estreitar as formas de comunicação entre as instituições arquivísticas e o público que destas fazem uso, suscitando a potencialização dos efeitos da difusão arquivística.

Para os fins da investigação proposta, importa compreender a divulgação científica sob três eixos norteadores: a sua relação com a Ciência da Informação, também com a Comunicação, ambas as áreas centrais para a sua conceituação; e, a potencial relação com a Arquivologia, a fim de se pensar a comunicação dos arquivos sob uma ótica interdisciplinar.

Nas duas dimensões apontadas, destacam-se indícios de que há um amplo potencial para os arquivos promoverem diálogos com seu público por meio dos recursos da web, mas é preciso compreender como explorá-los e de que forma cada instituição arquivística pode apropriar-se desses espaços virtuais. Dessa forma, a repercussão das chamadas “novas” TIC perpassa os três eixos, afetando também os processos de divulgação científica. A Figura 1 ilustra a delimitação desta investigação.

Figura 1 – Representação sinótica da delimitação da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2018).

Assim, a presente pesquisa realça a questão de como a Arquivologia se apropria dos processos de divulgação científica para comunicar os arquivos ao seu público, considerando as ações de difusão arquivística selecionadas a partir dos portais eletrônicos de duas instituições arquivísticas brasileiras.

Enfim, pelo escopo desta investigação, importa esclarecer que não se aprofundou a questão da acessibilidade, tampouco dos estudos de usuários. Embora essas temáticas suscitem debates pertinentes sobre a relação entre inclusão e exclusão digital, escapam aos propósitos centrais desta pesquisa. Nesse sentido, reforça-se que não se busca averiguar a efetividade das ações de difusão arquivística em relação aos usuários dos arquivos, porém, entender como a atividade de divulgação científica pode vir a se manifestar nessas ações.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo principal desta pesquisa consiste em analisar se as ações de difusão arquivística promovidas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e pelo Arquivo Nacional, por meio de seus portais eletrônicos, apresentam potencial como processos de divulgação científica.

Como objetivos específicos, são definidos os seguintes:

- Analisar aspectos de convergência teórica conceitual e prática entre a difusão arquivística e a divulgação científica, a fim de fundamentar a pesquisa;
- Verificar, por meio de entrevistas, se a concepção das ações de difusão arquivística por seus produtores envolve aspectos relacionados à divulgação científica;
- Verificar o papel das TIC quanto à potencialização das ações de difusão arquivística selecionadas.

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para viabilizar os objetivos propostos, obedeceu-se aos seguintes procedimentos teórico-metodológicos: contextualização da divulgação científica na comunidade científica brasileira, revisão bibliográfica, delimitação do campo empírico, definição de unidades

codificadas para a caracterização da divulgação científica, elaboração de roteiro de entrevista para a coleta dos dados e análise dos resultados.

Quanto à sua natureza, a pesquisa será aplicada, estando mais voltada para a aplicação de suas contribuições em uma realidade circunstancial, do que para o desenvolvimento de teorias universais (GIL, 2008, p. 27), contribuindo para as áreas de Ciência da Informação e Arquivologia.

De acordo com a forma de abordagem, a pesquisa será qualitativa, predominantemente, uma vez que busca responder questões particulares de uma realidade não quantificável. A ponte entre os mundos objetivo e subjetivo é sensível à interpretação de seus fenômenos, que nem sempre podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Segundo Minayo et al. (1994), os códigos das ciências são incapazes de abarcar a riqueza da realidade, uma vez que são referidos e recortados, e afirma:

As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações (MINAYO et al., 1994, p. 15).

Contudo, a autora exclui quaisquer tentativas de dicotomia em relação aos dados quantitativos e qualitativos, uma vez que descrevem uma relação de complementaridade Minayo et al. (1994, p. 22). Ainda que a dinâmica de suas interações seja distinta entre si, a realidade que abrangem é apenas uma. Dessa maneira, aponta-se que a presente investigação também apresenta dados quantitativos, em menor vulto, complementando a análise realizada.

Do ponto de vista de seus objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois pretende explorar um determinado campo para proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. Segundo Gil (2008, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Quanto aos seus procedimentos técnicos, a pesquisa é considerada tanto bibliográfica quanto documental. Parte do levantamento de referências teóricas já publicadas para angariar um volume de informações, de modo a constituir um arcabouço de conhecimentos sobre o problema colocado. Em paralelo, também abrange materiais que ainda não receberam tratamento analítico, como os aspectos específicos dos portais eletrônicos das instituições arquivísticas analisadas.

Em princípio, o ponto de partida assumido pela pesquisa consistiu em situar a divulgação científica no âmago da comunidade científica brasileira, além de avaliar a pertinência e relevância de pesquisa dessa temática nos dias atuais. Optou-se por três caminhos para uma contextualização: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), e a base de dados de currículos da Plataforma Lattes.

Recorrer à BDTD³ mostrou-se pertinente em razão desta reunir as teses e dissertações defendidas no Brasil e por brasileiros no exterior em um único portal, propiciando uma forma única de recuperação e disseminação dessas produções. A escolha da utilização do DGP⁴ como referência se justifica na medida em que este Diretório agrega informações sobre o inventário dos grupos de pesquisa ativos no país, contornando os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica brasileira. Já a base de dados de currículos da Plataforma Lattes⁵ foi selecionada devido à riqueza de suas informações, sua abrangência como fonte para a análise de diversas áreas do conhecimento, e seu caráter representativo da ciência brasileira. Salienta-se que todas as consultas realizadas datam do mês de abril de 2017.

Um levantamento preliminar foi realizado na BDTD a partir de uma busca avançada por assunto, de modo a abranger os termos “divulgação científica”, ou “divulgação da ciência”, ou “popularização da ciência”. Uma vez que o sistema não facultava a opção de filtrar os resultados por áreas do conhecimento, os dados obtidos retrataram um panorama geral de toda a produção científica brasileira sobre a temática, do ano de 2003 a 2017. É pertinente destacar que este recorte temporal refletiu a data-limite das ocorrências retornadas.

A busca retornou o total de 266 produções científicas, correspondendo a 202 dissertações e 64 teses. Para observar uma linha de tendência quanto ao interesse da comunidade científica pelo assunto, dois recortes temporais foram delimitados: de 2003 a 2009 e 2010 a 2017. No primeiro período, constatou-se 70 pesquisas, representando 54 dissertações e 16 teses. No segundo, o total de resultados aumentou para 196 produções científicas, destas, 148 sendo dissertações e, o restante, teses. Percebeu-se, assim, um salto de crescimento de 180% nas pesquisas sobre divulgação científica na década de 2010.

Paralelamente, na mesma data, procedeu-se a uma consulta parametrizada no DGP pelo termo de busca “divulgação científica”, aplicada ao nome do grupo, nome da linha de

³ Disponível em: <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/biblioteca-digital-Brasileira-de-teses-e-dissertacoes-bdtd>. Acesso em: 15 abr. 2017.

⁴ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>. Acesso em: 15 abr. 2017.

⁵ Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 23 abr. 2017.

pesquisa e palavra-chave da linha de pesquisa. Como resultado, obteve-se 286 registros de grupos de pesquisa no Brasil. Desse volume, verificou-se que apenas 39 registros correspondiam à grande área (predominante do grupo) Ciências Sociais Aplicadas, número este que não alcança nem 20% do total de grupos de pesquisa cadastrados. No escopo dessa grande área, notou-se o predomínio da área de Comunicação, com 27 registros, seguida pela Ciência da Informação, que apresentou sete grupos de pesquisas cadastrados.

Em sequência, promoveu-se uma busca avançada na base de dados de currículos da Plataforma Lattes, a partir da expressão booleana “‘divulgação_científica’ OR ‘divulgação_da_ciência’ OR ‘popularização_da_ciência’”. Optou-se por procurar apenas na base de doutores, com nacionalidade brasileira, cuja atuação profissional se restringia à grande área Ciências Sociais Aplicadas. Nesse escopo, 851 currículos foram encontrados. Um exercício de delimitar ainda mais essa busca trouxe como resultado 489 currículos da área da Comunicação e 161 da área da Ciência da Informação, correspondendo, respectivamente, a 57% e 19% do total de currículos localizados.

Essa visão panorâmica forneceu alguns indícios para o delineamento da presente pesquisa, sugerindo a consideração dos seguintes aspectos, ainda que sem a pretensão de fazer afirmações levianas: a grande área Ciências Sociais Aplicadas não é a que mais produz dissertações e teses sobre divulgação científica no Brasil, porém, nesta, o predomínio de investigações teóricas e da atuação profissional aparece na área da Comunicação; juntas, as áreas da Comunicação e da Ciência da Informação representam a maior parcela de conhecimento produzido sobre divulgação científica, na grande área Ciências Sociais Aplicadas; e a divulgação científica refere-se a um objeto de estudo cada vez mais pertinente e atual.

Após essa contextualização, procedeu-se à revisão de literatura narrativa para a elaboração de um referencial teórico, estendendo-se para além dos limites da divulgação científica, considerada subárea da Ciência da Informação. Adentrou-se a própria área da Ciência da Informação, com vistas a cobrir a comunicação do conhecimento científico, em especial, a divulgação científica, e os terrenos da Arquivologia. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico inicial em teses, dissertações, artigos de periódicos e livros que contemplam o objeto da presente investigação.

Dentre os autores que embasaram esta investigação, na Ciência da Informação, destacam-se Tefko Saracevic, Douglas Foskett, Jason Farradane, Michael Buckland, Rafael Capurro, Birger Hjørland e Lena Vania Pinheiro.

Já para a abordagem específica da comunicação do conhecimento científico, incluindo a divulgação científica, foram utilizadas obras de Heloísa Tardin Christóvão, Luisa Massarani, Evelyn Dill Orrico, Helena Calsamiglia, Lena Vania Pinheiro, Palmira Valerio, Wilson Bueno e, principalmente, Ana María Sánchez Mora.

Do campo científico da Arquivologia, os autores utilizados foram Ramon Alberch i Fugueras, Heloísa Bellotto, Esther Cruces Blanco, Michel Duchein, Maria Odila Kahl Fonseca, Antonia Heredia Herrera, José Maria Jardim, Lucia Oliveira, Anna Carla Mariz, Angélica Marques, Moisés Rockembach, Jean-Yves Rousseau, Carol Couture e Clarissa Schmidt.

O recorte do campo empírico foi definido a partir de duas instituições arquivísticas brasileiras, segundo o grau de representatividade destas no cenário arquivístico nacional. Salienta-se que a existência *online* de ambas é análoga às suas atuações presenciais.

Diversos foram os aspectos considerados para fundamentar essa escolha: históricos, valorizando a tradição e o processo evolutivo das instituições; políticos, a exemplo de suas missões institucionais; tecnológicos, no tocante à participação de cada uma no espaço informacional da internet; e sociais, quanto à atuação e ao envolvimento dessas instituições com o seu público, materializada na promoção de ações de difusão.

Desse modo, destacam-se o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), especialmente, em razão do grau de sofisticação e repercussão de suas ações de difusão, e o Arquivo Nacional do Brasil (AN), por plasmar um espectro mais amplo de tais ações no âmbito nacional. A contextualização do campo empírico de ambas as instituições é esmiudada no subcapítulo 1.5.

Como objeto de análise do APESP, elegeu-se suas exposições virtuais e um vídeo produzido e divulgado em seu canal YouTube, em especial, denominado “Gestão Documental e Acesso à Informação”. Em relação ao AN, também se optou por analisar suas exposições virtuais, além do seu instrumento de referência *online*, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Nesse sentido, o vídeo mencionado é um representante da dimensão apontada do fenômeno arquivístico, enquanto as exposições virtuais e o SIAN, serviços e produtos arquivísticos. A seleção dessas ações se justifica pelo caráter comum que compartilham como ponte comunicacional entre as instituições arquivísticas, assim, do conhecimento arquivístico, e o seu público. A Figura 2 mostra o delineamento do campo empírico:

Figura 2 – Recorte do campo empírico

Instituição arquivística	Ações de difusão arquivística selecionadas	Dimensão
	- Vídeo “Gestão Documental e Acesso à Informação” - Exposições virtuais	Fenômeno arquivístico Serviço/produto arquivístico
	- Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) - Exposições virtuais	Serviço/produto arquivístico Serviço/produto arquivístico

Fonte: Elaboração própria (2017).

Quanto à coleta de dados, definiu-se como técnica a ser utilizada para a pesquisa a entrevista, sendo esta direcionada aos produtores de cada uma das ações de difusão desenvolvidas. A opção por entrevistar apenas os produtores das ações de difusão ao invés de seus usuários se justifica diante do propósito maior de compreender os elementos abordados intencionalmente por quem as desenvolvem. Dessa forma, nesta pesquisa prioriza-se conhecer as características do discurso que é construído na concepção dessas ações, a fim de verificar se estas envolvem aspectos referentes à divulgação científica.

Diante da existência de diferentes tipos de entrevistas, que variam conforme o objetivo do entrevistador e a forma como são realizadas, foi empregada a modalidade de entrevista semiestruturada para esta pesquisa. Desse modo, visa a articular perguntas previamente formuladas e também permitir que o entrevistado tenha abertura para abordar livremente o tema proposto (MINAYO et al., 1994, p. 58), a fim de compreender como e com qual propósito tais ações foram concebidas.

Nesta pesquisa, os entrevistados foram identificados em razão da concordância formal quanto à divulgação de seus nomes, por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, também foram identificados como E1, E2, E3 e E4 como um recurso explicativo.

Quadro 1 – Relação de entrevistados desta pesquisa

Entrevistado	Nome	Formação acadêmica	Cargo
E1	Silvia Estevão	Cientista social	Técnica do Arquivo Nacional

E2	Denise Bastos	Bacharel em Turismo	Assistente de Pesquisa da Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo do Arquivo Nacional
E3	Marcelo Chaves	Doutor em História Social	Diretor do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do Arquivo Público do Estado de São Paulo
E4	Camila de Souza	Não informada	Diretora do Departamento de Preservação e Difusão do Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fonte: Elaboração própria (2018).

Quanto às técnicas para a análise de dados, é certo que cada uma apresenta procedimentos específicos para prepará-los e analisá-los. Dentre diversas estratégias de pesquisa, a escolha procedimento de análise de dados deve ser pensada de acordo com as peculiaridades da investigação realizada:

A decodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Dessa forma, optou-se pela análise de conteúdo como procedimento de análise mais adequado. Segundo Bardin (2009, p. 31), literatura de referência nessa temática, a análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. A autora ainda afirma que “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. Nesse sentido, entende-se a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise de comunicações para superar as incertezas e enriquecer a compreensão dos dados coletados, como uma forma de interpretar o conteúdo de um texto através de normas sistemáticas.

Como reitera Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Ou seja, é fundamental a necessidade de decodificação do que está sendo comunicado. Para tanto, o pesquisador deve adotar um conjunto de procedimentos e técnicas de extrair o sentido de um texto por meio de unidades elementares, a exemplo de palavras-chave, termos específicos ou categorias, a fim de identificar sua frequência de citação ou constância para produzir inferências e extrair significados inscritos no texto, a partir de indicadores objetivos (CHIZZOTTI, 2006, p. 98). Assim, a interpretação

do conteúdo é sistematizada e reduz a carga de discricionariedade comum ao processo interpretativo.

Desse modo, a fim de comparar as informações fornecidas pelos produtores das ações de difusão através de entrevistas, e verificar se, de fato, essas consistem em potenciais ferramentas de divulgação científica, a análise de conteúdo foi calcada em três passos fundamentais para a aplicação deste método (BARDIN, 2009): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Quadro 1).

Quadro 2 – Sequência de passos previstos no método de análise de conteúdo

Passo	Descrição
Pré-análise	Leitura geral do material coletado, a partir da transcrição das entrevistas, seguida pela organização e sistematização das ideias apresentadas por esse material.
Exploração do material	Construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registro e contexto e acomodação das informações em categorias de análise, com base no material coletado e no referencial teórico de Sánchez Mora (1998; 2010; 2017).
Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	Captura dos conteúdos manifestos e latentes contido nas entrevistas, respaldados pelo referencial teórico definido.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Bardin (2009).

Dessa forma, após a transcrição das entrevistas realizadas e por meio da codificação de seu conteúdo, quatro categorias de análise foram formuladas para o tema “divulgação científica”, sustentadas pela definição de divulgação científica adotada para esta pesquisa, segundo as obras de Sánchez Mora (1998; 2010) e entrevista com tal autora (2017). A partir dessas categorias, elencaram-se unidades de registro e contexto, a fim de se verificar em que medida as ações de difusão selecionadas atendiam ou não a esses indicadores objetivos.

A análise de conteúdo do material coletado forneceu informações sobre os objetivos dos produtores em relação à elaboração das ações de difusão. Em paralelo, via web, também se examinou cada ação selecionada pelas mesmas categorias definidas para as entrevistas, com vistas a enriquecer a análise, fortalecendo o entendimento e a qualificação de tais ações como potenciais ferramentas de divulgação científica. O Quadro 2 sintetiza os principais passos deste percurso metodológico:

Quadro 3 – Percurso metodológico detalhado

Etapa	Como	Finalidade
Contextualização da divulgação científica na comunidade científica brasileira	Levantamento preliminar na BDTD, no DGP e na base de dados de currículos da Plataforma Lattes	Identificar a pertinência e relevância da pesquisa no contexto científico nacional

Revisão bibliográfica	Análise da literatura da Ciência da Informação, divulgação científica e Arquivologia pertinente à pesquisa	Consolidar o marco teórico com o corpo de conhecimento da pesquisa
Delimitação do campo empírico	Seleção das instituições arquivísticas e de ações de difusão praticadas, conforme sua relevância	Situar o lócus de pesquisa
Coleta dos dados	Abordagem dos produtores das ações de difusão por meio de entrevista	Levantar dados de pesquisa para a análise
Definição de unidades codificadas	Articulação de abordagens e conceitos apontados em duas obras de Sánchez Mora (1998; 2010), somados à entrevista concedida por esta autora (2017)	Verificar em que medida as ações de difusão selecionadas atendem à caracterização proposta de divulgação científica
Análise dos resultados	Tratamento dos resultados, inferência e interpretação a partir de técnicas de análise de conteúdo e do acesso virtual às ações selecionadas	Buscar responder ao problema da pesquisa

Fonte: Elaboração própria (2017).

Associam-se, assim, as etapas descritas às estratégias pensadas para desenvolvê-las e às suas respectivas finalidades no escopo desta pesquisa.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

Para contextualizar o campo empírico da investigação foram definidas duas instituições arquivísticas brasileiras, de acordo com o seu grau de representatividade no cenário arquivístico nacional, conforme já mencionado.

As principais motivações que envolveram esta escolha corresponderam a aspectos históricos, valorizando a tradição e o processo evolutivo das instituições; políticos, a exemplo de suas missões institucionais; tecnológicos, no tocante à participação de cada uma no espaço informacional da internet; e sociais, quanto à atuação e ao envolvimento dessas instituições com o seu público, materializada na promoção de ações de difusão.

Dentre 360 entidades brasileiras custodiadoras de acervos arquivísticos, segundo o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)⁶, elegeu-se o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e o Arquivo Nacional do Brasil (AN), cujas existências *online* também têm representatividades análogas às suas atuações presenciais. Desse modo, as quatro ações de difusão arquivística selecionadas compõem os portais eletrônicos de ambas as instituições e, a fim de contextualizá-las no âmbito de suas respectivas estruturas organizacionais, apresentou-

⁶ Soma do quantitativo de Entidades Custodiadoras nos Estados. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/conarq/entidades-custodiadoras/o-cadastro/>. Acesso em: 20 mai. 2017.

se o organograma de ambas as instituições contendo grifos sobre as unidades administrativas às quais essas ações se vinculam, conforme os Anexos 1 e 2.

1.4.1 Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

O surgimento do APESP remonta ao final do século XIX, em 1892, quando é criada a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado, subordinada à Secretaria do Interior, a fim de cuidar de toda a documentação gerada pelo Estado de São Paulo. Em 1899, por força de lei, o então presidente do Estado de São Paulo determinou a transferência de toda a documentação existente nos cartórios dos escrivães do judicial, oficiais de registro e tabeliães de notas anteriores ao século XIX, acrescentando ao acervo dessa instituição um significativo volume de documentos referentes ao período colonial e imperial. Além disso, seu acervo compreende importantes registros referentes ao extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP)⁷, além de acervos pessoais de políticos paulistas, a exemplo de Júlio Prestes.

Dentre as instituições arquivísticas da esfera estadual brasileira, trata-se da entidade que custodia o maior acervo, em metros lineares: ao todo, mais de 34 mil⁸. Para efeito de dimensionamento e comparação desse volume, salienta-se que o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) detém um acervo de cerca de 4 mil metros lineares⁹ enquanto o AN; mais de 40 mil¹⁰. Vale lembrar que a localização deste na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital da república brasileira, implica efeitos sobre o volume de seu acervo.

Ao longo de seus 125 anos de existência, o APESP passou por diversas mudanças de sede física e experimentou várias configurações na estrutura do Estado: Secretaria do Interior, Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública, Secretaria da Cultura, Casa Civil e, atualmente, vinculado à Secretaria de Governo¹¹.

Nas últimas décadas do século XX, especialmente, o APESP expandiu sua área de atuação, ressaltando-se como marco a criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), em 1984. Como órgão central desse sistema, responsabiliza-se pela preservação do

⁷ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>. Acesso em: 06 fev. 2018.

⁸ Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/quem_somos. Acesso em: 06 fev. 2018.

⁹ Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeConteudo?article-id=2998298>. Acesso em: 19 mai. 2017.

¹⁰ Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/Relatorio_de_gestao/Relat%C3%B3rio%20de%20gest%C3%A3o%202016%20-%20vers%C3%A3o%20final%20-%202014-06-16.pdf. Acesso em: 19 mai. 2017.

¹¹ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/historia>. Acesso em 19 mai. 2017.

patrimônio arquivístico, pela gestão documental e pelo direito de acesso aos documentos públicos.

Atualmente, sua missão e visão plasam as ideias de acesso democrático e gratuito à informação pública, eficácia, preservação da memória e incentivo à produção de conhecimento científico, didático e cultural referente ao seu acervo institucional. Nesse sentido, a escolha dessa instituição como campo empírico desta pesquisa se coaduna a última ideia referenciada, uma vez que o APESP revela apreço pela atividade que chama de difusão:

A Difusão é o meio pelo qual a Instituição viabiliza o desenvolvimento de ações e produtos que contribuem para a **democratização de seu acervo**. Como ação ampla, permite e exige a integração de diferentes conhecimentos, de diferentes áreas, de diferentes profissionais. Envolve pesquisa, comunicação, ação pedagógica e uso da tecnologia. Fazem parte das ações de difusão a publicação de livros, periódicos e conteúdo de internet, os quais estão ligados ao acervo e à memória que ele preserva; a estruturação de exposições, a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos; a preparação de materiais didáticos; o oferecimento de oficinas pedagógicas com documentos de Arquivo, entre outras. Todas essas ações visam atingir o usuário final da informação, seja o aluno, o professor, o pesquisador, **o cidadão em geral**. Sua função é a de mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; **dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende** (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, n.p., grifo nosso).

Por meio das ações apontadas, essa instituição arquivística chama a atenção para o conteúdo de seu acervo, por vezes entesourado, a fim de dar publicidade ao que já é público, porém, desconhecido pela sociedade. Frisa-se que o valor desse patrimônio necessariamente é construído por meio de seu conhecimento. Desse modo, entende-se que o ato de “dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende” carrega em si uma ponte conceitual com a divulgação científica.

Quanto às publicações editoriais do APESP, além de livros impressos e eletrônicos, destacam-se as publicações de caráter técnico. Incluem modelos, manuais e os 10 volumes da coleção “Como fazer”, projeto orientado para questões de ordem prática dos profissionais da área, sempre com a autoria de professores experientes na organização de arquivos. Em parceria com a Associação de Arquivistas de São Paulo, entre 1997 e 2006, cada volume tratou de uma temática específica das atividades de arquivo.

Em especial, o APESP descreve uma trajetória particular quanto à publicação de periódicos especializados, marcada pelo reflexo das transições do Arquivo quanto à sua política institucional e produção técnica:

As edições periódicas deste Arquivo já passaram por diversas mudanças. [...] Percebe-se que o perfil editorial oscilava entre a abordagem historiográfica e aquela mais próxima do que hoje conhecemos como arquivística. Entre 1993 e 2003, o Arquivo chegou a publicar dois periódicos simultâneos: o Boletim do Arquivo, “voltado para a divulgação da Arquivologia e das experiências acumuladas na árdua tarefa de preservar e permitir o acesso à documentação pública”, e a Histórica - Revista do Arquivo Público, que propunha a ajudar “o leitor a situar-se no cerne do debate historiográfico contemporâneo” (EDITORIAL, 2015, p. 5).

A partir de 2015, um novo rumo editorial é assumido pela “Revista Histórica”, passando a se chamar “Revista do APESP”¹², com periodicidade semestral e em formato eletrônico. Por sua vez, a nova roupagem do periódico expande a tradicional abordagem historiográfica, na direção de abarcar temas centrais que tangenciem as instituições arquivísticas, como a gestão, preservação, acesso à informação e a difusão.

No tocante à presença da instituição nas redes de comunicação eletrônica, o portal eletrônico do APESP anuncia quatro canais *online*: Facebook¹³, Instagram¹⁴, Twitter¹⁵ e YouTube¹⁶. A página da rede social Facebook do APESP apresenta 56.828 curtidas e é avaliada pelo seu público por 4,5 de cinco estrelas. Já sua página na rede social Instagram tem um público de 1.263 seguidores e um volume de conteúdo de 536 publicações. A conta do APESP no microblog Twitter, criada em maio de 2010, indica um público de cerca de 26.200 mil seguidores, contendo 767 fotos ou vídeos em 3.786 *tweets*. Por último, o canal do APESP no YouTube, criado desde novembro de 2012, indica 319 pessoas inscritas, totalizando 16.695 visualizações de seu conteúdo, composto por 79 vídeos. Trata-se de uma participação expressiva na rede mundial de computadores, em que pese se tratar de uma instituição arquivística estadual.

O conteúdo do canal YouTube do APESP é diversificado, apresentando registros de eventos científicos – alguns deles, inclusive, transmitidos ao vivo –, trechos do acervo audiovisual da instituição, um documentário intitulado “Arquivos e Democracia: 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP (1984-2014)”, além de dois vídeos de animação produzidos pela instituição. Dentre estes, em especial, o vídeo nomeado “Gestão Documental e Acesso à Informação” constitui objeto de análise desta pesquisa, uma vez que figura como o material mais acessado neste canal, contando com 4.622 visualizações de seu

¹² Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/sobre_a_revista.php. Acesso em: 19 mai. 2017.

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivoestado>. Acesso em: 19 mai. 2017.

¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivoestadosp/>. Acesso em: 19 mai. 2017.

¹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/arquivopublico>. Acesso em: 19 mai. 2017.

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/user/arquivopublicosp/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

conteúdo, e apresenta um conjunto diferenciado de elementos audiovisuais em sua produção (Figura 3).

Ademais, constata-se o significativo aumento da quantidade de acessos a este vídeo em um período de seis meses, correspondente a um crescimento percentual de 63,2%, alcançando o patamar de 7.542 visualizações em 10 de janeiro de 2018.

Figura 3 – Captura de tela do portal eletrônico do vídeo “Gestão Documental e Acesso à Informação”



Fonte: Canal YouTube do APESP, acessado em 10 jul. 2017.

Além disso, o APESP dispõe de uma vitrine virtual¹⁷ para promover a difusão de seu acervo, ligando-se tanto à dimensão educativa quanto cultural, contendo 13 exposições virtuais, cada uma contendo página e material de apoio próprios.

¹⁷ Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/exposicoes_virtuais. Acesso em: 12 jan. 2018.

Figura 4 – Captura de tela do portal eletrônico de exposições virtuais do APESP



Fonte: Portal eletrônico do APESP, acessado em 10 jun. 2017.

Finda esta contextualização, importa delimitar que esta pesquisa analisará, conforme exposto no subcapítulo referente ao percurso metodológico, o vídeo “Gestão Documental e Acesso à Informação” e as exposições virtuais do APESP.

1.4.2 Arquivo Nacional do Brasil (AN)

Ainda sob a denominação de Arquivo Público do Império, o AN foi fundado em 1838, e organizado em três seções, em sua concepção: Legislativa, Administrativa e Histórica (ESTEVÃO; FONSECA, 2011). Retrata-se a época de sua criação:

Nos primeiros anos do Arquivo Público, e certamente nas décadas seguintes, o termo público, que tanto destaque teve na França, tinha um efeito mais subliminar do que concreto junto à população, a tomar pelo art. 10 do regulamento n. 2, segundo o qual os documentos não podiam ser franqueados a ninguém “sem licença do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império”. Até mesmo a concessão de certidões (art. 11) supunha a aprovação da autoridade ministerial (ESTEVÃO; FONSECA, 2011, p. 84)

Adotando como parâmetro a instituição arquivística francesa, que já contava com meio século de existência quando criado, o AN desempenhou um papel relevante para a história da técnica e da disciplina dos arquivos no Brasil. Destaca-se, principalmente, a atuação de José

Honório Rodrigues, diretor da instituição a partir de 1958, momento em que promoveu uma gestão marcada pela qualificação e aprimoramento de pessoal, assistência técnica, intercâmbio de profissionais e divulgação do conhecimento.

Atualmente, o AN vincula-se hierarquicamente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), sendo responsável pela custódia do acervo permanente da esfera executiva da Administração Pública Federal.

Tem por finalidade, segundo seu portal eletrônico¹⁸, implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, com vistas a apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

Em termos editoriais, conta com a publicação da Revista Acervo, publicada desde 1986, semestralmente. Apresenta como objetivo a divulgação de estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, em especial, História e Arquivologia.

Quanto à presença da instituição nas redes de comunicação eletrônica, o portal eletrônico do AN expõe seis canais *online*: Facebook¹⁹, Instagram²⁰, Pinterest²¹, SoundCloud²², Twitter²³ e YouTube²⁴.

Sua página da rede social Facebook apresenta 33.555 curtidas e é avaliada pelo seu público por 4,8 de cinco estrelas. Já sua página na rede social Instagram tem um público de cerca de 14.700 seguidores e um volume de conteúdo de 250 publicações. No Pinterest, o AN conta com 582 seguidores de suas 48 pastas, com 739 *pins*. Já no SoundCloud, verifica-se um pequeno público de 25 seguidores e um conteúdo de 23 faixas sonoras. A conta do AN no Twitter, criada em junho de 2011, indica um público de cerca de 11.200 mil seguidores, contendo 952 fotos ou vídeos em 4.887 *tweets*. Por último, seu canal no YouTube, criado desde janeiro de 2015, indica 447 inscritos, totalizando 13.916 visualizações de seu conteúdo, composto por 28 vídeos.

¹⁸ Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/index.php/institucional/historico.html>. Acesso em 03 jun. 2017.

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/>. Acesso em: 19 mai. 2017.

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivonacionalbrasil/>. Acesso em: 19 mai. 2017.

²¹ Disponível em: <https://br.pinterest.com/arquivonacional/>. Acesso em: 19 mai. 2017.

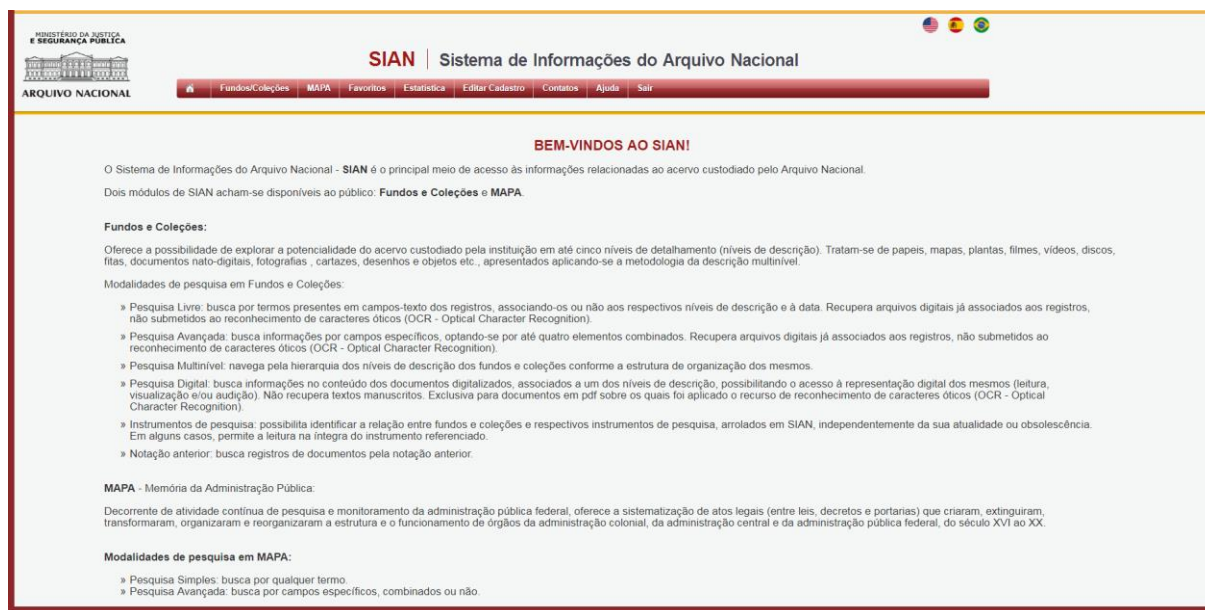
²² Disponível em: <https://soundcloud.com/arquivo-nacional>. Acesso em: 19 mai. 2017.

²³ Disponível em: <https://twitter.com/arquivobrasil>. Acesso em: 19 mai. 2017.

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCcB7XUfJLfmtXx5KRKWAwCg/>. Acesso em: 19 mai. 2017.

Ademais, é disponibilizado *online* o SIAN, conforme a Figura 5. O AN o apresenta como o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado pela instituição, cuja disponibilização remete ao início dos anos 2000. Atualmente, é composto por 899 fundos, 511.344 dossiês e 120.491 itens documentais²⁵ e conta com versões nos idiomas inglês e espanhol, além do português.

Figura 5 – Captura de tela inicial do portal eletrônico do SIAN



Fonte: Portal eletrônico do SIAN, acessado em 05 jan. 2018.

Além disso, a instituição exibe 21 exposições virtuais em seu portal eletrônico²⁶ incluindo galerias de imagens, conforme a Figura 6:

²⁵ Disponível em <http://sian.an.gov.br/sianex/log/estatistica.asp>. Acesso em: 08 jun. 2017.

²⁶ Disponível em: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 05 jan. 2018

Figura 6 – Captura de tela do portal eletrônico das exposições virtuais do AN



Fonte: Portal eletrônico das Exposições Virtuais do AN, acessado em 05 jan. 2018.

Optou-se, então, por delimitar como objeto de análise suas exposições virtuais e o SIAN, conforme descrito no subcapítulo de percurso metodológico desta pesquisa.

2 UM TRIPÉ INFORMACIONAL: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E ARQUIVOLOGIA

Neste capítulo são perscrutados três eixos norteadores os quais contribuem para a sedimentação do referencial teórico da presente pesquisa, a saber: a Ciência da Informação, ressaltando-se aspectos históricos e evolutivos de sua conformação científica, bem como o seu enfoque comunicacional; a divulgação científica, entremeada pela apresentação de suas origens e seus principais conceitos; e a Arquivologia, contemplando sua dimensão científica, a institucionalização do campo arquivístico brasileiro e a disseminação e difusão do conhecimento arquivístico.

Importa salientar que a ideia de um tripé informacional remete aos pontos de apoio que suportam esta pesquisa, consistindo em um recurso explicativo. Com essa figura de linguagem não se pretende equiparar o status científico da Ciência da Informação e da Arquivologia ao da divulgação científica, restando claro que esta não apresenta as condições necessárias para se consolidar como uma ciência. Compartilha-se, assim, a visão de Sánchez Mora (2017, tradução nossa): “pretender que a divulgação científica seja feita com um método científico é uma aberração”.

2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E CONCEITOS DE INFORMAÇÃO

No início do século XVII, Galileu Galilei enviou uma rematada carta a Johannes Kepler contendo as suas observações sobre o então desconhecido planeta Saturno: “s m a i s m r m i l m e p o e t a l e u m i b u n e n u g t t a u i r a s”²⁷. Tratava-se de um anagrama de 37 letras, uma forma de comunicar sobre sua descoberta e reivindicar, simultaneamente, sua prioridade em tempos anteriores ao surgimento dos periódicos científicos, também marcados pela firme atuação jurídica da Santa Inquisição da Igreja Católica Romana. Para seu infortúnio, Kepler não compreendeu a mensagem velada desse anagrama.

Dois séculos após, com o advento do telégrafo elétrico, o esquema telegráfico de Samuel Morse propiciou a representação da escrita mediante pontos e traços. Afora o chamado “Alfabeto Telegráfico Morse”, concebeu-se um meta-alfabeto capaz de resignificar, pela troca de signos por novos signos, o simbolismo da codificação (GLEICK, 2013, p.160).

²⁷ Observações de Saturno no portal eletrônico “The Galileo Project”, da Rice University. Disponível em: <http://galileo.rice.edu/sci/observations/saturn.html>. Acesso em 13 nov. 2016.

Edgar Allan Poe, entusiasta da criptografia, ainda na primeira metade do século XIX, realçou a tensão entre transparência e opacidade informacional ao especular sobre a inexistência de uma época em que não tenha existido a necessidade, ou o desejo, de transmitir informações de modo a iludir a compreensão do público. As palavras, ora rearranjadas em anagramas, foram convertidas em cifras.

Já contemporaneamente, no horizonte das “novas” tecnologias digitais, constata-se o uso expressivo de algoritmos criptográficos na rede mundial de computadores. Por meio destes e para múltiplas finalidades, gigantescos oligopólios da internet engendram reinos digitais ordenados por sistemas próprios de governança e soberanias privadas no ciberespaço.

Afinal, o que há de ordinário nos recortes temporais elencados? O caráter da comunicabilidade da ciência – retruca-se, social em sua essência. Assentados pelo contínuo avanço da revolução científica e tecnológica, os recortes remetem a uma sorte de camuflagem de informações ao acomodá-las em códigos, sejam alfabéticos ou matemáticos. Tais informações, conquanto obnubiladas pelos contextos tecnológicos de cada época, propendem a seguir uma lógica análoga entre si.

Assume-se que o processo de codificação das mensagens serve, invariavelmente, a um determinado propósito. Assim, Galilei buscava menos preservar sua privacidade do que reivindicar a prioridade da informação de sua descoberta, ao passo que o invento de Morse enfocava o sigilo e a brevidade das comunicações. A utilização intensa de mecanismos algorítmicos por grandes corporações, por sua vez, evidencia o monopólio da comunicação cifrada no ambiente virtual da internet, ancorado aos regimes de informação. Segundo González de Gómez (2012, p. 44), estes remetem “às relações informação-poder, relações que hoje estariam alavancadas pela pressuposição de que a informação, como algo imerso nas tecnologias digitais e ubíquas, seria aquilo que nelas circula e as dinamiza”.

Ao longo dos séculos, a inteligibilidade da informação comunicada tem se revelado cada vez mais enredada à dimensão do poder e às formas pelas quais este é emanado nas sociedades. Sobretudo, por meio da codificação das mensagens comunica-se sobre o poder que, na forma dessa comunicação, se oculta, revelando-se, nesse ocultamento, novamente, como poder.

No diapasão desse processo de cifragem e decifragem da informação, em relação à comunicação da ciência superespecializada, a divulgação científica se manifesta como uma espécie de desvelamento, abarcada pelos estudos da Ciência da Informação.

Conforme apontado por Foskett (1973), a noção do conhecimento como prerrogativa de uma elite, logo, sob a forma de poder, já era constatada na Grécia Antiga. Em meio à cultura de comunicação oral da época, Plutarco, doxógrafo de Alexandre, o Grande, relata o registro de uma carta deste para Aristóteles, contendo uma reprimenda a Aristóteles por ter publicado suas obras de doutrina oral. Alexandre, então, questiona: “pois, em que nos diferenciamos agora dos outros, se as ciências em que nos instruíste serão comuns a todos?” (Plutarco *apud* FOSKETT, 1973, p. 3). Se o conhecimento encapsula um poder, compartilhá-lo seria um grande risco, então.

Entre zonas de sombra e luz, os estudos sobre os processos de geração, coleta, organização, armazenamento, disseminação, recuperação e uso da informação encontram amparo na Ciência da Informação, plasmando-se nos avanços do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico. Nesse bojo, importa demarcar o alvorecer dessa área sem a pretensão de esgotar todos os seus marcos históricos, porém, iluminar alguns entrecruzamentos com os processos de comunicação científica e os conceitos de informação.

Os vislumbres da Ciência da Informação aludem ao discurso de Paul Otlet, em sua obra “*Traité de Documentation*”, de 1934, e à Documentação, “corrente teórica e prática profícua proposta no final do século XIX [...] composta por princípios e técnicas que promoveram o foco na representação do conteúdo dos diversos documentos visando a ações de promoção do uso da informação” (ORTEGA, 2009, p.60). Contudo, é na década de 60 do século XX que surgem os primeiros conceitos e definições para essa ciência emergente, iniciando-se os debates sobre os fundamentos e marco teóricos dessa nova área (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995).

Em artigo sobre suas origens, nascimento, e evolução, Pinheiro (2005) atenta para o teor desses debates:

As discussões da década de 60 enfatizam a natureza interdisciplinar da área, as denominações iniciais, principalmente a confusão terminológica com a Informática, nos mais diferentes países, suas origens e a interface principalmente com a Documentação, Informática e Biblioteconomia, numa proliferação e multiplicidade de conceitos e definições (PINHEIRO, 2005, p. 17).

Fruto das duas reuniões realizadas em 1961 e 1962, respectivamente, no Georgia Institute of Technology, nos Estados Unidos, é formulado o primeiro conceito para a Ciência da Informação. A partir desse período, Pinheiro (2005, p. 17) reconhece como três as fases do processo evolutivo da Ciência da Informação: a primeira, conceitual e de reconhecimento interdisciplinar, de 1961 a 1969; a segunda, entre 1970 e 1989, delimitando o terreno

epistemológico da área, a partir de princípios, metodologias e teorias próprios, além da influência das novas tecnologias; e por último, uma fase de consolidação da própria área, bem como o aprofundamento do debate sobre a interdisciplinaridade com outras áreas, de 1990 a 1998.

Quanto à primeira fase evolutiva da Ciência da Informação, o aporte teórico de Harold Borko (1968) não deve ser olvidado. No intuito de buscar o que chamou de “um novo sentido de identidade” para a área, o norte-americano contribuiu para a construção de um conceito para a Ciência da Informação, assim como para o desenvolvimento da questão de sua interdisciplinaridade, ponto de discussão ainda atual nesse campo científico. Em seu clássico artigo “Information Science: What is It?”, Borko (1968) reúne as ideias Robert Taylor²⁸, produzindo uma definição amplamente difundida na área:

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem seu fluxo e os métodos para processá-la, visando à acessibilidade e a usabilidade ótimas. Está interessada em um corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. [...] É uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada a campos como a Matemática, a Lógica, a Linguística, a Psicologia, a tecnologia do computador, a pesquisa operacional, as artes gráficas, as comunicações, a Biblioteconomia, a Administração, e outros assuntos semelhantes (BORKO, 1968, p. 3, tradução nossa).

Nas fases subsequentes, destaca-se o célebre trabalho²⁹ de Tefko Saracevic (1996, p. 42), em que assinala três características gerais da Ciência da Informação. Também compartilhadas por outras áreas do conhecimento, consolidam uma estrutura que enseja a compreensão de seu movimento evolutivo: natureza interdisciplinar e mutante; conexão inexorável à tecnologia da informação; e participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação, tendo uma forte dimensão social e humana, que transcende a tecnologia.

Quanto à evolução das relações interdisciplinares, Saracevic (1996) pensa a Comunicação como um dos quatro campos que mantêm relações expressivas com a Ciência da Informação:

²⁸ Conforme Pinheiro (2005), as ideias publicadas em artigo no *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST) em 1966, por Robert Taylor, embasam a definição de Borko (1968) para a Ciência da Informação, dois anos após.

²⁹ Embora as ideias de Saracevic remontem à apresentação do trabalho “Information Science: origin, evolution and relations”, em 1992, na “International Conference on Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives”, refere-se aqui ao ano de 1996, quando publicada sua tradução no periódico “Perspectivas da Ciência da Informação”.

Pesquisadores que trabalharam tanto em CI como em comunicação entendem que o foco unilateral em informação ou em comunicação, por si mesmo é muito estreito, enfraquecendo a pesquisa em ambos. Segundo eles, existem questões emergentes necessitando da atenção de ambas as disciplinas em um trabalho conjunto (SARACEVIC, 1996, p. 53).

Segundo Valério (2005, p. 15), “na interdisciplinaridade com a área de Comunicação Social, este campo do conhecimento estuda, a partir de seus processos e metodologias, a comunicação e a divulgação científicas”. À vista disso, partilha-se da ideia de Saracevic (1996) que a Ciência da Informação tem como enfoque científico o estudo dos processos de comunicação e uso da informação (GOFFMAN, 1970 *apud* SARACEVIC, 1996, p. 46), constituindo-se como área do conhecimento interessada na investigação da comunicação e divulgação científicas.

Por esse prisma, a Ciência da Informação é compreendida pelo croata como um campo de pesquisa científica e prática profissional “voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47).

A ampliação dos contornos e possibilidades metodológicas dessa área reforça a sua natureza interdisciplinar, que também é abordada por outros autores. No início da década de 1970, Foscett (*apud* PINHEIRO; LOUREIRO, 1995) esclarece, sobre a Ciência da Informação:

[...] disciplina que surge de uma ‘fertilização cruzada’ de ideias que incluem a velha arte da biblioteconomia, a nova arte da computação, as artes dos novos meios de comunicação e aquelas ciências como psicologia e linguística, que, em suas formas modernas, têm a ver diretamente com todos os problemas da comunicação – a transferência do conhecimento organizado (FOSKETT, *apud* PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, n.p.).

Metaforicamente, vislumbra-se a imagem da interdisciplinaridade como uma remoção de antolhos disciplinares, descortinando o todo que compreende a realidade, assim, suplantando a compartimentalização do saber. Essa visão holística possibilita o estudo da informação por um viés panorâmico, de um lado a outro, de cima a baixo, dinamizando novas conexões entre as disciplinas e robustecendo o próprio campo disciplinar da Ciência da Informação.

A partir dessa simples metáfora, alude-se à “necessidade por um quadro³⁰”, ressaltada pelo químico e bibliotecário Jason Farradane (1980, p. 75), em seu artigo “Knowledge, information, and information science”, no que tange ao escopo da área e à natureza dos elementos com os quais opera. Para o autor, a Ciência da Informação é uma ciência cognitiva, uma vez que lida com processos do pensamento, englobada por um campo mais amplo composto pela comunicação, ensino e aprendizagem. Desse modo, enfatiza a tônica da linguagem e suas barreiras em relação à estrutura do pensamento, fundamental ao processo comunicacional dos seres humanos, por meio de um esquema descritivo dos eventos que ocorrem ao longo da transferência da informação.

Conforme Pinheiro (1997), “Farradane refere-se ao conhecimento, quando selecionado e traduzido por seu gerador numa linguagem (informação), afetada por restrições de linguagem e qualquer distorção originada da compreensão imperfeita de seu gerador [...]” (PINHEIRO, 1997, p. 125). Nesse sentido, é relevante sublinhar que a comunicação e divulgação dos conhecimentos científicos são fortemente marcadas pelo elemento da linguagem, reiterando a pertinência de sua investigação pela Ciência da Informação.

Por seu turno, ao definir o “obscuro objeto de estudo da Ciência da Informação” (PINHEIRO, 1997, p. 181), Pinheiro (2002) também invoca seu aspecto comunicacional:

O objeto de estudo da área, informação, é um campo vasto e complexo de pesquisas, tradicionalmente relacionado a documentos impressos e a bibliotecas, quando de fato a informação de que trata a Ciência da Informação, tanto pode estar **num diálogo entre cientistas, em comunicação informal**, numa inovação para o setor produtivo, em patente, numa fotografia ou objeto, no registro magnético de uma base de dados ou numa biblioteca virtual ou repositório, na Internet (PINHEIRO, 2002, p. 62, grifos nossos).

Dentre os diversos autores da área que buscaram delinear os contornos conceituais da informação, para o escopo da presente pesquisa, sobressaem, além de Tefko Saracevic, Michael Buckland e Rafael Capurro. Dessa maneira, articulam-se algumas inflexões teóricas sobre determinadas obras desses dois últimos autores, a seguir.

Frisa-se o artigo “Information as thing”³¹, produzido pelo historiador e bibliotecário Michael Buckland, em virtude do seu impacto e alcance na Ciência da Informação, especialmente no âmbito brasileiro.

³⁰ Optou-se aqui por traduzir a expressão do autor “the need for a ‘picture’” como a necessidade por um quadro, diferindo-se de um modelo, segundo Farradane (1980).

³¹ Artigo este publicado originalmente no “Journal of the American Society of Information Science” (JASIS), em 1991.

Nesse artigo, Buckland (1991) aborda a materialidade da informação e a sua compreensão de forma objetiva no campo da CI, propondo identificar pragmaticamente três principais usos do termo informação: como processo, conhecimento e coisa. Para o autor, qualquer coisa, concebida como artefato físico, carregaria em si um potencial informativo.

A partir dessa abordagem, quatro são os aspectos da informação propostos com base em duas distinções analisadas conjuntamente: a primeira, entre entidades e processos; a segunda, quanto à tangibilidade da informação.

A “informação-como-conhecimento” reflete propriamente o conhecimento comunicado, fora de qualquer suporte material. Envolve as ideias, opiniões, crenças e subjetividades, demarcando sua característica intangível. Não se pode tocar nem mensurar a história oral de um povoado ou mesmo as receitas culinárias de uma determinada família, por exemplo. Todavia, por meio da materialização dessas informações em um livro, tais conhecimentos podem ser suportados. É o caso da “informação-como-coisa”, aspecto central da informação tratado por Buckland (1991) nessa obra.

A representação física do conhecimento é expressa pela “informação-como-coisa”, remetendo à questão da fisicalidade da informação. Refere-se aos dados, documentos e conhecimentos registrados. Ao recorrer a uma comparação, o autor afirma que “o conhecimento, contudo, pode ser representado assim como um evento pode ser filmado” (BUCKLAND, 1991, p. 2). Isto é, o conhecimento consiste na fruição do evento, ao passo que, sua materialização; na representação da filmagem. A película utilizada para capturar o material audiovisual desse evento estabiliza e encapsula o seu conteúdo. Sem a sua captura, o momento experimentado consistiria apenas em um acontecimento pretérito. Analogamente, a “informação-como-coisa” denota a perpetuidade da informação capturada: sua representação é necessariamente tangível. Eventos não podem ser recuperados, afinal, tratam da fugacidade experimentada em um momento, do instante preciso e transitório que não mais é. Entretanto, a sua recriação é possível e informativa.

Para além do mero registro da informação em dado suporte, a “informação-como-coisa” é percebida como evidência, mais no sentido potencial do que comprobatório, uma vez que a sua percepção pode vir a impulsionar mudanças no que os indivíduos creem saber. Nesse sentido, é possível reconhecer traços comunicacionais nessa abordagem, uma vez que as evidências da informação registrada descrevem relação direta com os sujeitos que dela fazem uso.

Diante da expansão das TIC, os sistemas de informação lidam exclusivamente com a “informação-como-coisa”. Seu processamento e manipulação apontam para o que Buckland (1991) trata como “informação-como-processo”, exprimindo o ato dos usuários se tornarem informados.

Embora quatro aspectos da informação sejam apresentados pelo autor, o título de seu artigo enfatiza apenas um deles: a “informação-como-coisa”. Entremeando essa observação aos três paradigmas epistemológicos na CI propostos pelo filósofo uruguaio Rafael Capurro (2003)³² é possível ter a impressão, em princípio, de que o conceito de “informação-como-coisa” poderia se enquadrar no que o autor descreve como paradigma físico. Não obstante, afirma Capurro (2003):

Entretanto, ao mesmo tempo, é claro também que o valor informativo a que alude Buckland não é uma coisa nem a propriedade de uma coisa, mas um predicado de segunda ordem, isto é, algo que o usuário ou o sujeito cognoscente adjudica a ‘qualquer coisa’ num processo interpretativo demarcado por limites sociais de pré-compreensão que o sustentam (CAPURRO, 2003, p. 1).

O predicado de segunda ordem ao qual se refere Capurro (2003) denota a contextualização social do sujeito cognoscente atrelada ao conceito hermenêutico de pré-compreensão. Para que a informação seja pensada como coisa, pressupõe-se a atribuição de valores subjetivos por uma determinada sociedade, situada em dado espaço-tempo. Desse modo, a abordagem do termo informação por Buckland (1991) ultrapassa os limites de uma visão essencialista da distinção moderna entre sujeito e objeto. Para além de uma perspectiva fisicalista da informação, esse autor reforça a sua dimensão intangível através da identificação da “informação-como-conhecimento” e da “informação-como-processo”.

Nessa trama de conceitos de informação, a perspectiva de Buckland (1991) parece se coformar mais ao paradigma social proposto por Capurro (2003), na medida em que o valor informativo depreendido considera a informação contextualizada socialmente.

Para Capurro e Hjørland (2007), o estudo etimológico de um vocábulo reflete menos o seu verdadeiro significado do que a inter-relação de seus diferentes usos. Trata-se de pensar que o exercício de significar a informação não se aparta de seu contexto, então, este afinando continuamente o processo de significação. Para mais, importa entender como o termo

³² Em 2003, Capurro apresenta um trabalho sobre Epistemologia e Ciência da Informação na conferência de abertura do V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no qual se aprofunda em três paradigmas epistemológicos predominantes na CI: o físico, o cognitivo e o social.

informação se relaciona a outros termos como documentos, textos e dados, como examinado por Buckland (1991) ao perceber a informação como evidência.

O sortimento de conceitos epistemológicos de informação na CI reverbera tensões entre as abordagens objetiva e subjetiva (CAPURRO; HJØRLAND, 2007). A polifonia conceitual do campo sugere não encerrar exaustivamente as possíveis dimensões da informação. Decerto, as definições apresentadas são mais exemplificativas de um determinado contexto do que taxativas. Não há um conceito absoluto sobre informação, restando o caos terminológico mencionado pelos dois autores.

Já que o limite que distingue o que é ou não informação situa-se na qualidade atribuída às coisas, Buckland (1991) reformula essa questão sob o viés do que poderia ou não ser considerado informativo. Infere que não há como afirmar que algo não possa ser informação, uma vez que tudo é ou pode ser informativo. Ademais, a capacidade de ser informacional é situacional, pois depende das circunstâncias e de julgamentos subjetivos.

Daqui resulta que a capacidade de ‘ser informativo’, a característica essencial da informação-como-coisa, também deve ser situacional. Podemos dizer de algum objeto ou documento que, em tal e tal combinação de circunstâncias, em tal e tal situação ele seria informativo, seria informação, isto é, informação-como-coisa (BUCKLAND, 1991, p. 6-7, tradução nossa).

Percebe-se que o valor informativo de um documento ou objeto (informação-como-coisa) varia de acordo com o contexto em que se insere. Em um banheiro público, por exemplo, um urinol pode indicar um artefato físico para o dejetos de urina. Contextualizado ao movimento dadaísta, o mesmo urinol pode representar uma transformação radical da forma como os objetos artísticos são produzidos e compreendidos, sobretudo, sua apreciação estética. O potencial informativo tem natureza simbólica.

Dessa forma, infere-se que a natureza subjetiva da informação é reforçada por Buckland (1991). Em paralelo, Capurro e Hjørland (2007) ratificam a sustentação do autor de que qualquer coisa pode ser simbólica, sendo dotada de potencial informativo. Considera-se, assim, o processo interpretativo do sujeito ao conceituar a informação.

Várias são as abordagens acerca da Ciência da informação e seu objeto; mas, afinal, para quê serve esta ciência? De acordo com Capurro (1992), deslocar a indagação de Borko (1968) – “o que é Ciência da Informação?” – no sentido de “para quê serve a Ciência da Informação?” conduz a uma nova situação a ser interpretada, somando-se novos rumos epistemológicos relevantes para se pensar a fundamentação teórica do campo. Em seu artigo “What is information science for? A philosophical reflection”, Capurro (1992) critica três

paradigmas epistemológicos positivistas da CI, contrapondo a “virada pragmática” à “virada cognitivista”, a partir de uma perspectiva hermenêutico-retórica.

Para compreender o termo “informação”, o autor recorre à investigação de suas raízes etimológicas, bem como às teorias da ontologia e epistemologia gregas para perceber as conotações que o termo adquire ao longo dos séculos. Sinaliza a maior utilização do termo “informação”, no sentido de prover conhecimento, ao invés do sentido ontológico de dar forma a algo (*informatio*) e atenta que “devemos considerar os dois contextos básicos nos quais o termo ‘informação’ é usado: o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento” (CAPURRO, 2007, p. 155), ações que estão intimamente associadas.

Capurro (1992) sublinha a proliferação do uso desse termo por muitas ciências, diante do caráter interdisciplinar do conceito de informação, instaurando-se um caos terminológico. Para refletir a fundamentação teórica da área, delimita que a noção de informação na Ciência da Informação se restringe à esfera humana. Logo, discorda que o principal conceito do campo seja a informação em si, porém “homem”, empregado no sentido metonímico da espécie expressa pelo gênero. Acredita que determinados pressupostos ontológicos, com origens tanto na Grécia, quanto na filosofia moderna, podem ser relevantes à fundamentação da Ciência da Informação.

Ao repensar uma orientação epistemológica, o autor caracteriza os três paradigmas criticados: o da representação, o da fonte-canal-receptor e o platonístico. O primeiro refere-se ao estudo da representação, codificação e uso racional da informação; o segundo, ao impacto da informação sobre o receptor, enquanto os receptores também são usuários da informação para solucionar seus problemas; e o último considera o conhecimento como algo objetivo em si, independentemente de qualquer operação³³ material. Todos os três paradigmas consideram o sujeito cognoscente³⁴ em interação com algo que se chama informação, permanecendo o problema da relação entre esse mundo e o do sujeito cognoscente.

Sob a ótica da filosofia moderna, considera a diferença entre o sujeito cognoscente como um tipo de substância ou coisa separado dos objetos do conhecimento. Capurro (1992) cita a dissociação que remete ao dualismo cartesiano da substância pensante (*res cogitans*) versus a extensão como propriedade fundamental da matéria (*res extensa*), mente e corpo, levando à ideia de representação subjetivista-objetivista da comunicação humana. Nesse sentido, a comunicação significaria a troca de informação entre dois sujeitos considerando as suas representações dos objetos do “mundo externo”.

³³ Tradução livre atribuída a “carrier”.

³⁴ Tradução livre atribuída a “knowing subject”.

Na Ciência da Informação, esse pensamento se desdobra no ponto de vista cognitivo. Segundo Capurro (1992), o cognitivismo desloca o conhecimento a partir da práxis social, através de um ponto de vista hermenêutico. Sem partir de uma consideração objetivista de algo chamado informação e a sua interação com um emissor ou receptor, a “virada cognitivista” busca a relação intrínseca entre o ser humano que conhece e o seu conhecimento potencial. Todavia, essa virada também é baseada na dicotomia moderna entre sujeito e objeto, enfatizado em excesso uma visão epistemológica da relação entre homem e mundo. A “virada cognitivista”, dessa forma, pressupõe uma relação entre os seres destituída de contexto. Para buscar solucionar as dificuldades consequentes à dicotomia mencionada, Capurro (1992) propõe a introdução de alguns conceitos da hermenêutica.

Ao contrário de considerar a subjetividade como uma psique encapsulada, voltada para o mundo interno e estabelecida para descrever uma visão objetiva ou teórica sobre as coisas pertencentes ao mundo real, a hermenêutica se refere à fundação da dimensão humana de “ser-no-mundo-com-outros”. Esse salto filosófico da dimensão das relações humanas para uma condição humana de pluralidade heideggeriana embasaria a “virada pragmática”, cujo modo de interação com o mundo afetaria a apreensão da informação.

Assim, a informação seria uma dimensão fundamental da existência humana. Se indagar “o que” é informação mostra uma visão essencialista da distinção moderna entre sujeito e objeto, “para quê é a Ciência da Informação” expressa a intersubjetividade da informação.

Como disciplina hermenêutico-retórica, Capurro (1992) analisa a Ciência da Informação com base nas três categorias discursivas aristotélicas: o discurso deliberativo, o judicial e o laudatório (ou epidíctico). O primeiro refere-se aos “argumentos para ou contra alguém ou algo e se relaciona a ações futuras”. O segundo, à “acusação ou defesa e se relaciona com eventos passados”. Por fim, o terceiro trata de “censura ou elogio e é relacionado principalmente com ações presentes”. Essa categorização da retórica por Aristóteles compreende três objetivos e suas respectivas habilidades humanas: “ensinar/informar”, relativo à razão; “influenciar/mover”, referente ao arbítrio e aos sentidos; aprazer, em relação à percepção sensorial e sensual. Ademais, define as características do bom discurso como a não ambiguidade, a generalidade e a adequação.

É precioso notar como a classificação aristotélica mencionada por Capurro (1992) se coaduna ao processo de acomodação da linguagem analisada por Fahnestock (1993). Pela mesma categorização, a autora promove uma análise das alterações que ocorrem com a

informação científica durante a recontextualização de sua linguagem para públicos não especializados, caso da divulgação científica.

O discurso científico original – comumente judicial – visa à persuasão de seus pares quanto às informações observadas. Já uma significativa mudança na situação retórica condiciona uma mudança do gênero discursivo, de modo que as acomodações desse discurso se tornam predominantemente laudatórias: visam menos validar do que celebrar. Nesse sentido, a acomodação da linguagem supera a mera tradução de discursos, visto que um novo discurso é produzido. A “virada pragmática”, então, parece se ocupar menos da linguagem como meio do que como ação.

Retomando a informação pelo viés retórico ressaltado por Capurro (1992), o desafio dessa acomodação parece consistir em tratar via linguagem a desinformação³⁵ do discurso informativo. Nessa direção, ao encontro dos preceitos da divulgação científica, é válido pensar que a informação codificada pode vir a ser desinformação para o leigo. O ponto nevrálgico do paradigma hermenêutico-retórico proposto pelo autor para a Ciência da Informação é o reconhecimento do entrelaçamento da informação e da desinformação como dimensão existencial. O autor atenta, ainda, que não pretende separar o discurso informativo (e deliberativo) de outras formas discursivas, nem isolar todos da ética e da política, afirmando que a ideologia de um discurso informativo puro não considera suas raízes retóricas.

Ao contrário da ideia de informação como uma esfera descontextualizada ou situação independente, as visões hermenêutica e retórica salientam a contextualidade do pensamento, incluindo as dimensões culturais, estéticas, éticas e políticas.

“Ciência da informação é uma ciência hermenêutica apenas, pois não há separação definida entre informação e desinformação. Ciência da informação é a ciência da informação e desinformação” (CAPURRO, 1992, p. 12, tradução nossa).

A partir destes debates acerca da conceituação da Ciência da Informação e seu objeto, a comunicação da informação científica é compreendida pela literatura da área como uma subárea, linha de investigação ou atividade, considerando-se que a ciência só faz sentido quando comunicada. Nesse diapasão, adota-se na presente pesquisa o conceito de informação como fenômeno comunicado (CAPURRO; HJØRLAND, 2007), em consonância com o enfoque científico da Ciência da Informação de estudar os processos de comunicação e o uso

³⁵ Tradução livre atribuída a “misinformation”.

da informação (SARACEVIC, 1996). Uma vez que os arquivos integram o objeto desta pesquisa, também é pertinente a abordagem de Buckland (1991) da informação-como-coisa.

De acordo com Orrico (2009), a interface da Ciência da Informação com as ciências que se dedicam ao documento, a exemplo da Arquivologia, assim como com as ciências da Comunicação, possibilitam novos campos de investigação acadêmica, a fim de melhor compreender o fenômeno informacional:

Tendo, então, como objeto central de interesse o fenômeno *informação*, a CI tem dedicado alguma atenção a novas vertentes desse objeto de pesquisa. Estimulada pela necessidade de formar mão-de-obra qualificada, a ciência viu-se na contingência de ampliar o seu público e, desse modo, surgiu a necessidade de compreender esse processo de transmissão de informações científicas entre aqueles que as produzem e a população leiga. [...] Uma das vertentes de estudo possíveis, então, é problematizar a informação que se dirige a um público não afeto à academia. Nesse sentido, a Divulgação Científica, doravante DC, vem cobrir a distância entre o que é produzido sob os rigores da ciência e a sociedade em geral, fornecendo campo vasto de estudo no âmbito das reflexões sobre o problema informacional (ORRICO, 2009, n.p.).

Atualmente, as demandas pelo acesso social à informação ampliam pensar as estruturas e mecanismos de produção e difusão da informação a partir de seu conteúdo, forma, acessibilidade e recepção. Portanto, em analogia a Capurro (1992, 2003), para além de pensar **que** informação é produzida, é capital refletir **para quem** e **como** esta é produzida:

Pura comunicação significa pura redundância e pura informação é incompreensível. A Ciência da Informação se situa entre a utopia de uma linguagem universal e a loucura de uma linguagem privada. Sua pergunta chave é: **informação para quem?** Em uma sociedade globalizada, na qual aparentemente todos nos comunicamos com todos, esta pergunta vem a ser crucial (CAPURRO, 2003, n.p., grifos nossos).

Dessa maneira, as contribuições da Ciência da Informação despontam como caminho para a percepção do fenômeno informacional, intrinsecamente ligado à divulgação do conhecimento científico.

2.2 A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: “POPULARIZAR OU PERECER”

A chama da ciência deve queimar. *Alere flammam.*

William Crookes

Da origem grega do calor ardente, *káima*, procede o ato de queimar, em latim, denominado *cremare* ou *caimare*³⁶. No entanto, a própria língua latina diferencia essas duas variações de acordo com o seu grau de formalidade: a primeira, refere-se ao latim mais formal, e a segunda; ao vulgar. Para que a chama da ciência possa queimar, como sugere William Crookes, ao prefaciando a obra “The Chemical History of a Candle: With an Introduction by Frank AJL James”, de Michael Faraday, é inescusável depreender a comunicabilidade da ciência como o oxigênio para obter, como reação, o avanço científico. Acima de tudo, a chama da divulgação científica deve *caimare*.

Neste subcapítulo, serão apresentados aspectos da divulgação científica que ambientam as suas origens, em um preâmbulo que situa algumas iniciativas importantes para essa atividade, ademais de um percurso pelos conceitos de divulgação científica, o qual abarca as terminologias mais recorrentes, buscando contextualizá-los em suas inter-relações entre áreas.

Escapa aos objetivos desta pesquisa uma verticalização da abordagem dos modelos de compreensão pública da ciência, sendo esta considerada, por alguns autores, como sinônimo para a divulgação científica. Embora pontos dessa perspectiva sejam tocados ao longo da investigação, não se envereda pelas profundezas dos modelos de atividades de divulgação científica sistematizados por Brossard e Lewenstein (2009), dentre outros autores. Tampouco se aprofundam aspectos conceituais do jornalismo científico, não obstante seja reconhecida a importância de seu papel para a divulgação científica.

2.2.1 Preâmbulo da divulgação científica

Não se trata de tarefa simples precisar um marco alegórico que represente o início da divulgação da ciência. Talvez, pela simples razão de inexistir, exatamente, um ponto historicamente precisável, capaz de determinar o instante em que a ciência atravessa a redoma exclusiva do discurso especializado. O desenvolvimento do conhecimento científico, a especialização da ciência e a recriação da linguagem para não cientistas – ou especialistas de outras áreas, demonstram-se mais como um processo contínuo, ao longo dos séculos, do que como acontecimentos disruptivos, destituídos de suas condições históricas.

Segundo Reis e Gonçalves (*apud* VALERIO, 2005, p. 51-52), “o surgimento da divulgação científica tem sido objeto de estudos e especulações”. A partir de uma dessas

³⁶ Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/busca/?q=queimar>. Acesso em: 29. mai. 2017.

especulações, no mundo ocidental, a origem da divulgação científica remontaria ao século XVII, com o princípio da ciência moderna e a inclusão do conhecimento como parte da educação das pessoas. A consolidação da ciência exigiu tanto o acúmulo de experiências como a sua comunicação. Desde aquele século, a transmissão do conhecimento requeria uma linguagem capaz de expressar "a essência das coisas"; unívoca, clara e precisa, além de dimensionada para o crescimento e especialização de cada ramo científico. Conforme Carlos López Beltrán (*apud* SÁNCHEZ MORA, 2010, p. 33), “a linguagem das ciências suscita mudanças, rearranjos, rupturas nas linguagens naturais”.

De acordo com Sánchez Mora (1998, p. 14), até o referido século, evidenciava-se o predomínio da chamada linguagem comum para abarcar processos experienciais. Por sua vez, esta se prestava como recurso satisfatório para informar a realidade, na acepção etimológica do ato de lhe dar forma, a partir da empiria. Contudo, a tendência à representação intuitiva e literal da realidade deslocou-se para a abstração do método científico, no intuito de assimilar e representar o mundo por meio de uma linguagem simbólica, peculiar ao discurso científico.

Da empiria ao método, o discurso de divulgação também é afetado por esse simbolismo, uma vez que a utilização de uma linguagem específica é condição essencial para o processo de validação da ciência; todavia, essa linguagem não se conforma à percepção da realidade. Ao passo que a estruturação formal da ciência não se relaciona diretamente com a experiência comum, forja-se um distanciamento que parece intransponível entre a ciência e o homem ordinário. Segundo George Steiner (*apud* SÁNCHEZ MORA, 2010, p. 34), a impossibilidade de verbalizar a descrição científica da realidade foi responsável pela criação de domínios apartados de experiência e percepção, o que acarretou imensas consequências; entre estas, é salientado o surgimento da divulgação.

Orrico e Oliveira (2007) substantivam esse distanciamento como um fosso existente entre a produção científica na academia e a sua divulgação para a população em geral. Assinalam a aproximação da empiria à lógica pelo italiano Galileu Galilei, no final do século XVI e início do XVII, como o momento em que a ciência passa a demandar uma nova linguagem simbólica para descrever os fenômenos do universo.

Ao largo dos séculos, é possível identificar o aparecimento de algumas iniciativas voltadas à divulgação científica imbricadas na história da ciência, além de influências da filosofia e do cristianismo, apesar deste tipo de saber não dispor de atributos científicos. Neste preâmbulo, recorre-se a uma digressão histórica para apresentar um panorama de fatos que delineiam aspectos da divulgação científica – como conceituada na contemporaneidade –,

embrionários de seu processo de gênese, que reverberam os deslocamentos sociais da ciência. Inclui-se, também, a menção a certos aspectos não científicos, porém, relevantes para uma contribuição nesse horizonte.

Ainda no período pré-cristão, em “*Mênon*”, diálogo de Platão cuja temática central aborda a possibilidade ou não de ensino da virtude, já é possível encontrar vestígios de uma aproximação entre o conhecimento científico e o não científico. Ao afirmar o conhecimento como anamnese³⁷, refutando a impossibilidade de se investigar o que se desconhece, Sócrates explora a complexidade do processo de aprendizado. Respeitado o devido anacronismo, é possível inferir uma remissão à noção bourdiesiana de monopólio da competência científica, no âmbito das relações descritas no campo científico. Isto é, quem nele pode se pronunciar de modo autorizado e com autoridade.

Em certo momento do diálogo, o filósofo explica a *Mênon* que, além da ciência, a opinião correta também é capaz de dirigir a ação correta:

MEN. Que queres dizer?

SO. Direi. Se alguém que sabe o caminho para Larissa, ou para onde quer que queiras, para lá partisse e guiasse outros, não os estaria guiando bem e corretamente?

MEN. Perfeitamente.

SO. Mas se alguém, tendo uma opinião correta sobre qual é o caminho, mas jamais o tendo percorrido nem tendo dele a ciência, <partisse e guiasse outros>, este também não guiaria corretamente?

MEN. Perfeitamente.

SO. E, penso, pelo menos enquanto tiver a opinião correta sobre as coisas de que o outro tem a ciência, acreditando com verdade embora não compreendendo, não será em nada um guia inferior àquele que compreende isso.

MEN. Em nada, com efeito.

SO. Logo, a opinião verdadeira, em relação à correção da ação, não é em nada um guia inferior à compreensão. E isso é o que agora mesmo negligenciamos no exame sobre que tipo de coisa era a virtude, dizendo que somente a compreensão dirige o agir corretamente, ao passo que, vejo agora, também a opinião verdadeira era <assim> (*Mênon*, 97b).

O conhecimento do caminho, a ciência, e a opinião correta sobre o caminho, o senso comum, não apenas dialogam como são equiparados ao mesmo valor, de forma a se afastar a ideia de ciência e ignorância como extremos opostos:

[...] Platão, ao refletir sobre a complexidade envolvida no processo de aprendizado em geral, nos fornece boas pistas para pensarmos a divulgação científica: a relação entre quem detém “conhecimento” e quem possui somente “opinião” deve calcar-se em um processo dialógico. [...] Em outras palavras, trata-se de impregnar o senso comum, tendencialmente propenso à reprodução, ao imediatismo, ao utilitarismo

³⁷ Segundo o Dicionário de Filosofia de Abbagnano (2007, p. 59), o mito da anamnese é “exposto por Platão, em *Mênon*, como antítese e correção do ‘princípio erístico’ de que não é possível ao homem indagar o que sabe nem o que não sabe, pois seria inútil indagar o que se sabe e impossível indagar quando não se sabe o que indagar”.

(ver Heller, 2004), de questionamento, de senso crítico (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p. 45).

No século II d.C., Tertuliano de Cartago referiu-se a Moisés como *populi informator* para designar a figura do “educador ou modelador de pessoas” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 156), adotando uma conotação de uso pedagógico, além de política. Nessa acepção, sobre o uso do verbo *informare*, Gonzalez (2011, p. 1904) destaca que este “circulava no latim escrito, e não apenas entre filósofos: estava no léxico de, pelo menos, toda a elite romana, até o norte da África”. Nesse caso, não se trata de afirmar que a informação já era acessada pelas massas, porém, mostrar como se desloca da erudição da Filosofia para outros espaços, alheios ao domínio exclusivo dos filósofos.

Já por uma dimensão do cristianismo, sobreleva-se a chamada “Vulgata” (*vulgata versio*), versão latina e oficial da Bíblia. Com o status de “obra mais lida durante toda a Idade Média”, segundo o teólogo Paul Gilbert (1999, p. 35), a Bíblia tinha dificuldades em ser interpretada em seus próprios idiomas originais, a saber: o hebraico, o aramaico e o grego. O desmantelamento de algumas culturas, a partir das invasões bárbaras e do saque de Roma, em 1527, introduziu um impasse quanto à acessibilidade dos textos bíblicos, que não mais podiam ser interpretados em sua língua original. A fim de suprir essa lacuna para a transmissão das escrituras, as primeiras traduções latinas da Bíblia surgiram com rapidez, “a partir do momento em que os ambientes romanos cultos converteram-se ao cristianismo” (GILBERT, 1999, p. 36).

Dentre as traduções produzidas, a versão de São Jerônimo ficou conhecida como “Vulgata”, sendo o primeiro texto impresso por Gutenberg, em 1452. No século XVI, durante o Concílio de Trento, é estabelecido um texto único para a “Vulgata”, à medida que a existência simultânea de outras versões latinas do texto bíblico gerava ruídos à sua transmissão (GILBERT, 1999). Ainda que esse fato não se circunscreva à esfera científica, reconhece-se o desejo de tornar o texto bíblico mais acessível ao público, promovendo a sua divulgação para o povo (*vulgata lectio*).

De volta ao século XVII, o mérito do italiano Galileu Galilei é reiterado. A versatilidade para a divulgação da ciência refletia algumas de suas idiossincrasias, a começar pelo fato de não utilizar a escrita em latim em suas obras, o que facilitou a difusão de seus conhecimentos para o povo através de panfletistas e jograis, com o artifício da imprensa.

Após a abjuração da doutrina galileana sobre o movimento da Terra, quando acusado de herege pelo Tribunal da Inquisição, Galilei reuniu mais evidências a favor da teoria

heliocêntrica e publicou o livro “Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo”. A obra apresentava três personagens, em que Salviati era seu porta-voz, dialogando a respeito dos modelos astronômicos discutidos à época: o geocentrismo ptolomaico e o heliocentrismo copernicano. Censurado, o físico recorreu à reprodutibilidade de sua obra em meio impresso para distribuí-la e burlar o controle institucional da Igreja Católica.

Sánchez Mora (1998, p. 16) destaca tais diálogos de Galileu em defesa da doutrina de Copérnico, escritos em italiano, sob a forma de conversação entre professor e aluno. Seu caráter discursivo aludia à influência da didática e retórica do período renascentista. A associação de Galileu à origem da ciência moderna, analogamente, motivou a suposição de que os diálogos do astrônomo debutam como primeira obra de divulgação científica.

Em que pese o reconhecimento do cientista quanto à barreira linguística do latim para a compreensão da ciência pelo público, língua desconhecida das pessoas comuns – como destaca Pinheiro (2009, p. 258) –, a escrita dos diálogos em italiano não assegurava ao povo, necessariamente, o conhecimento dos desenvolvimentos científicos. Para Sánchez Mora (1998, p. 16), embora escrita em italiano, a teoria copernicana não era de fácil compreensão e requeria conhecimentos especializados.

Sob uma perspectiva histórica, cabe ressaltar que o surgimento da escrita não implicou precisamente a sua inteligibilidade. Em outras palavras, significa dizer que o seu estabelecimento como tecnologia, descolado da efetivação de seu acesso, bem como da competência necessária para compreendê-la, não garantiu aos analfabetos em italiano a chave para o indecifrável. No entanto, a iniciativa de Galilei é notadamente reconhecida por diversos autores como um enorme passo para divulgação da ciência.

Segundo Sánchez Mora (1998, p.23), no século XIX a ciência amadurece e delimita suas especialidades, trazendo consigo uma transformação na linguagem científica que acentua a dificuldade de comunicação entre cientistas e o público leigo: não há uma linguagem comum a ambas para abarcar ideias científicas. A maior parte das sociedades científicas voltaram-se apenas ao público erudito, os “competentes” nessa linguagem super especializada. Assim, destaca que, até o final deste século, a ciência tinha duas finalidades: adequar o seu conteúdo ao público leigo e informar a um determinado público científico sobre especialidades que não a sua.

Nessa época, uma proposta de divulgação científica a ser demarcada é a realização das “Royal Institution Christmas Lectures”, nos auditórios da Royal Institution, em Londres. Desde o início do século XIX, a recém-fundada Royal Institution of Great Britain já promovia

tardes de palestras para adultos. No entanto, é a partir de 1825 que as Conferências Natalinas são criadas, visando a introduzir a um público mais jovem diversos assuntos da Física e Química, através da demonstração de fenômenos científicos. Aproveitava-se, então, a ocasião da pausa do feriado natalino para reunir esse público juvenil³⁸.

As conferências começaram com muito pouca fama, tornando-se extremamente populares, em uma época que as ações relacionadas à educação de ciências voltada para jovens eram escassas. Detém-se atenção ao protagonismo do físico e químico britânico, Michael Faraday, que proferiu 19 séries de palestras³⁹ sobre diversos temas, entre os anos de 1827 a 1860, tornando-se o maior palestrante das Conferências Natalinas até os dias de hoje. Digno de nota é o fato de o próprio Michael Faraday ter deixado a escola ainda jovem, aos 13 anos, dando continuidade à sua educação por meio da participação em conferências de ciências sempre que podia.

As conferências de Faraday envolviam a recontextualização do conhecimento científico para um público leigo, especificado pelas crianças, através de uma jornada metafórica. Utilizava a metáfora como um efeito de sentido, apontando para a necessidade de estabelecer conexões entre dizeres já-ditos e novos dizeres, a fim de esclarecer os textos científicos apresentados.

Outro ponto notável é a percepção do britânico sobre a centralidade do uso de instrumentos visuais para a representação da realidade descoberta, como salientado por Gross (2009):

Nesse processo de transformação, o visual é sempre central: "seria um erro", afirma Gooding, "ver os desenhos [de Faraday] [de aparelhos, seus efeitos e a interpretação desses efeitos] simplesmente como um complemento do texto" [5 p. 123]. Ao invés disso, esses desenhos exemplificam uma divisão de trabalho baseada em princípios entre o verbal e o visual (GROSS, 2009, p. 5, tradução nossa).

O próprio Faraday, em carta enviada a Benjamin Abbott, em 1813, já atenta para a necessidade de reacomodação do conhecimento científico e sua linguagem:

Preciso apontar para a mente ativa de meu amigo a surpreendente desproporção ou, melhor dizendo, a diferença nos poderes perceptivos do olho e do ouvido e a facilidade e clareza com que o primeiro desses órgãos transmite ideias para as ideias da mente que, assim sendo adquiridas, são mantidas de forma muito mais retentiva e firmemente na memória de que quando introduzidas pela orelha. É verdade aqui que a orelha trabalha sob uma desvantagem, a de que o Palestrante pode nem sempre ser

³⁸ Disponível em: <http://www.rigb.org/christmas-lectures/history>. Acesso em: 22 mai. 2017.

³⁹ Optou-se por utilizar como tradução para o termo anglófono "lectures", de modo sinonímico, os termos conferências e palestras.

qualificado para declarar um fato com a maior precisão e clareza que a linguagem permite e que a orelha pode compreender. [...] Mas isso evidentemente nos indica a necessidade de reparação, usando o olho também como um meio para a obtenção do conhecimento [...] (FARADAY; JAMES, 1991, p. 58, tradução nossa).

Nesta mesma carta, considera ainda a natureza do público que se espera receber em cada conferência, assim como a necessidade de adaptá-las para cada tipo de pessoa. Nas Conferências Natalinas, o uso de recursos visuais, analogias e metáforas; o discurso eloquente, resultante da prática da oratória; a clareza de seus argumentos; e o envolvimento com o público contribuíram para o reconhecimento do físico como divulgador da ciência, evidenciando a “sua capacidade de se comunicar com diferentes tipos de público de modo apropriado” (BALDINATO, 200, p. 44).

Já no início do século XX, outra atuação de fôlego no escopo da divulgação da ciência é marcada pela obra do físico alemão Albert Einstein (1879-1955). Em 1916, Einstein escreve sobre a teoria da relatividade de modo mais palatável ao público não especialista, de modo a tornar sua leitura mais simples e palatável ao público leigo. Massarani e Moreira (2001), contextualizam o processo acomodativo da linguagem ocorrido na divulgação dessa teoria:

Em janeiro de 1916, Einstein, após ter chegado à forma definitiva das equações básicas da relatividade geral, escreveu a Lorentz dizendo que atingira seu objetivo, mas que as deduções de suas equações ainda estavam terrivelmente complicadas e que deveriam ser simplificadas. Sugeriu, em seguida, que Lorentz poderia cumprir esta tarefa. E acrescentou: "Eu próprio poderia fazê-lo, pois tudo está claro para mim. Infelizmente, porém, a natureza negou-me o dom da comunicação, de modo que o que escrevo está certamente correto, mas é completamente impossível de digerir." Lorentz respondeu que seria importante que o próprio Einstein expusesse seus princípios de uma forma tão simples quanto possível, de modo que todos os físicos (ou, pelo menos, uma boa parte deles) pudesse familiarizar-se com o conteúdo da relatividade. Incentivado, Einstein escreveu um texto com caráter de artigo de revisão, fazendo uma sinopse da teoria. Como esse artigo foi bem recebido *intra corporis*, isso teria, na opinião do biógrafo de Einstein, Abraham Pais, estimulado Einstein a escrever um texto que pudesse atingir um público ainda mais amplo (MASSARANI; MOREIRA, 2001, p. 10).

Segundo o próprio físico, tornar suas ideias acessíveis ao povo não corresponderia, todavia, ao empobrecimento de seu conteúdo: “tudo deveria ser feito o mais simples possível, mas não mais simples do que isso”⁴⁰.

No cenário brasileiro, é imprescindível mencionar a atuação do paulista José Reis (1907-2002), virologista e jornalista pioneiro da divulgação científica no Brasil. Segundo Pinheiro, Valério e Silva (2009, p. 257), José Reis “manifesta sua percepção de proximidade

⁴⁰ Tradução livre da frase “Alles sollte so einfach wie möglich gemacht sein, aber nicht einfacher”.

entre os sofistas e a divulgação científica. A razão seria seu método pedagógico e ‘empenho em mobilizar, na população, o conhecimento, qualquer que seja ele’, transmitindo-o, de cidade em cidade até o povo”.

Na década de 1940, José Reis começa a contribuir diretamente com o jornalismo científico nacional, mantendo por mais de 50 anos uma coluna dedicada a temas de ciência no jornal “Folha de São Paulo”. Em homenagem ao seu legado, o CNPq criou em 1978 o Prêmio José Reis de Divulgação Científica, a fim de prestigiar indivíduos e instituições que tenham desenvolvido trabalhos relevantes nessa área. Além disso, Reis foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, principal entidade a promover eventos e publicações voltadas para a divulgação científica, especialmente a partir dos anos 70 (MOREIRA; MASSARANI, 2002, p. 58).

Mais recentemente e já na segunda metade do século XX, Sánchez Mora (1998, p.31) assinala o surgimento de alguns cientistas escritores, que unem o conhecimento científico à criatividade por meio de elementos literários para captar o interesse do público leigo. A opção pela prosa, sem o uso de jargões científicos ou uma “sintaxe impenetrável”, atrai a atenção do público e estimula uma leitura prazerosa. Nesse sentido, a autora reforça o lugar de fala desses cientistas que, autorizados pela comunidade científica, buscam transmitir experiências mediante um reajuste contínuo da linguagem, podendo ser utilizados como instrumentos de ensino ou de informação.

Quanto a esse novo estilo de divulgação da ciência, releva-se o nome do nova-iorquino Carl Sagan (1934-1996), astrônomo que passou da torre de marfim direto para os estúdios de televisão⁴¹. Na década de 1980, por meio da série televisiva “Cosmos: uma viagem pessoal”, Sagan aproximou uma diversificada audiência aos mistérios do universo, apresentando informações científicas de um modo mais atraente, quicá poético. O programa rendeu a publicação de “Cosmos”, um dos livros científicos mais vendidos até hoje⁴², no qual Sánchez Mora (1998, p. 62) destaca o uso da metáfora para apresentar a dimensão do cosmos e suas possibilidades de exploração, em tom lírico.

Por milhões de anos, todos tinham claro que não existiam outros lugares fora da Terra. Então, no último décimo de um centésimo de tempo de vida de nossa espécie, no instante entre Aristarco e nós, percebemos, relutantemente, que não éramos o

⁴¹ Disponível em: <http://www.carlsagan.com/>. Acesso em: 30 mai. 2017.

⁴² Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/best-selling-science-book/>. Acesso em 31 mai. 2017.

centro e o propósito do universo, mas que vivíamos em um pequeno e frágil mundo, perdido na imensidão da eternidade [...] (SAGAN, 1980, p. 318).

Além disso, Sagan (*apud* DICKE, 1996) já alertava as razões do cientista em explicar a ciência, endossando o potencial comunicacional da ciência e a participação do público:

Há pelo menos duas razões pelas quais cientistas têm a obrigação de explicar sobre o que se trata a ciência. Uma é o gritante auto-interesse. Grande parte do financiamento para a ciência vem do público, e o público tem o direito de saber como o seu dinheiro está sendo gasto. Se nós, cientistas, aumentarmos a empolgação do público sobre a ciência, há uma boa chance de obter mais incentivadores públicos. A outro é que é tremendamente empolgante comunicar a sua própria empolgação para os outros (SAGAN *apud* DICKE, 1996, n.p., tradução nossa).

Os exemplos de divulgação da ciência pelo mundo, bem como os elementos de seu processo embrionário, assumem “diferentes formas, adequadas ao seu tempo, foram semeando a área até chegar ao estágio atual, marcado por peculiaridades [...]” (PINHEIRO; VALÉRIO, SILVA, 2009, p. 258). Nesse sentido, a seguir, busca-se apresentar alguns conceitos de divulgação científica, aspectos relevantes a essa conceituação e perspectivas de diferentes autores sobre essa temática.

2.2.2 Conceitos de divulgação científica

Ao desvelar um breve histórico sobre a divulgação científica, Sánchez Mora (1998) expõe a tônica da problemática relativa à delimitação conceitual dessa atividade. Com efeito, qualquer investida em consolidar uma definição demonstra-se seletiva e incapaz de envolver a totalidade, inclusive quanto aos conceitos que aludem à divulgação da ciência. Trata-se de uma frustração previsível, circunscrita no próprio território finito que as definições encerram.

Tão certa quanto a impossibilidade de abarcar o todo, persiste a ausência de uma definição consensual sobre a definição de divulgação científica. Não se pretende, portanto, promover esforços nessa direção. Tal qual Massarani (1998), ao longo do primeiro capítulo de sua dissertação, pontua-se que inexistem qualquer intenção de encontrar uma definição que encapsule a amplitude dos aspectos inerentes a essa atividade.

Este apuro alude ao que é exposto por Capurro e Hjørland (2007, p. 151) ao pensarem em como se deve definir um termo científico. Posto que inexistem definições verdadeiras ou falsas, porém, mais ou menos produtivas, importa compreender como diferentes sujeitos empregam os termos. Nem sempre seu uso ordinário coincide com as definições formais,

sendo oportuno tanto comparar definições científicas explícitas com definições implícitas de uso comum, quanto considerar o significado de uso dos termos em relação a outros, em suas unidades sintáticas.

Além disso, é imprescindível ancorar a elaboração de definições ao espaço-tempo em que são emanadas, uma vez que presumem a coexistência de uma pluralidade de conhecimentos, os quais, inexoravelmente, transpassam aspectos políticos, culturais, éticos e identitários, inerentes à sociedade que os compreende. De tal sorte, as conceituações apresentadas para a divulgação científica sujeitam-se a parcialidades decursivas de lugares de fala diferenciados.

Inicialmente, antes de apresentar as variações terminológicas para a conceituação de divulgação científica, também conhecida pelos termos popularização da ciência e vulgarização da ciência, é primordial mencionar a abordagem da socialização da informação, uma possibilidade preliminar da transferência de conhecimentos entre a sociedade.

Ainda na década de 1990, uma iniciativa pioneira de socialização da informação foi o Projeto Saci, desenvolvido a partir de 1995, no âmbito do PPGCI do CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, coordenado pelas professoras Gilda Braga e Heloísa Christovão. O núcleo do projeto considerou contribuições de Paulo Freire, promovendo uma relação interdisciplinar entre a Ciência da Informação e a área da saúde, principalmente. Superava-se a ideia de uma mera tradução da informação científica para o público, em geral, revelando indícios de um caráter colaborativo entre produtores e usuários da informação.

Não por acaso, esta década foi sublinhada pela riqueza de pesquisas sobre divulgação científica. Segundo Pinheiro, Valério e Silva (2009, p. 273), três dissertações sobre o tema foram apresentadas naquele programa de pós-graduação, além da produção da primeira tese de doutorado sobre divulgação científica no contexto brasileiro, em 1999, por Rose Leite. Ressalva-se que sua pesquisa foi a primeira a tratar desta temática no âmbito da Ciência da Informação. Porém, credita-se a Wilson Bueno a primeira tese sobre divulgação científica no Brasil, realizada na área da Comunicação Social, em 1995.

De acordo com Leite (1996, p. 66), a ampliação dos contornos e possibilidades metodológicas da Ciência da Informação reforça o seu caráter interdisciplinar, deslocando o enfoque de abordagens tradicionais sobre o sistema e o documento para o usuário e as peculiaridades inerentes à busca da informação. Nessa direção, aponta que “as exigências do acesso social à informação devem ampliar a participação da comunidade” (LEITE, 1996, p.

66), ressaltando o quão essencial é pensar “o que?”, “para que?” e “como?”, em relação à produção da informação.

No bojo dessa visão estendida, a autora situa a abordagem da socialização da informação, em interface com a Ciência da Informação, na esfera dos estudos de comunicação científica e sociologia do conhecimento. Dentre as suas linhas temáticas, destacam-se a comunicação e divulgação científicas. Aponta, ainda:

Esse olhar contribuirá para eliminar a distinção hierárquica entre conhecimentos científico e popular, e talvez resulte numa nova maneira de pensar os sistemas de informação, sua estrutura, funcionamento e objetivos. Garante-se, com isso, os meios necessários para a democratização e a socialização da informação (LEITE, 1996, p. 67).

É interessante notar a ênfase que é dada por essa perspectiva para a relação entre a complexidade da informação e o distanciamento entre os tipos de conhecimento, assumindo, claramente, um viés de democratização da informação: “o contraste e a incomunicação existentes entre a vida acadêmica e o contexto sociocultural que a envolve representam um impasse teórico e político que precisa ser superado” (LEITE, 1996, p. 57).

Contextualizada a socialização da informação, é capital proceder a uma análise dos termos “difusão”, “disseminação”, “divulgação”, “popularização” e “vulgarização”, todas referentes à questão do acesso ao conhecimento científico, fio condutor que liga todos esses termos à ciência, adjetivando-os. É preciso considerar a matização de significados de cada um deles. Para os propósitos desta dissertação, esclarece-se que é adotado o termo “divulgação científica” em razão de sua predominância na literatura nacional sobre o tema.

Segundo Valerio (2005, p.50), há indícios da literatura de que “as denominações divulgação científica, vulgarização científica e popularização da ciência equivalem-se e cada expressão é adotada conforme o país e a época em que esta área é estudada”. Nesse sentido, concorda-se com Massarani (1998, p. 18), ao depreender coincidentemente os significados de vulgarização científica, divulgação científica e popularização da ciência, para os efeitos desta investigação.

De acordo com Pinheiro, Valerio e Silva (2009, p. 259), a vulgarização da ciência trata de expressão empregada na França, onde a revista *La Recherche* é publicada, conhecida por sua tradição em divulgação científica. Segundo Massarani (1998, p. 14), o surgimento do termo “vulgarização” da ciência remete à França do início do século XIX, e, já em sua segunda metade, relata-se a conotação pejorativa associada a esse termo. Apesar de designar a ação de falar sobre a ciência para leigos, essa expressão também remetia à ideia de vulgar. Por

sua vez, o termo vulgar tem como origem latina *vulgare*, relativo ao *vulgus*, o povo. “Este étimo latino está presente também em divulgar e divulgação, isto é, tornar algo conhecido de todos” (SILVA, D., 2014, n.p.).

Vergara (2008, p. 137) analisa os percursos do termo “vulgarização” da ciência no contexto brasileiro do século XIX e revela como, ao longo do tempo, lhe foi atribuída uma carga semântica negativa:

Se em um determinado momento utilizar o termo “vulgarização” não trazia nenhum desconforto, a ampliação do conceito de cidadania pode ter acessado a lembrança de que o *vulgus* na Roma clássica era uma categoria inferior que não votava, diferente de *populus*, os cidadãos. Essa explicação pode nos dar algumas pistas sobre a atual utilização de *divulgação* ou *popularização* da ciência, no Brasil, e *divulgación*, em outros países da América Latina (VERGARA, 2008, p. 137).

Ou seja, a adjetivação “vulgar” não seria pejorativa em si, em um dado momento, entretanto, quando contextualizada e contraposta ao sentido de erudição, chocando-se com a alteridade de quem não detém prestígio, infortunado se torna aquele que é vulgar.

Essa conotação negativa já podia ser percebida em 1789, como exposto pelo o “Diccionario da lingua portugueza” de Antonio de Moraes Silva. Ainda que apenas na edição de 1813 deste dicionário se encontre o substantivo “vulgarização”, como aponta Vergara (2008), já se apresentam significados para o verbo vulgarizar na edição do século XVIII:

Reduzir ao estado do plebeu, e homem vulgar. Fazer comum, com abatimento da nobreza, graduação. [...] Vulgarizar o corpo, devassá-lo, prostituí-lo “mulher que se vulgarizava ao primeiro que chegasse”. Vulgarizar a fama, dando-a a coisas vulgares. Traduzir em vulgar. Publicar a todos (SILVA, A., 1789, p. 867).

Interessante é notar a gritante diferença de gênero entre a acepção do homem, do povo, vulgar, e da mulher; prostituta. Vergara (2008, p. 138) pontua que o ato de vulgarizar compreende um prejuízo semântico em relação ao deslocamento de valores do que era nobre para plebeu, culminando com a prostituição. Destaca, ainda, que a questão da tradução é central para a caracterização da vulgarização, desde as suas primeiras definições, grifada “tanto pelo limite da fidelidade a algo anterior a si mesma quanto pelo sentimento de impossibilidade de transmissão integral do sentido em questão” (VERGARA, 2008, p. 139).

Ao analisar a etimologia da palavra tradução, a autora depreende a sua origem pelos humanistas italianos e a missão do tradutor de difundir as obras-primas da antiguidade, de maneira a torná-las acessíveis a todos. Nesse sentido, ao conter diversos elementos enunciados pela tradução, tais quais “o limite na transmissão dos conteúdos; a preocupação de

estar ao alcance de todos e assim conferir um efeito universal ao conhecimento; além de carregar consigo também a centelha do novo” (VERGARA, 2008, p. 139), a vulgarização da ciência é considerada pela autora como uma atividade criadora, uma vez que faria existir algo inédito.

Conforme Massarani (1998), a influência francesa na cultura brasileira é sinalizada como uma possível causa para a utilização do termo “vulgarização” no Brasil, em várias publicações do século XIX e início do XX. Salienta que, na década de 1920, Miguel Ozorio de Almeida, expoente da fisiologia brasileira, já argumentara sobre as dificuldades da transmissão de informações científicas, ao afirmar que os detalhes técnicos não interessam ao leigo, porém, as linhas gerais de um determinado conjunto de conhecimentos. Ozorio de Almeida (1931), então, denota a finalidade da vulgarização da ciência:

A vulgarização científica bem conduzida tem, pois, por fim real, **mais esclarecer do que instruir** minuciosamente sobre esse ou aquele ponto em particular. Mantendo constantemente a maioria das inteligências em contato com a ciência, ela virá criar um estado de espírito mais receptivo e mais apto a compreender. Ela se destina mais a preparar uma mentalidade coletiva, do que realmente a difundir conhecimentos isolados (OZORIO DE ALMEIDA, 1931, p. 234, grifos nossos).

Ainda segundo Massarani (1998, p. 15), a forte influência francesa sobre a cultura brasileira, constatada, inclusive, pela importação de seus modismos e costumes nos centros urbanos do Brasil, consiste em possível causa para a preferência de uso do termo “vulgarização”. Desse modo, no cenário brasileiro, a designação “divulgação científica” reflete o termo mais adotado, embora simultaneamente seja utilizado “popularização da ciência”, expressão mencionada no contexto científico nacional das décadas de 1960 e 1970, também sendo comum em outros países latino-americanos.

Como destaca Valerio (2005, p. 57), “a origem do termo divulgação científica vem de Pasquali, um dos pensadores que introduziram na América Latina o pensamento comunicacional, anterior à maioria dos teóricos da Escola de Frankfurt”. Segundo Massarani (1998), em 1978, Pasquali preocupou-se em distinguir os termos difusão, disseminação e divulgação. Assim, o autor entende a difusão como “o envio de mensagens elaboradas em códigos ou linguagens universalmente compreensíveis para a totalidade das pessoas”. Por sua vez, a disseminação consistiria no “envio de mensagens elaboradas em linguagens especializadas, ou seja, transcritas em códigos especializados, a receptores selecionados e restritos, formado por especialistas”, podendo ser realizada entre especialistas da mesma área (intrapares) ou de áreas diferentes (extrapares). Já a divulgação seria “o envio de mensagens

elaboradas mediante a transcodificação de linguagens, transformando-as em linguagens acessíveis, para a totalidade do universo receptor” (MASSARANI, 1998, p. 18 *apud* PASQUALI, 1978).

A partir das colocações de Pasquali (1978), Wilson Bueno, doutor em Comunicação pela USP, propõe uma reelaboração dos conceitos apresentados. Em sua tese de doutorado sobre o jornalismo científico no Brasil, Bueno oferece algumas das contribuições teóricas mais relevantes para a divulgação científica brasileira, estreitando ainda mais a aproximação teórica da divulgação científica com a Comunicação.

Assim, para Bueno (1995) a disseminação científica⁴³ caracteriza-se pela transferência da informação em códigos especializados, direcionada a um público composto de especialistas, ao passo que a divulgação científica presume um processo de recodificação, visando a uma linguagem não especializada para tornar o conteúdo transposto acessível a um amplo público. Dessa forma, compreenderia o uso de recursos, técnicas e processos para a veiculação de informações de ciência e tecnologia ao público não especializado.

Cumprir destacar a diferença de uso do termo disseminação em duas acepções distintas: pela primeira, este é empregado nos limites do domínio de uma área, a exemplo da Ciência da Informação; pela segunda, adentra um universo vocabular cotidiano, de modo genérico, como forma sinonímica da ação de espalhar, alastrar ou propagar.

O autor pontua o caráter fundamental da enunciação dessas definições em resposta às indagações referentes ao objeto que designam a comunicação e divulgação científicas. Ao situar as realidades que as circunscrevem e como ambas se relacionam, definem-se, também, os limites e a abrangência de cada uma, contribuindo-se para o refinamento conceitual da difusão de informações em ciência (BUENO, 2010):

Embora os conceitos exibam características comuns, visto que ambos se reportam à difusão de informações em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), eles pressupõem, em sua práxis, aspectos bastante distintos e que necessitam ser enunciados. Incluem-se, entre eles, o perfil do público, o nível de discurso, a natureza dos canais ou ambientes utilizados para sua veiculação e a intenção explícita de cada processo em particular (BUENO, 2010, p. 2).

Outra definição a ser destacada para a divulgação científica é a de José Reis (*apud* MASSARANI, 1998, p. 19), tratando-a como a “veiculação em termos simples da ciência como progresso, dos princípios nela estabelecidos, das metodologias que emprega”. Tal qual

⁴³ Cabe aqui relembrar que a abordagem de Bueno (1995) reflete o seu lugar de fala, a Comunicação Social. Não se trata, assim, da mesma visão partilhada pela Ciência da Informação.

o pioneiro da divulgação científica no Brasil, também agraciado pelo Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência⁴⁴, em 1974, o físico Luis Estrada, morto em abril de 2016, destacou-se por sua atuação e estudos dedicados à divulgação científica no México. Enfatiza-se a expressiva produção científica e técnica do mexicano, além de seus esforços quanto à promoção de ações de divulgação da ciência, embora as referências teóricas deste autor ainda sejam pouco exploradas no Brasil.

Ao se referir à difusão da ciência, Estrada (1992) esclarece que nesta atividade distinguem-se vários aspectos definidos por termos distintos.

Assim, para a transmissão de conhecimentos entre especialistas se emprega o termo difusão. Um biólogo, por exemplo, difunde os resultados de suas investigações a outros biólogos, e para isso emprega meios de comunicação especializados, criados para esse efeito. No caso da transmissão do conhecimento ao público geral, ou a cientistas de uma especialidade diferente a do tema que se deseja transmitir, se emprega a palavra divulgação. [...] Como a tarefa de divulgação da ciência é muito ampla, é necessário distinguir nela vários tipos de atividade e considerar diferentes níveis de apresentação, já que o receptor da mensagem científica consiste em um grupo muito heterogêneo, o público geral. [...] Além dos termos difusão e divulgação, para se referir à transmissão do conhecimento científico, se emprega o de comunicação. Isso acontece quando se busca o diálogo, isto é, quando se participa determinado conhecimento com a intenção de o outro interlocutor intervenha (ESTRADA, 1992, p. 19, tradução nossa).

Cabe ressaltar que Estrada (1992) depreende a difusão da ciência de modo sinônimoico à sua comunicação. Contudo, sua pupila Sánchez Mora (2010), também nascida no México, esclarece que isso se deve à tradição e o costume em seu país do uso indistinto dos verbos comunicar e divulgar, respectivamente, no sentido de transmitir, levar ao conhecimento, e propagar, levar ao público, colocar ao alcance de todos algo antes reservado a poucos. Para o mexicano, difusão e divulgação são atividades de comunicação na busca de diálogo, entendido como o intercâmbio entre saberes e experiências.

Mais precisamente, Sánchez Mora (2010) afirma a divulgação científica como um ato de comunicação, porém, distinguindo-a do restante da comunicação da ciência:

Estritamente falando, o conceito de comunicação da ciência abrange todas as atividades de comunicação com conteúdo científico, desde a comunicação entre especialistas, passando pelo ensino, até a divulgação, destinada para o público leigo. [...] Para evitar confusões, com a palavra “difusão” denotamos a disseminação do conhecimento entre especialistas (publicar resultados de uma investigação,

⁴⁴ O Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência é oferecido pela UNESCO desde 1952 e até o presente momento, além de José Reis, outros quatro cientistas brasileiros também foram premiados. Disponível em: <http://www.kalingafoundationtrust.com/website/kalinga-prize-for-the-popularization-of-science.htm>. Acesso em: 02 jun. 2017.

apresentar trabalhos em um congresso científico) (SÁNCHEZ MORA, 2010, p. 7, tradução nossa).

Desse modo, elucida essa questão ao associar a divulgação da ciência à comunicação com públicos não científicos. Inicialmente, Sánchez Mora (1998, p. 9) opta por uma definição mais funcional: “divulgar é recriar, de alguma forma, o conhecimento científico”. Após mais de dez anos, em seu livro “Introducción a la comunicación escrita de la ciencia”, a autora aprofunda ainda mais a discussão sobre a divulgação científica e propõe uma definição assumidamente ampla, no intuito de abarcar múltiplas possibilidades:

[...] a divulgação da ciência é uma tarefa multidisciplinar cujo objetivo é comunicar, utilizando uma variedade de meios de comunicação, o conhecimento científico para diferentes públicos voluntários, recriando-o com fidelidade e contextualizando-o para torná-lo acessível (SÁNCHEZ MORA, 2010, p. 12, tradução nossa).

A ênfase desta definição está justamente em abarcar a riqueza da informação em contexto, estimulando o debate sobre a natureza da divulgação. Outro aspecto interessante está na ideia de “públicos voluntários”, colocada em contraponto ao ensino formal, que não teria um caráter voluntário, segundo a autora. Assim, presume-se que a figura do divulgador contempla, minimamente, ter cultura científica; utilizar algum meio de comunicação; e recriar o conhecimento.

Todavia, é importante ressaltar que a visão da divulgação da ciência paralela ao ensino formal não é unânime, uma vez que há autores na área que a compreendem como parte do processo de ensino-aprendizagem. Nessa direção, Orrico (2012, p. 120) destaca o papel educativo da divulgação científica, situando tal processo no “âmbito da educação popular”. A exemplo disso, a utilização do livro didático é salientada como um instrumento que entrecruza a cultura escolar com a científica, por meio de diversos discursos da ciência:

Nesse cruzamento de culturas, depreendemos que a cultura científica continua sendo preponderante nesse modo de divulgação científica, como léxico específico, valorização de determinados protocolos de pesquisa, descrição de modelos de explicação de fenômenos que correspondem a práticas discursivas que se sustentam no espaço educativo (ORRICO, 2012, p. 128).

Sánchez Mora (2010) reconhece, ainda, algumas das principais dificuldades para a formulação de uma definição singular para a divulgação científica, considerando o seu processo evolutivo e sua diversidade ao longo do espaço-tempo. Nesse sentido, atenta para

alguns fatores que devem ser ponderados ao se pensar o desafio de elaborar uma definição única.

1) A divulgação não é uma disciplina (no sentido de objeto, doutrina, ensino, carreira); é uma tarefa, um ofício; alguns a concebem como "área emergente"; 2) é um trabalho multidisciplinar (envolvem-se a ela múltiplas disciplinas: ciências naturais e sociais, humanidades, artes e técnicas); pelo mesmo, 3) Não há consenso, nem dentro, nem fora da comunidade de divulgadores, internacional ou local, sobre suas fronteiras (o que a diferencia de outros trabalhos, ou multidisciplinas afins: pedagogia, [...], psicologia, literatura, história, sociologia, filosofia, etc) (SÁNCHEZ MORA, 2010, p. 11, tradução nossa).

Em paralelo aos esforços para desenhar os contornos da divulgação científica, Sánchez Mora (2010, p. 15) dedica-se a explicar o que **não é** divulgação científica, recurso que, na verdade, também é pertinente e útil para delimitá-la. De acordo com a autora, a divulgação não se trata de ensino formal da ciência, nem um processo de tradução literal, tampouco formas de diversão ou doutrinação. Há, contudo, pontos que convergem para um consenso mínimo: “a divulgação da ciência deve se relacionar com a ciência como conhecimento e prática, como conjunto de sistemas de representação do mundo e como diversidade de atividades que geram conhecimento, a prática e a representação” (SÁNCHEZ MORA, 2010, p. 11, tradução nossa).

No tocante aos aspectos terminológicos relacionados à divulgação científica, cabem algumas observações. Além da conotação pejorativa já vista para o termo “vulgarização”, o termo “divulgação” não se isenta da mesma carga semântica, ainda que por motivos diferentes. Como bem lembra Sánchez Mora (2010):

“Divulgar” também é um termo profissionalmente pejorativo, já que o exato das ciências exatas são suas equações, prescindir delas significa cair em “bowdlerización” (termo “em homenagem” de quem reescreveu a Shakespeare, removendo-lhe o “vulgar e prosaico”), isto é, não apenas fazer versões mais simples das ciências originais, mas interpretações totalmente distintas que fazem afirmações distintas e chegam a conclusões distintas (SÁNCHEZ MORA, 2010, p. 8, tradução nossa).

Quanto às variações terminológicas, Pinheiro, Valerio e Silva (2009, p. 259) atentam para a importância de observá-las situadas no tempo e espaço. A partir de Massarani (1998, p. 14) e Sánchez Mora (2010, p. 8), depreende-se:

Quadro 4 – Variação terminológica do termo divulgação científica por país

País	Principais termos utilizados
Brasil	Divulgação científica; popularização da ciência

França	Vulgarização da ciência
México	Divulgação científica; comunicação da ciência
Espanha	Jornalismo científico
Outros países de língua espanhola	Divulgação científica; popularização da ciência
Países de língua inglesa	Comunicação pública da ciência; entendimento público da ciência

Fonte: Elaboração própria (2017), com base em Massarani (1998) e Sánchez Mora (2010).

Essa variabilidade pode ser percebida, ainda, em consulta ao Tesauro da UNESCO⁴⁵, disponível em três idiomas: inglês, francês e espanhol. O termo “science popularization”⁴⁶ é apresentado como termo preferido, tendo como conceito amplo, hierarquicamente, “scientific information”. Pertencente ao grupo “information and communication > information sciences”, apontam-se como seus termos equivalentes: “vulgarisation scientifique”, em francês, “популяризация науки”, em russo, e “divulgación científica”, em espanhol. Ou seja, aborda-se o termo popularização da ciência, porém, reconhecendo-se as variações admitidas em outros idiomas.

No âmbito do CNPq, por exemplo, tanto popularização quanto divulgação são termos associados à ciência, de modo complementar⁴⁷. O primeiro, incentivando o debate do desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade, relacionando-o à responsabilidade social do cientista e à conquista de cidadania, já o segundo; definido por “uma atividade complexa em que os conhecimentos científicos e tecnológicos são colocados ao alcance da população para que esta possa utilizá-los nas suas atividades cotidianas e tomadas de decisão que envolvem a família, a comunidade ou a sociedade como um todo”. Nessa direção, a partir de 2012 observa-se a criação de uma aba denominada “Educação e Popularização da C&T” na base de dados de currículos da Plataforma Lattes, a fim de acomodar os trabalhos de educação e popularização de ciência e tecnologia.

Segundo Albagli (1996), em definição há mais de 20 anos, popularização da ciência e divulgação científica são apresentadas como sinônimos, destacando a maior frequência de uso desta na literatura. A autora utiliza a definição de Bueno (1995), inferindo que a divulgação presume a tradução de uma linguagem especializada para outra, leiga, com vistas a atingir um público maior. Por sua vez, na esfera da difusão da ciência, circunscreve os conceitos de disseminação científica, orientada para especialistas, bem como de divulgação científica,

⁴⁵ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) disponibiliza um tesauro próprio que trata de uma lista controlada e estruturada de termos para a análise temática e a busca de documentos e publicações em diversos campos, incluindo o relativo à informação. Disponível em: <http://vocabularies.unesco.org/>. Acesso em 28 mai. 2017.

⁴⁶ Disponível em: <http://vocabularies.unesco.org/thesaurus/concept8279>. Acesso em 28 mai. 2017.

⁴⁷ Disponível em <http://cnpq.br/apresentacao-divulgacao-cientifica/>. Acesso em 30 mai. 2017.

voltada para o público leigo em geral. Categoriza o papel desempenhado por esta segundo os objetivos para os quais se orienta: educacional, cívico ou mobilização popular.

De maneira análoga, Christovão e Braga (1997, p. 41-42) grifam a difusão da informação como “termo este mais abrangente que engloba tanto a disseminação (entre pares), quanto a divulgação (público mais leigo) da informação”.

Fato é que não há consenso quanto à natureza da divulgação científica na literatura que a compreende: atividade, ação, trabalho, ofício, linha, subárea da Ciência da Informação ou, ainda, área emergente.

Para o escopo da presente pesquisa, apropria-se da definição utilizada por Sánchez Mora (2010) ao assumir a divulgação científica como uma tarefa, porém, no contexto da Ciência da Informação, sendo considerada interdisciplinar ao fenômeno informacional. Além disso, na condição de tarefa, entende-se que abarca processos para o seu desempenho, resultando no ato de divulgação em si. Desse modo, foi determinada a opção pelo construto “processos de divulgação científica” para se reportar à atividade realizada pela divulgação científica.

Para empreender esses processos, várias são as abordagens verificadas na literatura quanto ao processo de metamorfose a que o discurso de divulgação científica deve se conformar: transposição, transformação, tradução, adaptação, reformulação, recriação, recontextualização. Entende-se que esse processo exige mais do que os recursos necessários para uma tradução da linguagem especializada, é preciso abranger o contexto, como apontado na definição de Sánchez Mora (2010). Essa autora julga mais sugestiva a tarefa de recriação, considerando a divulgação como discurso secundário, porém, autônomo.

Um ponto importante ser esclarecido consiste na forma como é empregado o verbo recriar nesta investigação, que reflete o sentido de tornar a criar, criar novamente. Depreende-se que recriar o conhecimento científico não significa alterar o conhecimento original, porém, **construir um novo e diferente discurso para este conhecimento**, resultando desse processo dois conhecimentos distintos: o original e o novo. Não se trata, absolutamente, de afirmar que a recriação do conhecimento original substitui a sua criação primária: ambos os conhecimentos coexistem.

Nesse encadeamento de ideias, pensar a recriação da linguagem conforme um determinado contexto é tomado como sinônimo para a recontextualização da linguagem por meio da popularização do discurso. Apesar de não se tratar de objeto desta pesquisa, é válido salientar a que a divulgação da ciência também é discutida pela Linguística, refletindo uma

visão específica sobre esta temática. Partilha-se, nessa perspectiva, do entendimento da espanhola Helena Calsamiglia, especialista em sociolinguística:

O uso científico/acadêmico da linguagem tem sido reconhecido como um registro específico com suas próprias normas, características e estilo, afetando não apenas a terminologia, mas formas de representação e pensamento através de gêneros e procedimentos discursivos particulares. Não é de admirar, então, que a forma pela qual uma unidade ou parte do conhecimento é selecionada e transformada para ser apresentada e explicada a não especialistas pode ser um rico tópico de pesquisa, uma vez que demanda uma **recontextualização** rigorosa propagada através de procedimentos discursivos que afetam níveis texto tanto globais como locais (CALSAMIGLIA; FERRERO, 2003, p. 148, tradução e grifo nossos).

Ao adentrar a seara da popularização do discurso de divulgação da ciência, Calsamiglia e Van Dijk (2004) reforçam a importância dos meios semânticos que permitem a ancoragem da linguagem da ciência à linguagem comum:

Popularização é uma vasta classe de vários tipos de eventos ou gêneros comunicativos que envolvem a transformação do conhecimento especializado em conhecimento “cotidiano” ou “leigo”, assim com uma recontextualização do discurso científico [...]. Isso significa que o discurso de popularização precisa ser formulado de um modo que o público não especializado seja capaz de construir versões leigas do conhecimento especializado e integrá-los com seu conhecimento existente. Assim, várias estratégias de explicação, como definições, exemplos ou metáforas, dentre outras, são os meios semânticos que permitem aos usuários da linguagem relacionar novos conhecimentos a antigos (CALSAMIGLIA; VAN DIJK, 2004, p. 370, tradução nossa).

Nesse sentido, é fortalecida a relevância do contexto para a popularização do conhecimento científico, de modo a envolver não somente uma mera reformulação, porém, uma recontextualização do discurso científico originalmente produzido que, encapsulado em sua especialização, gera embaraços ao acesso e compreensão pelo público leigo. A brecha entre ciência e público e linguagem científica são pontos norteadores da constante evolução da divulgação científica.

Por fim, Sánchez Mora (2010) provoca seu leitor: existiria um método fiável para fazer divulgação científica? A autora afirma que não há prescrições, o que caminha ao encontro da importância da contextualização: cada caso é um caso, devendo ser ancorado em seus contextos específicos. Ainda assim, destaca que muitos divulgadores ao longo da história buscaram emitir conselhos e “receitas” para o exercício da divulgação da ciência, mencionando suas principais limitações: “podem ser específicos ou muito genéricos; sensatos ou absurdos; excessivamente teóricos ou exageradamente práticos” (SÁNCHEZ MORA, 2010, p. 83, tradução nossa).

Não há receitas, mas o primeiro passo é perceber que a intenção (objetivo, público, forma e conteúdo) de ambos os discursos [especializado e não especializado] é diferente, de modo que os recursos que devem se dispor também são diferentes. A divulgação deve prescindir das linguagens científicas e utilizar apenas as ferramentas da linguagem natural para recriar os conceitos da primeira. Deve ser fiel, mas, para sê-lo, deve ser criativa (SÁNCHEZ MORA, 2010, p. 75, tradução nossa).

Um dos desafios da divulgação científica consiste em promovê-la, sem a existência de um método, de forma exitosa, isto é: coerente, contextualizada, com qualidade e eficácia. Seguem indispensáveis o conhecimento dos clássicos e a compreensão básica da tarefa.

Em meio a tantas possibilidades, seria possível pensar um diálogo entre a divulgação científica e os arquivos? Na tentativa de buscar caminhos para essa resposta, pondera-se acerca do contexto histórico dos arquivos e do estatuto científico da Arquivologia, abarcando a institucionalização do campo, bem como as formas de produzir e comunicar os seus conhecimentos científicos.

2.3 A ARQUIVOLOGIA: UMA CIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

Tradicionalmente, os arquivos surgem revestidos pela aura soturna daquilo que é privado, sagrado, oculto, desconhecido. Desde a Antiguidade, a prática de preservar e depositar documentos em lugares “seguros” macula os arquivos como posses preciosas, raridades, verdadeiros tesouros velados. Antes de *lieux de mémoire* (NORA, 1993), os arquivos são lugares de negação, de encobrimento: resguardam longínquas ilhas de segredos.

Inúmeros são os exemplos que ilustram essa afirmação, no entanto, destaca-se a periodização estabelecida pelo francês Robert-Henri Bautier (1968 *apud* SCHMIDT, 2012, p. 98-99) sobre os arquivos: Época dos Arquivos de Palácio; Tesouro de Chartres; Arquivos como Arsenal da Autoridade e Arquivos como Laboratório da História. Em cada uma das fases definidas, os arquivos se vinculam a uma dimensão de exceção: os dois primeiros, como patrimônios privados; o terceiro, à disposição do poder administrativo do Estado, e o último à redoma da investigação histórica. Portanto, é factível pensar que os arquivos propendem à exclusividade e à exclusão.

Dito isto, quando se toma por objeto a difusão dos arquivos, é preciso atentar que não se trata de um processo natural: dar a conhecer os arquivos ao público vai de encontro à concepção patrimonial, religiosa e sigilosa que os circunda. Então, se o padrão é a opacidade, como pensar a transparência nos arquivos? Parte dessa resposta reside na compreensão da

identidade da Arquivologia como um “saber de Estado”, ancorado às circunstâncias políticas e sociais decorrentes da Revolução Francesa, a partir do desenvolvimento técnico de seu “fazer”.

A dinâmica de pensar a construção identitária da Arquivologia diante de pressupostos científicos parece acautelar um processo diacrônico, a ser investigado em duas dimensões distintas, não obstante, dialógicas entre si: a primeira, que concerne à pragmática, imbricada em um “fazer” arquivístico, e a outra; pertinente à sedimentação teórica de seu “saber”.

Na medida em que este “fazer” impulsiona uma sorte de exórdio discursivo da Arquivologia como ciência, demarcado por instrumentos tanto práticos quanto técnicos, o viés empiricista dessa práxis apoia e contorna as fronteiras disciplinares da Arquivologia. Por “fazer”, compreende-se “o exercício prático de uma atividade que quando pensada e organizada pode desenvolver instrumentos técnicos de maneira a facilitar, melhorar e aperfeiçoar sua realização” (SCHMIDT, 2012, p. 51).

Já em sentido lato, por “saber” arquivístico depreende-se a consolidação de teorias formalizadas quando da delimitação do terreno epistemológico da área, caracterizadas tanto pela cientificidade quanto por seu amparo metodológico. No âmbito da Arquivologia, sua tradição manualística alude ao pensamento kuhniano, assumindo os manuais científicos como fontes autorizadas do conhecimento e elevando a área a um patamar científico. Assim, compartilha-se do entendimento de Schmidt (2012):

O que estamos considerando como *Saber* são significados derivados da ciência e da disciplina em seus processos de construção de conhecimento que resultam na formação de teorias científicas. Este tipo de teoria legitima-se como instrumento da ciência e da disciplina para definir fatos, organizar e classificar conhecimentos, sendo suas formulações transformadas e transmitidas menos como um conjunto de “boas regras científicas” e mais como juízos científicos [...] Na esteira da discussão sobre a característica científica da teoria, em relação ao Saber que propomos enquanto significante devemos compreendê-lo no mesmo aspecto, isto é, como Saber científico (SCHMIDT, 2012, p. 50-51).

A partir da literatura científica, essas teorias comunicam discursos legitimados pela comunidade científica de seu campo, por sua vez, revestida pelo capital de autoridade (BOURDIEU, 1983) inescusável para tal. A conformação do “saber” repercute, então, a maturidade alcançada pela área e sua configuração epistêmica. Nesse sentido, quanto à natureza de seu conhecimento, Schmidt (2012) considera a Arquivologia uma ciência em construção:

É ainda relevante destacar que esse “estado de construção” não lhe é peculiar e nem justificado por ser uma ciência “nova” ou “jovem”, e sim porque entendemos a produção de conhecimento como algo dinâmico, em constante evolução e passível de rupturas. Porém, como vimos, no campo científico da Arquivologia há divergências neste sentido, o que resulta em diferentes abordagens sobre sua natureza, que a assumem como uma área técnica, uma disciplina ou enquanto ciência (SCHMIDT, 2012, p. 25).

No campo arquivístico, a consolidação teórica mencionada provém da interlocução entre saberes e fazeres, considerados em seu plural, que concorrem para uma relação dialética, à proporção que as teorias orientam a prática e também dela resultam (SCHMIDT, 2012, p. 52). Nesse diapasão, a mencionada tradição manualística da área denota um ponto de inflexão entre a sistematização teórica e o exercício da prática *per se*. Tal peculiaridade é crucial para (re)discutir tanto o objeto científico quanto o papel do profissional da Arquivologia, uma vez que a trajetória histórica desta aponta, em princípio, para uma tendência tecnicista de seu campo disciplinar.

A seguir, pretende-se abordar a consolidação científica da Arquivologia e, para tanto, compreender seu processo de institucionalização no cenário brasileiro. A partir da adjetivação do campo arquivístico como científico, para esta pesquisa, julga-se pertinente analisar a comunicação do conhecimento que produz, a fim de que se melhor compreenda os traços comunicacionais da área. Assim, percorre-se um caminho pela disseminação do conhecimento arquivístico, bem como pela função de difusão dos arquivos, na acepção própria da literatura da área.

2.3.1 A dimensão científica da Arquivologia

Ao analisar o dimensionamento da identidade disciplinar da Arquivologia busca-se situar o verdadeiro lugar dessa disciplina em emergência no conjunto das áreas do saber, considerando-se aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e tecnológicos que marcaram a história de seu processo evolutivo no decurso do tempo.

Sem a pretensão de descrever detidamente esse processo, cabe apenas nesta investigação pontuar alguns aspectos centrais para a conformação do campo científico arquivístico. Assim, a reflexão sobre a Arquivologia como campo de pesquisa requer o reconhecimento de sua trajetória, ainda que em linhas gerais.

O viés empiricista do contexto prático do qual se origina a Arquivologia marca a identidade arquivística por muitas décadas, até o final do século XX. Situada na conjuntura histórica da Revolução Francesa, em 1789, a concepção de estabelecimentos gerais de

arquivos como espaços centralizadores de documentos, oriundos de toda a administração do Estado (POSNER, 2013, p. 275), evidencia uma necessidade prática para o norteamento do trabalho dos arquivistas na modernidade. Ratifica-se, assim, uma profunda relação entre a prática arquivística e a existência dos arquivos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Schmidt (2012) salienta o Congresso de Bruxelas como um importante momento de desenvolvimento do conteúdo do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, reconhecido pela área como um marco teórico essencial devido à sistematização dos princípios arquivísticos enunciados à sua época, ainda hoje utilizados⁴⁸.

Apenas três anos após a fundação da Associação de Arquivistas e Bibliotecários da Bélgica em 1907, realiza-se, por iniciativa desta entidade, o I Congresso Internacional de Arquivistas e de Bibliotecários no ano de 1910 durante a Feira Mundial de Bruxelas. O evento, que contou com a presença de conceituados personagens da área da Documentação e dos Arquivos, como Paul Otlet e Eugenio Casanova, tinha, entre outros objetivos, refletir sobre questões técnicas e profissionais no âmbito dos arquivos e das bibliotecas. E, visando manter as duas áreas autônomas de modo a respeitar suas especificidades, a organização do Congresso as dividiu em duas seções, cada uma com um presidente. No caso da seção de arquivos, o presidente foi Samuel Muller, um dos autores do “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos”, mais conhecido como Manual dos Holandeses (SCHMIDT, 2012, p. 47).

Seu papel como disciplina auxiliar da História é contestado com maior intensidade frente ao surgimento de perspectivas gerenciais, com origem norte-americana, e também ante a abordagem informacional, a partir da década de 1990.

No contexto brasileiro, com vistas ao delineamento de sua identidade disciplinar, a Arquivologia imiscui-se em profundas reflexões para revisar e redefinir seu objeto científico, seus métodos, o perfil do profissional arquivista e os contornos da produção de pesquisa. Marques (2011) afirma, em tese de doutorado premiada⁴⁹, a literatura arquivística estrangeira foi fundamental para empreender esse processo:

Os avanços das práticas nos arquivos e da Arquivologia como disciplina científica no Brasil são perpassados pela tradução do pensamento arquivístico internacional, sobretudo pelos intercâmbios decorrentes das visitas dos estrangeiros e pela tradução de obras estrangeiras para o português (MARQUES, 2011, p. 254).

⁴⁸ Ainda que reconhecido pela comunidade arquivística, curioso é atentar que o Manual dos Holandeses não menciona a Arquivologia em nenhuma de suas normas e, tampouco, explicita qualquer intenção de codificação de um campo científico (FONSECA, 2005, p. 51).

⁴⁹ Sob o título “Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil”, a tese de doutorado de Angelica Marques, realizada na Universidade de Brasília (UnB), recebeu três premiações: o Prêmio Capes de Tese no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas I, em 2012; uma premiação na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e outra da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Fonseca (2005) sinaliza alguns pontos de vulnerabilidade relacionados à identidade da Arquivologia, destacando a sua fragilidade como campo de conhecimento autônomo, o reconhecimento das fronteiras da Arquivologia e de suas possibilidades interdisciplinares – em especial, mas não apenas, com a Ciência da Informação –, a débil atuação de instituições arquivísticas brasileiras e a delimitação nacional e corporativa da comunidade arquivística, que, para a autora, ainda estaria distante de se tornar uma comunidade científica.

Apesar das reflexões que, sem dúvida, vem arejando os debates na área, a comunidade arquivística ainda está longe de poder ser considerada uma comunidade científica, na medida em que nela ainda subsiste uma configuração que não consegue romper com os limites nacionais e corporativos. As organizações mais importantes dentro do campo são associações nacionais e regionais, que agregam profissionais de um país ou de uma região do país (FONSECA, 2005, p. 99).

Ressalta-se, acima de tudo, que para a compreensão de possíveis relações extradisciplinares da Arquivologia, há de se perscrutar o seu campo disciplinar. Nesse sentido, também se trata de entender que a Arquivologia não constitui um terreno homogêneo, tornando-se cada vez mais plural e denso.

Para além da demarcação do dimensionamento disciplinar, deve-se compreender que as demandas emergentes das últimas décadas suscitam o redimensionamento dos espaços de conhecimentos arquivísticos transpassam espaços científicos, tecnológicos, políticos e sociais. Sobretudo, sublinha-se que são espaços de crise e crescimento, visto que a ciência não é estanque. Nesse sentido, segundo Jardim (2012, p.1), “os caminhos trilhados pela Arquivologia desde os anos 90 do século passado apontam cada vez mais para a sua configuração como um campo científico”.

Destarte, a análise da trajetória da Arquivologia no Brasil demonstra que “a sua formação, como disciplina, foi consequência direta e imediata da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos brasileiros” (MARQUES, 2011, p.29), o que é corroborado pelo acompanhamento do processo de institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Notadamente, tal processo define os rumos e a configuração da disciplina no país.

2.3.2 A institucionalização do campo arquivístico no Brasil

Sem a pretensão de exaurir essa questão, é relevante apontar, panoramicamente, os principais marcos da institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

Sua origem é identificada a partir da criação do AN, em 1838, que inaugurou uma série de iniciativas de capacitação profissional para trabalhar em arquivos. Entre o período de 1911 a 1960, a instituição propôs o Curso de Diplomática e a ação regular do ensino do Curso Permanente de Arquivos (CPA), com duração de dois anos, por exemplo.

Em paralelo, ressalta-se a importância do papel do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938, e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na modernização e reformulação de experiências práticas, bem como do conhecimento teórico e metodológico do trabalho arquivístico. Em 1943, o DASP⁵⁰ promoveu a realização do Curso Avulso de Preparação de Pessoal para Organizações de Serviços, do DASP, ao passo que a FGV; o Curso de Arquivologia e Administração de Documentos, em 1947. Em ambos os casos, entende-se que houve contribuições quanto à construção de parâmetros de organização dos documentos em diversos arquivos, em todo o território nacional.

A década de 1970 merece especial destaque diante da concentração de significativas transformações institucionais no campo arquivístico brasileiro. Segundo Marques (2011):

O cenário das instituições de arquivo do Brasil, na década de 1970, ratificava a necessidade de institucionalização acadêmica da disciplina. De acordo com os dados coletados pelo Serviço de Registro e Assistência do AN, criado em 1958, existiam, no País, em meados dessa década, 3.800 arquivos cadastrados (MARQUES, 2011, p. 238).

Além da visita de diversos especialistas estrangeiros ao Brasil entre 1971 e 1978 para a promoção de conferências, cursos técnicos, pesquisa e realização de visitas técnicas, é pertinente salientar alguns marcos nesse processo de institucionalização:

Quadro 5 – Principais marcos da institucionalização do campo arquivístico no Brasil na década de 1970

Ano	Marcos institucionais
1971	Criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)
1972	Autorização do Curso de Arquivologia em nível superior pelo Conselho Federal de Educação
	Criação do periódico “Arquivo & Administração” pela AAB, o primeiro específico da área
	Criação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), por iniciativa da AAB
1973	Mandato universitário concedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ao Curso Permanente de Arquivos (CPA), do Arquivo Nacional

⁵⁰ Para a Ciência da Informação, importa destacar a ação de vanguarda de Lydia de Queiroz Sambaquy que, a partir do aparato técnico e operacional da Biblioteca do DASP, propôs um híbrido entre Biblioteconomia e Documentação que se materializou na criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1954. Em 1976, o IBBD passou por uma mudança de nome, assumindo novas missões institucionais sob a alcunha de IBICT.

1977	Integração do CPA pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
1978	Regulamentação da profissão de arquivista no país mediante a Lei Federal nº 6.546/1978

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Silva e Orrico (2012).

Entende-se que a AAB desempenhou um papel liderança no tocante à legitimação da comunidade arquivística brasileira, a julgar pelas políticas de capacitação promovidas com a colaboração do AN, somadas à criação do primeiro periódico brasileiro da área de Arquivologia, “Arquivo & Administração”, e ao I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), no Rio de Janeiro, ambos ocorridos em 1972:

Praticamente um ano após a fundação da Associação, seus representantes organizaram outro significativo movimento que consideramos igualmente determinante no **delineamento de uma comunidade científica** para a Arquivologia brasileira. Fora o papel da AAB como representante de uma comunidade arquivística, a caracterização de cientificidade começa a ser institucionalizada pela realização do primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) e através do primeiro periódico específico da área, a revista *Arquivo e Administração* (SCHMIDT, p. 171, 2012, grifos nossos).

A comunidade científica, contestada por Fonseca (2005) há mais de uma década, parece ter seus contornos delineados a partir da década de 1970 para Schmidt (2012). Esse delineamento é intensificado após a virada do século XX, na medida em que novas questões epistemológicas são postas à comunidade arquivística, ampliando os horizontes de pesquisa na área:

As dimensões disciplinares atuais da Arquivologia, cada vez mais submetidas às indagações da pesquisa e aos protocolos do sistema de comunicação científica, tendem a demandar crescentemente – não em detrimento do livro – a busca pelo periódico como um veículo de legitimação do conhecimento arquivístico (JARDIM, 2012, p. 2).

Assim, para absorver o alargamento do cenário de pesquisa em Arquivologia torna-se essencial compreender a comunicação científica desta área.

2.3.3 A disseminação do conhecimento arquivístico

O avanço da ciência vincula-se diretamente com o fluxo de informação circulada pela literatura científica nas áreas que a conformam. Nessa direção, Ziman (1979, p. 24)⁵¹ enfatiza que “a ciência não significa simplesmente conhecimentos ou informações publicados”, uma

⁵¹ A obra de John Ziman “Conhecimento público” é referenciada ao ano de 1979 em razão de ter sido esta a edição consultada. Sabe-se, porém, que seu livro fora originalmente publicado em 1968.

vez que devem passar por um crivo realizado por “outros indivíduos competentes e desinteressados, os quais deverão determinar se eles são bastante convincentes para que possam ser universalmente aceitos”. Isto é, essa literatura científica permite expor as produções dos pesquisadores ao julgamento de seus pares, a fim de buscar o consenso e a confiabilidade (MUELLER, 2000, p. 22).

Segundo Ziman (1979), “uma área científica não poderá existir, pois, sem o aval dos seus pares, o conhecimento resultante da pesquisa conduzida pelos cientistas não será validado e não será considerado científico”. Em perfeita consonância, Jardim (1998) preconiza a implementação de uma literatura brasileira de Arquivologia, no intuito de lograr êxito na construção de uma cultura científica, marcada pela sistematicidade, criticidade e criatividade de uma comunidade heterogênea de cientistas.

De encontro às pesquisas de Vilan Filho e Oliveira (2011) e Barros e Santos Junior (2016), não se pretende empreender um estudo de cunho histórico ou evolutivo acerca da trajetória de determinados periódicos que comportam publicações de conteúdo arquivístico, tampouco, promover análises métricas aprofundadas. Sobretudo, pretende-se expor algumas características sobre a produção do conhecimento arquivístico e sua disseminação, a partir de interlocuções entre os pensadores Jardim (1998) e Fonseca (2005).

Diferentes instâncias conferem representatividade aos campos de pesquisa de uma determinada disciplina. Reconhece-se, categoricamente, os periódicos especializados como tal. Segundo Fonseca (2005, p.73), “a opção pelo periódico especializado como elemento indicador resulta de sua importância na construção de um campo científico”.

Com efeito, os periódicos e os artigos nestes publicados assinalam indicadores do desenvolvimento científico de um país ou do estágio de desenvolvimento e maturidade de uma área do saber (MUELLER, 1999), assim como as sociedades de pesquisa e os cursos regulares de formação de profissionais e pesquisadores.

Mueller (1999) ressalta quatro funções usuais do periódico científico: o estabelecimento da chancela da ciência como “certificada”, isto é, legitimada pelo discurso de autoridade da comunidade científica; canal de comunicação e divulgação científicas; memória científica e registro de autoria. De tal sorte, ratifica-se que os periódicos propiciam parâmetros analíticos significativos acerca da conformação epistêmica de campos científicos.

Contudo, embora esta autora afirme que o periódico científico tenha se tornado objeto de muitos estudos em decorrência do papel que representa na construção do conhecimento científico, denota-se uma antinomia no contexto arquivístico. Tanto Jardim (1998) como

Fonseca (2005) sobrelevam a existência de lacunas na Arquivologia brasileira quanto à demarcação dos periódicos especializados como lócus de pesquisa. Ou seja, se se reconhece a magnitude dos periódicos científicos especializados para a consolidação científica de uma área do saber, quais as questões que embaraçam o afloramento de pesquisas que contemplem esse objeto, no âmbito arquivístico?

Segundo Jardim (2012), em apresentação redigida ao primeiro número da revista “Informação Arquivística”, na Arquivologia, o periódico aparenta não gozar do mesmo protagonismo do livro. Todavia, traz à tona a questão do aumento quantitativo de publicações de autores da área em revistas de áreas afins, uma vez que reconhece que há poucos periódicos brasileiros especializados no campo arquivístico:

As dimensões disciplinares atuais da Arquivologia, cada vez mais submetidas às indagações da pesquisa e aos protocolos do sistema de comunicação científica, tendem a demandar crescentemente – não em detrimento do livro – a busca pelo periódico como um veículo de legitimação do conhecimento arquivístico (JARDIM, 2012, p.2).

Para mais, relata que esse fenômeno de dispersão da literatura arquivística em revistas de áreas correlatas remete tanto à qualidade científica de muitos dos periódicos científicos, quanto à sua relevância no sistema de comunicação científica. Nesse sentido, a mencionada dispersão não surpreende, uma vez que as produções científicas nacionais se concentram majoritariamente nos programas de pós-graduação, todavia, o único existente na Arquivologia brasileira, até então, é o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), que oferece o curso de mestrado profissional pela UNIRIO. Em paralelo, não há tradição na área quanto à publicação de livros, ao contrário, por exemplo, da História.

Aspectos como o fator de impacto dos artigos publicados, a indexação em bases internacionais e a qualidade do corpo editorial (JARDIM, 2012, p.3), por exemplo, são fatores decisivos para que os autores na área de Arquivologia optem por publicar em periódicos circunscritos na disciplina arquivística ou em outros, dotados de maior reputação científica. Segundo Vilan Filho e Oliveira (2011), permanecem tais indícios que fomentam uma dependência de publicações interdisciplinares para a disseminação de parte da produção científica da Arquivologia.

Pioneiro ao pesquisar a produção e comunicação do conhecimento arquivístico no Brasil, Jardim (1998) já aponta a debilidade da comunicação científica nacional neste campo desde então. Sua pesquisa foi realizada em 1996 e delimitou o período de 1990-1995, abrangendo 14 periódicos brasileiros que contemplavam a área da Arquivologia em seu

escopo, devido à inexistência de um periódico exclusivo da área. Ressalva-se que, no período pesquisado, a periodicidade da revista “Arquivo & Administração” fora interrompida.

A análise dos dados obtidos conduziu o autor a múltiplas indagações sobre a cultura científica da Arquivologia:

A inexistência de um periódico dedicado exclusivamente à arquivologia no Brasil – regularmente publicado – sinaliza, por si só, um grave problema de comunicação científica no campo arquivístico no país. Não há periódicos específicos para a área no Brasil por que não há suficiente produção de artigos ou não se produzem artigos por que não há veículos de comunicação científica suficientes? O que justifica este quadro? Ausência de pesquisas nas universidades ou nas instituições arquivísticas? Escassez de experiências arquivísticas inovadoras ou consideradas objeto de uma reflexão a ser divulgada? Ausência de uma cultura científica na área? Enfim, neste caso, o que explicaria esta escassa cultura científica? Uma visão predominante da arquivologia como um campo não científico? (JARDIM, 1998, n.p.).

Ante a torrente de questionamentos, Jardim (1998) sinaliza a possibilidade de aspectos inter-relacionados para compreender suas respostas, dosadamente positivas. Aponta a fragilidade estrutural da cultura científica arquivística no país como empecilho à valorização da comunicação científica e sustentação dos meios de divulgação para tal, pesando as dificuldades do processo editorial de periódicos arquivísticos no Brasil.

Sete anos após a pesquisa de Jardim (1998), sublinha-se a pesquisa resultante da tese de doutorado de Maria Odila Fonseca, “Arquivologia e Ciência da Informação: (Re)definição de marcos interdisciplinares”, em 2004, produção essa que culminara com a publicação do livro “Arquivologia e ciência da informação” no ano subsequente.

Fonseca (2005) foi taxativa ao afirmar que “[...] os periódicos arquivísticos não têm sido objeto da própria arquivologia, ou seja, a literatura não fornece dados para suprir as referidas carências” (FONSECA, 2005, p. 76). Desse modo, a análise realizada pela autora se restringiu a 21 periódicos especializados em Arquivologia – em que três são tratados como “periódicos interdisciplinares” –, dentre os quais apenas cinco são produções brasileiras: “Arquivo & Administração”, “Acervo”, “Arquivo e História”, “Anais do Arquivo Público do Pará” e “Estudos Históricos”. Acentua-se que tais revistas nacionais também foram objeto de análise na pesquisa de Jardim (1998).

Dentre as principais características reveladas pela análise geral dos dados apresentados por Fonseca (2005), interessa mencionar três destas para a presente pesquisa.

Em princípio, quanto à origem dos periódicos, em nível internacional, nota-se a predominância de periódicos vinculados a associações profissionais – por sua vez, não sendo associações científicas –, na medida em que, no contexto brasileiro, a maioria das revistas

evidencia elos institucionais com a predominância da vinculação a instituições arquivísticas públicas. Nesse sentido, observa que todos os periódicos nacionais especializados em Arquivologia que analisou já tiveram suas respectivas publicações interrompidas, ratificando a fragilidade apontada por Jardim (1998).

Seguidamente, tanto os periódicos nacionais como os internacionais analisados não aparentam denotar preocupação quanto aos mecanismos de efetivação do periódico como *locus científico*.

Por fim, a autora realça que “a longevidade dos periódicos internacionais remete à estabilidade da área enquanto produtora/usuária de conhecimento publicável/publicado. Remete, também, à estabilidade das associações profissionais [...]” (FONSECA, 2005, p. 91). Por esse ângulo, depreende-se que os periódicos brasileiros analisados refletem o processo evolutivo do campo científico da Arquivologia nacional e a dimensão emergente da área quanto à vinculação entre ensino e pesquisa, de maneira que seja estimulada a existência de periódicos delimitados especificamente por produções científicas de cunho arquivístico.

2.3.4 A difusão do conhecimento arquivístico

Concebida como uma das funções arquivísticas (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 265), a difusão dos arquivos representa uma estratégia fundamental para a projeção destes ante a sociedade, a partir do desenvolvimento de atividades que encurtem o distanciamento entre as instituições arquivísticas e seu público em geral. Digno de nota é que Rousseau e Couture (1998) não chegam a definir o que se entende por essa função. Afinal, do que fala a Arquivologia quando fala em difusão?

Ao investigar a base de dados *online* “Multilingual Archival Terminology”⁵², disponibilizada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), averigua-se que a definição constante para o termo “difusão” é proveniente de Portugal, remetendo às “Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7”. A partir de tal definição, depreende-se a “função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do respectivo acervo documental”. Curiosamente, o termo não fora definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), embora apareça na definição do termo “disseminação

⁵² Liderado na University of British Columbia por Luciana Duranti, em 2010, o projeto foi fundado pelo CIA e InterPARES. Consiste em uma base de dados de uso da terminologia arquivística em 16 idiomas, utilizada como ferramenta de referência para arquivistas e pesquisadores. Disponível em: <http://www.ica.org/en/about-multilingual-archival-terminology>. Acesso em: 02 jun. 2017

da informação”, termo este típico da Ciência da Informação. É no mínimo sintomático que uma das funções arquivísticas não apresente uma definição dicionarizada.

Como termo relacionado à “difusão”, em português, essa base de dados aponta “divulgação”. Ao buscá-lo, encontra-se a definição do DIBRATE, correspondendo ao “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferência”. Em seguida, navegando-se pelo termo relacionado à “divulgação”, em língua inglesa, encontra-se “outreach program”, livremente traduzido como programa de divulgação. É a partir desse termo, definido pelo próprio CIA como “atividades organizadas dos arquivos destinadas a familiarizar usuários potenciais com seus acervos e sua pesquisa seu valor de referência”, que se destacam outros termos relacionados multilíngues, conforme o Quadro 5:

Quadro 6 – Pesquisa do termo “difusão” ao “outreach program” no “Multilingual Archival Terminology”

Difusão > divulgação > “outreach program”	
Língua	Termo(s) relacionado(s)
Árabe	برنامج التقارب الثقافي / برنامج النشاط الثقافي
Bielorusso	навукова-інфармацыйная дзейнасць архіва
Chinês	推介项目
Croata	program otvaranja arhiva
Holandês	archieffeducatie
Farsi	برنامه توسعه
Francês	action culturelle; activités culturelles
Alemão	Archivpädagogik; Öffentlichkeitsarbeit
Grego	Πολιτιστική δράση
Italiano	programma di diffusione al pubblico
Japonês	アウトリーチ事業
Panjabi	ਆਊਟਰੀਚ ਪ੍ਰੋਗ੍ਰਾਮ
Português	difusão; divulgação
Russo	информационно-просветительская программа; научно-информационная деятельность архива; публикационная деятельность
Espanhol	programa de difusión

Fonte: Elaboração própria (2017), a partir do “Multilingual Archival Terminology”.

É interessante refletir que, apesar do termo “outreach program” aludir à divulgação, não necessariamente o público deste programa consiste no público em geral, podendo se reportar a um público especializado. Assim, cada programa de divulgação tem diferentes motivações e orientações, cabendo sempre uma análise particular de cada caso.

Conforme as variações de cada língua nota-se aspectos distintos da difusão, como a conotação cultural (francesa), pedagógica (alemã) e educacional (holandesa). Nessa direção, vai-se ao encontro das reflexões de Heloísa Bellotto. Para a autora, cabem aos arquivos

públicos três formas de difusão; editorial, cultural e educativa, papel este que delinea seus contornos sociais e os projetam na comunidade.

O arquivo é a “consciência histórica” da administração. Também pode sê-lo relativamente à comunidade, **se souber captar as potencialidades** que, nesse sentido, lhe oferece seu acervo. A par da cultura tradicional, os arquivos podem enveredar pelo caminho da **divulgação verdadeiramente popular**, sem se esquecer do constante reaquecimento de suas relações com seus usuários correntes: os pesquisadores – os cidadãos comuns ou historiadores (BELLOTTO, 2006, p. 228, grifos nossos).

É oportuno destacar três aspectos da visão da autora. Em primeiro lugar, o dimensionamento social dos arquivos, em paralelo às suas funções precípuas de custódia, preservação, tratamento e organização dos fundos arquivísticos, atreladas ao apoio às atividades da administração pública. Em seguida, a potencialidade mencionada dos arquivos em relação à comunidade, isto é, o que podem vir a ser, o que podem representar, incluindo, também, a potencialidade dos arquivos comunicarem seus acervos. Por último, quando Bellotto (2006) destaca que os arquivos podem se embrenhar no caminho de uma “divulgação verdadeiramente popular”, nota-se que, no âmbito da difusão arquivística, há espaço para uma perspectiva que relaciona o ato de divulgar ao caráter popular. O uso do advérbio “verdadeiramente” ratifica que há um caminho de divulgação, contudo, que esse trajeto pode se intensificar ainda mais a partir de atividades de cunho popular.

Para Bellotto (2006), a difusão educativa compreende um serviço educativo da própria instituição arquivística, por meio de visitas escolares e ações que visem a dar conhecimento aos acervos custodiados, imbuído por uma qualidade didática.

Quanto à difusão cultural, contemplaria eventos não apenas sobre o fenômeno arquivístico, mas também sobre outras temáticas culturais, com inspiração no conteúdo do acervo institucional. A organização de exposições é um exemplo de como a ideia dos arquivos pode ser difundida, embora a autora utilize o substantivo disseminação: “a repercussão de uma exposição na imprensa escrita e falada é fator de **disseminação** da ideia de arquivo: seu alcance é muito grande” (BELLOTTO, 2006, p. 229, grifo nosso). Novamente, depara-se com este termo científico utilizado pela Ciência da Informação aplicado ao contexto dos arquivos.

Segundo BERCHE (*apud* CRUCES BLANCO, 2007), deve-se reconhecer que “nossa época não descobriu o papel da difusão cultural, esta remonta a segunda metade do século XIX para encontrar os primeiros indícios de abertura dos arquivos para um público não erudito” (CRUCES BLANCO, 2007, p. 15).

Já a difusão editorial consiste nas publicações, consideradas canais de comunicação com o exterior (da Arquivologia), uma vez que informam outros meios, como a comunidade, a administração e a academia sobre o acervo documental. Ponto importante é que a autora considera os instrumentos de pesquisa como um gênero de publicação, uma vez que propiciam o acesso do pesquisador ao documento primário. Nessa acepção, Bellotto (2006) considera o historiador, o administrador e o cidadão e afirma:

Ora, a nenhum deles será possibilitado o acesso à informação requerida se não lhes for possível conhecer o conteúdo dos documentos do arquivo, sua tipologia, o órgão que os produziu e as inter-relações existentes entre eles. Isso só se realiza por meio da publicação de instrumentos de pesquisa, que são o elo entre os documentos procurados e o usuário (BELLOTTO, 2006, p. 230).

Na tese de doutorado “Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais”, Oliveira (2010) toca a difusão dos arquivos ao abranger a atividade de descrição:

Como atividade científica, a descrição arquivística deve abarcar todas as etapas de pesquisa e análise, bem como **prever o registro e divulgação do conhecimento produzido em todas essas etapas**. A documentação sobre todo o processo é essencial para que o acesso à informação e aos documentos ocorra **assegurando a difusão do conhecimento sobre os arquivos** e oferecendo autonomia ao usuário (OLIVEIRA, 2010, p. 54, grifos nossos).

Para a autora, a formulação de instrumentos de pesquisa deve abranger a reconstrução do contexto arquivístico para representar e disponibilizar as informações sobre os acervos ao público dos arquivos, mediante a etapa de descrição arquivística. Ao compreendê-la como uma sorte de projeto de pesquisa para a produção de conhecimento sobre esses acervos, os instrumentos de pesquisa figuram como produtos científicos que são meio de divulgação e acesso aos acervos arquivísticos.

Entende que esses instrumentos comunicam, portanto, sobre os arquivos, contribuindo para o desempenho da função de difusão, contudo, não se inserem no escopo de uma comunicação formal dos arquivos: os instrumentos de pesquisa não são validados pelos pares da comunidade arquivística, servem diretamente ao usuário dos arquivos. Por esse prisma, é possível indagar se haveria espaço para alguma conotação de divulgação científica nesses instrumentos.

Por sua vez, no quinto capítulo do livro “Archivística general: teoría y práctica”, a espanhola Herrera (1991) aborda as funções de “transmitir, difundir e servir” das ciências da

documentação. Ainda que a obra esteja voltada aos documentalistas, em razão da tradição da abordagem espanhola, a autora inclui os arquivos em sua visão. Chama atenção para a dinamização da difusão como uma característica obrigatória aos documentalistas, bibliotecários e arquivistas, enfatizando o papel indispensável dos meios informáticos, diante do volume de informação de que tratam.

A difusão não tem outro objetivo senão o serviço aos usuários através da **comunicação da informação dos documentos**. O mais importante no momento de distinguir a maneira de difundir em uns e outros está na rapidez, no imediatismo exigido dos documentalistas. O desenvolvimento histórico não carece desse imediatismo, tampouco a leitura. Isso não impede que a informação nos arquivos e bibliotecas seja fornecida para qualquer demandante seu (HERRERA, 1991, p. 161, tradução e grifo nossos).

Cruces Blanco (2007) ressalta que o termo difusão é encontrado do “Diccionario de Terminología Archivística”, sendo compreendida como:

Função arquivística fundamental cuja finalidade é, por um lado, promover e generalizar a utilização dos fundos documentais dos arquivos e, por outro, participar a sociedade do papel que os arquivos desempenham nela. Ele supõe que desde os arquivos deve-se trabalhar para colocar à disposição do público, em geral, meios materiais e intelectuais suficientes e ágeis, que permitam o conhecimento sobre o que é um arquivo, o que se faz nessa instituição e como podem ser empregados os documentos ali conservados (CRUCES BLANCO, 2007, p. 4, tradução nossa).

Já para Ramírez (2009), ao situar a difusão dos arquivos como importante ferramenta de projeção social ante a sociedade, traz uma dimensão bem aproximada da visão adotada para esta pesquisa:

Difundir os arquivos consiste em desenvolver, de maneira prática, o direito que têm os cidadãos de aceder à cultura (Martínez, 1999). Nessa direção, a difusão persegue como objetivo central atrair ao cidadão, **seja especialista ou não**, sobre o conteúdo desses centros arquivísticos: seus fundos documentais, as instituições produtoras de documentos, a evolução histórico-geográfica e a identidade que descansa na informação contida nos documentos (RAMÍREZ, 2009, p. 188, tradução e grifo nossos).

Dessa maneira, a abordagem de Duff (2016, p. 190) é sintomática quando afirma que “utilizar arquivos requer inteligência arquivística, o que inclui conhecimento de teoria de arquivos, práticas e procedimentos, estratégias de redução de certezas e ambiguidades e habilidades inteligíveis”.

Na direção de dinamizar a difusão, ao apontar estratégias para a ampliação do uso social dos arquivos, Alberch i Fugueras (2000, p. 6) indaga se é possível tornar inteligível a

um amplo público a informação sistematizada por instrumentos de descrição arquivística, bem como o que deveria mudar para facilitar a compreensão e utilização dos instrumentos que, apesar de refletirem uma organização de arquivos exemplar do ponto de vista profissional, demonstram-se opacos para a maioria do público não especializado. Por esse prisma, nota-se que o autor acredita que instrumentos de pesquisa, tal qual são concebidos, não atendem à multiplicidade de demandas de seus usuários.

Alberch i Fugueras (*apud* ROCKEMBACH, 2015, p. 104) atribui a função cultural dos arquivos como um eixo norteador para a realização da difusão, remontando às ações pioneiras realizadas pelo Arquivo Nacional da França, a partir de exposições de sigilografia e paelografia de seu acervo, na segunda metade do século XX, assim como os serviços educativos desta instituição. Nesse sentido, Bellotto (2006, p. 234) também destaca o êxito da criação de serviços educativos envolvendo os arquivos e a sociedade, ideia esta concebida logo após a Segunda Guerra Mundial. Dentre as atividades desenvolvidas pelo serviço educativo dos arquivos franceses, menciona: visitas; aula de história no arquivo; atendimento de aluno isoladamente ou em grupos; “Concurso Jovem Historiador”; divulgação de reproduções de documentos e publicações; exposição de originais no recinto do arquivo e atividades diversas.

Resultado de um estudo do programa RAMP⁵³, o francês Michel Duchein apresenta, em 1983, considerações sobre os obstáculos que se opõem ao acesso, à utilização e à transferência da informação custodiada nos arquivos. Destaca a origem e evolução da noção de acesso aos arquivos; o direito à acessibilidade dos arquivos, pelo viés jurídico; tendências de investigação histórica; e o público em geral e o acesso aos arquivos. No terceiro capítulo, ao expor barreiras que dificultam a acessibilidade aos arquivos, atenta para a publicidade do conhecimento do conteúdo dos arquivos: “de nada serviriam leis e regulamentos que garantam a liberdade de acesso aos arquivos se a existência e o conteúdo de seus documentos permanecem ignorados pelo público” (DUCHEIN, 1983, p. 39, tradução nossa).

Na medida em que os arquivos não alcançam o amplo público, perdem seu sentido precípuo. Duchein (1983) ilustra, pontualmente, o cenário problemático de sua época, não muito distante da atualidade:

Em geral, salvo raras exceções, os arquivos são pouco conhecidos pelo público; apenas os historiadores e os administradores sabem o que contêm e como acessar o

⁵³ No escopo do projeto “Records and Archives Management Programme” (RAMP), estabelecido em 1979, a UNESCO publica regularmente estudos e diretrizes sobre a gestão de documentos, em especial. Disponível em: http://www.unesco.org/archives/new2010/en/ramp_studies.html. Acesso em: 02 jun. 2017.

material que conservam. Os programas de televisão e os artigos jornalísticos têm pouco efeito e somente esbarram superficialmente a atenção do público. As exposições de documentos, sobretudo, as reuniões de explicação destinadas aos estudantes e alunos, logram resultados mais profundos, porém só alcançam a um público restrito. Pode-se afirmar que, em quase todas as partes, os arquivos constituem um tesouro ignorado (DUCHEIN, 1983, p. 39, tradução nossa).

Assim, são apontadas iniciativas que surgem para remediar esse quadro sintomático, muitas destas por iniciativa do CIA e da UNESCO. Eventos, exposições, publicações e programas televisivos, organizados no âmbito das “semanas sobre os arquivos”, obtinham níveis de resultados diferenciados, a depender dos países em que eram desenvolvidos.

Nesse bojo, Duchein (1983) atenta para o fato de que as instituições arquivísticas⁵⁴ mais relevantes e antigas dos países costumam contar com um serviço de relações públicas, responsável pela difusão de informações sobre os arquivos, seu conteúdo e seu acesso. Constata, ainda, o fato de que muitos pesquisadores dos arquivos ignoram quais são os documentos em que podem encontrar o que buscam, necessitando da ajuda especializada dos arquivistas. A utilização de instrumentos de pesquisa é apresentada pelo francês como ferramenta para o acesso aos arquivos: “pode-se, então, afirmar que o acesso aos arquivos depende tanto das leis e regulamentações pertinentes como do número e da qualidade dos instrumentos de pesquisa” (DUCHEIN, 1983, p. 40, tradução nossa). Assim, no campo dos arquivos, o autor destaca como esforços principais da segunda metade do século XX a elaboração, publicação e automatização de diferentes instrumentos de referência, tais quais guias, repertórios e índices.

Mais de três décadas após a publicação do autor, observa-se que há, no cenário brasileiro, o aumento da preocupação dessas instituições quanto à difusão dos arquivos. Segundo Rockembach (2015, p. 105), a complexidade que uma perspectiva arquivística emergente acarreta requer novos olhares e estudos sobre a difusão, atentando-se para três elementos na difusão: o usuário da informação, o conteúdo a ser difundido e o uso das TIC.

Oliveira (2010) também salienta o uso crescente da web como plataforma para a divulgação dos acervos e a mudança de perfil dos usuários, nos últimos anos, como pontos a serem incorporados pelas discussões da área. Nesse contexto, afirma a autora:

⁵⁴ Em aula ministrada no Curso de Graduação em Arquivologia da UNIRIO, em maio de 2017, José Maria Jardim ressalta que instituições arquivísticas se diferem de serviços arquivísticos. Uma instituição arquivística é uma organização cuja atividade-fim é a gestão, preservação e acesso à informação arquivística, entre outras atribuições. Já um serviço arquivístico, em uma empresa, representa uma atividade-meio, oferecendo suporte às atividades-fim da organização, seja esta um banco, um hospital ou uma escola.

Se antes a divulgação dos instrumentos de pesquisa, resultado da descrição arquivística, era realizada por meio da publicação dos inventários e catálogos, com o advento da tecnologia *web* cada vez mais as instituições arquivísticas fazem uso desse território virtual para assegurar a visibilidade institucional e de seus acervos (OLIVEIRA, 2010, p. 54).

Contemporaneamente, constata-se que as transformações tecnológicas interagem com a economia e a sociedade, demarcando mudanças sociais que arquitetam a chamada sociedade da informação. Nesse sentido, para além de uma sociedade informacional, o paradigma da tecnologia da informação provocou uma transformação social através de seu uso, conformando uma sociedade em rede.

No contexto arquivístico, a disponibilidade de novos recursos informacionais ampliou os horizontes de busca e recuperação da informação e estremeceu a tradicional relação entre usuário e instituição arquivística, possibilitando novos meios, espaços e tempos para a comunicação da informação contida nos arquivos.

Para os fins desta pesquisa, é oportuno expor brevemente alguns aspectos relacionados à evolução tecnológica da *web* que, da década de 1990 à atualidade, acompanhou as transformações de diferentes formas de tornar disponível a informação para o público conectado.

Concebido por Berners-Lee (1996) cerca de meio século após os trabalhos de Vannevar Bush sobre o hipertexto, o projeto da *World Wide Web* mesclou técnicas de recuperação de informação com o hipertexto para dimensionar a criação de um sistema de informação em nível global⁵⁵. A *web* tradicional ou *Web 1.0* consistiu em uma plataforma estática, uma espécie de vitrine informacional. Já na década de 2000, a segunda geração da *web* popularizou-se como *Web 2.0*, agregando novos recursos que destacam seu papel como plataforma interativa e sua arquitetura de participação: blogs, redes sociais, wikis, compartilhamento de vídeos *online*, computação na nuvem, dentre outros (O'REILLY, 2005). Robredo (2010) atenta para o caráter de interoperabilidade dessa geração da *web*:

A *Web 2.0* é vista por alguns como uma segunda geração do desenho e da evolução da *Web*, que facilita a comunicação e o compartilhamento da informação, a interoperabilidade e a colaboração, com a subsequente proliferação de redes comunitárias e sociais, hospedagem de serviços e aplicações, compartilhamento de vídeos, wikis, blogs e folksonomias (ROBREDO, 2010, p.16).

Arquivista norte-americana, Kate Theimer (2011a, p. 126) pontua as mais significativas mudanças entre a primeira e a segunda geração da *web*: manifestação da rede

⁵⁵ *World Wide Web Summary*. Disponível em: <<https://www.w3.org/Summary.html>>. Acesso em 01 jul. 2017.

como plataforma, possibilitando o acesso de dados desde qualquer local provido de conexão à internet; processo de abertura de interfaces técnicas e padrões; websites voltados para a experiência de cada usuário; ampliação do sentido de interatividade, criação de conteúdo pelos usuários e integração da conexão entre estes. Compreendidas em conjunto, essas transformações alteraram a maneira como o público dos arquivos acessa e interage com a informação disponibilizada na rede.

Nessa direção, Theimer (2011b) propõe o termo “Arquivos 2.0” para se referir a uma abordagem da prática arquivística que estimula a promoção de abertura e flexibilidade, descartando a mera associação dos arquivos à geração específica da Web 2.0 ou como uma perspectiva puramente tecnológica, futurista. A partir desta abordagem, também explorada por Van Garderen (2006), depreende-se a influência da tecnologia aplicada ao campo arquivístico como característica de uma cultura do compartilhamento da informação no ambiente digital *online*, em consonância com a proposta de difusão dos arquivos.

Em seguida, a geração da web semântica (3.0) como uma proposta de extensão da atual (BERNERS-LEE et al., 2001) permite a interação entre computadores e pessoas através de novas tecnologias e linguagens, a partir da representação do conhecimento e da criação de ontologias. A partir desta, a emergência de outras propostas tecnológicas de se pensar a rede protagoniza o momento atual, motivando novas gerações ainda mais complexas.

Atualmente, parte dos portais eletrônicos das instituições arquivísticas ainda busca se adaptar ao formato da Web 2.0, enquanto outra se mantém aprisionada à mentalidade da Web 1.0 (THEIMER, 2009). Situada nesse contexto tecnológico, a difusão dos arquivos torna-se uma tarefa mais sofisticada e desafiadora, envolvendo múltiplas competências para tal.

Diante desse cenário, o caminho proposto por Rockembach (2015) traz elementos sobre a difusão arquivística que tocam os processos de divulgação científica, em uma perspectiva interdisciplinar:

A difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem à acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (ROCKEMBACH, 2015, p. 113).

Todavia, entende-se que ao invés de estratégias que visem à **acessibilidade**, trata-se de buscar facilitar o **acesso**, atentando para a diferença conceitual entre ambos os termos. Segundo o DIBRATE (ARQUIVO NACIONAL, 2005), o termo acesso é definido como “1. Possibilidade de consulta a documentos e informações; 2. Função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”, ao passo que, acessibilidade, como “condição ou possibilidade de acesso a serviços de referência, informação, documentação e comunicação.

De modo geral, percebe-se a existência de uma lacuna na literatura arquivística quanto à definição do termo “difusão”. Ressalva-se que há pesquisas sobre a função de difusão na área, porém, ainda são escassas as investigações que aprofundam essa questão. Os autores da área tendem a utilizar o termo difusão, disseminação e divulgação indistintamente, em grande parte das produções científicas consultadas, embora os sentidos que lhes são atribuídos não correspondam, necessariamente, aos conceitos estabelecidos na Ciência da Informação.

Nesse sentido, recorre-se ao campo empírico das instituições arquivísticas escolhidas para a verificação de sua prática, buscando compreender como qualificam suas ações de transmissão do conhecimento arquivístico, o propósito com que são elaboradas e se admitem alguma relação com o conceito adotado para a divulgação científica nesta pesquisa.

3 POPULARIZAR É PRECISO: EM BUSCA DE AÇÕES DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NOS ARQUIVOS

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, conforme já descrito na metodologia, tendo sido realizadas no período de 19 a 28 de dezembro de 2017, presencialmente, nas duas instituições arquivísticas que compõem o campo empírico da pesquisa. Quanto à seleção dos indivíduos entrevistados, buscou-se abarcar os servidores públicos responsáveis pela criação e/ou participação na criação das ações de difusão arquivísticas elencadas para a análise. Dessa forma, quatro foram os entrevistados para a pesquisa: dois funcionários do Arquivo Nacional e outros dois do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Como base para todas as entrevistas utilizou-se um roteiro composto pela contextualização e pelos blocos de conteúdo da pesquisa, somando 19 questões (Apêndice A). Os áudios das quatro entrevistas foram gravados por meio do aplicativo de gravação de voz de um celular, com anuência dos entrevistados e assinatura do TCLE, e seus registros encontram-se preservados em formato digital. A duração média do tempo de cada entrevista foi de 58,5 minutos.

Quadro 7 - Contextualização das entrevistas presenciais realizadas

Entrevistados	Ação pela qual é responsável	Unidade administrativa responsável pela ação	Instituição arquivística	Data da entrevista	Tempo total de entrevista
E1	SIAN (A1)	Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo (COPRA)	Arquivo Nacional	19/12/2017	44 min
E2	Exposições virtuais (A2)	Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo (COPED)	Arquivo Nacional	19/12/2017	50 min
E3	Exposições virtuais (A3)	Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa (CDAP)	APESP	06/12/2017	111 min
E4	Vídeo (A4)	Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP)	APESP	28/12/2017	29 min

Fonte: Elaboração própria (2018).

Adicionalmente, destaca-se a realização de uma reunião presencial em 19 de junho de 2017 com a pesquisadora Ana María Sánchez Mora, cujo referencial teórico é considerado

primordial para esta investigação, ocorrida na “Casita de las Ciencias”⁵⁶, que compõe a Direção Geral de Divulgação da Ciência da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

A partir desta reunião, foi possível manter contato com a autora por meio de trocas de e-mails e, ainda, promover uma entrevista à distância, em 16 de outubro de 2017, registrando o contato estabelecido na Cidade do México, previamente. Optou-se por disponibilizar esta em idioma espanhol, como Apêndice B, a fim de preservar o seu conteúdo semântico original.

Com o intuito de responder ao problema e aos objetivos propostos nesta investigação, os dados coletados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo, especificado na seção 1.4 desta pesquisa, segundo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2009).

À vista disso, após a coleta dos dados procedeu-se à pré-análise do material das entrevistas. Assim que transcritas, estas foram objeto de leitura geral para a seleção de principais trechos de interesse e organização de seu conteúdo.

O processo de formação das categorias de análise foi concretizado durante a etapa de exploração, realizada através da codificação. Recorrer à definição conceitual de divulgação científica adotada para esta pesquisa mostrou-se tarefa essencial para executar essa etapa, uma vez que os elementos de destaque identificados no referencial teórico desenvolvido nos capítulos anteriores nortearam a definição de tais categorias de análise.

Quadro 8 – Conceitos de divulgação científica utilizados para a codificação

Autoria	Ano	Conceito
Sánchez Mora	1998	“Divulgar [a ciência] é recriar, de alguma forma, o conhecimento científico”.
	2010	“[...] a divulgação da ciência é uma tarefa multidisciplinar cujo objetivo é comunicar, utilizando uma variedade de meios de comunicação, o conhecimento científico para diferentes públicos voluntários, recriando-o com fidelidade e contextualizando-o para torná-lo acessível”.
	2017	“Depois de uma investigação de anos, permaneceria com uma [definição] muito simples: tornar o conhecimento acessível”.
Adaptação conceitual de Sánchez Mora adotada para esta pesquisa		A divulgação da ciência é uma tarefa interdisciplinar cujo objetivo é comunicar, utilizando uma variedade de meios de comunicação, o conhecimento científico para diferentes públicos não especializados, recontextualizando-o com fidelidade para torná-lo acessível.

Fonte: Elaboração própria (2017), adaptado de Sánchez Mora (1998; 2010; 2017).

A partir do grande tema divulgação científica foram agregados na coluna “Categoria” os quatro subtemas da entrevista: objetivo; perfil do público; linguagem e

⁵⁶ Disponível em: <http://casita.dgdc.unam.mx/>. Acesso em 04 jan. 2018.

interdisciplinaridade. Na coluna “Unidade de Registro” encontram-se os fragmentos de texto que se tomam por indicativo de uma característica, com base em um conceito norteador. Por fim, na coluna “Unidade de Contexto” encontram-se os fragmentos do texto que englobam a unidade de registro e que, assim sendo, contextualizam a respectiva unidade de registro no decurso da entrevista. Esse processo de codificação gerou um quadro para cada entrevista, disponibilizados como Apêndice C.

Em seguida, o tratamento dos resultados das entrevistas é apresentado, acompanhados de inferência e interpretação do material, respaldadas por observações *in loco*. A compilação desses resultados é apresentada no Apêndice D.

Por fim, reitera-se que, complementarmente à análise de conteúdo empreendida, imprime-se visão própria sobre as ações analisadas, de modo a verificar o conteúdo destas via internet, bem como o material coletado nas entrevistas, apresentando os resultados a seguir.

3.1 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (A1)

O enquadramento do Sistema de Informações do Arquivo Nacional como uma ação de difusão arquivística se mostrou claro e pertinente para a entrevistada (E1), técnica da instituição desde a década de 1980, que chamou a atenção para vislumbres de ações de difusão pelo AN referentes ao início da existência da instituição.

Segundo Silvia Estevão (2017), mesmo na segunda metade do século XIX o Arquivo Nacional já publicava materiais sobre seu acervo nos jornais. Embora tenha ressalvado que poucos eram os leitores de jornais à época – apenas uma elite intelectual –, a entrevistada enfatizou a dimensão de comunicação do acervo arquivístico ao público. Admitiu, então, que a difusão promovida pelo arquivo apenas produziria efeitos se o público fosse alcançado de alguma forma, ainda que não fosse possível atingir seus segmentos da mesma maneira.

A partir dessa introdução, Estevão expôs um breve panorama da evolução do SIAN, desenvolvido em 2000, contextualizando que, neste ano, o corpo técnico do AN mantinha-se homogêneo e harmônico, assimilando com facilidade as principais problemáticas que motivaram a criação do sistema: o alto grau de dispersão dos fundos e das informações; a custódia de diversos materiais desconhecidos e não identificados; a coexistência de várias bases de dados, cada uma relacionada a parcelas de um fundo custodiado pelo AN; e o cenário caótico para a recuperação da informação: cerca de mil instrumentos de pesquisa apresentavam o acervo. Tais fatores fomentaram a contratação de uma empresa para o

desenvolvimento do sistema em questão, uma vez que o AN não dispunha de recursos humanos específicos para esse projeto em seu quadro funcional, à época.

Quanto ao objetivo do SIAN, notou-se que a comunicação dos acervos da instituição é um ponto específico abarcado pela entrevistada, porém, em sua fala prevaleceram aspectos sobre a questão do acesso – sua amplitude, seu alcance – em detrimento da comunicação em si. Dito de outra forma, tornar o acervo disponível e centralizado pelo sistema soou mais relevante do que comunicá-lo, efetivamente, embora se entenda que estar disponível seja um primeiro passo para efetivar a comunicação.

Em relação ao perfil do público, a entrevistada elencou duas categorias para os arquivos, de modo geral, englobando o público que utiliza o SIAN. É interessante notar que tenha os qualificado em sua fala por meio de suas necessidades, pelo que buscam, ao invés de identificá-los conforme suas particularidades.

Neste ponto, faz-se uma crítica: ao afirmar que o público dessa ação de difusão seria composto pela “pesquisa acadêmica” e “pesquisa probatória”, não apenas se reduz a ampla gradação de tal público a uma dicotomia, atribuindo-lhe uma identidade disforme, como também se estabelece um distanciamento em relação ao sujeito que pesquisa. O mais adequado seria pensar o público, nesse caso, como o pesquisador acadêmico e o pesquisador voltado para fins probatórios, ao invés de se referir a este por substantivos, destituindo-o de sua própria subjetividade.

Por sua vez, à medida que o público não é bem delineado não é possível compreender com precisão se quem faz pesquisa acadêmica ou probatória é especialista em arquivos. A princípio, a entrevistada relatou que a pesquisa probatória envolveria um público mais diverso e, não necessariamente, especializado, uma vez que a demanda do público é por documentos pessoais, a exemplo de certidões de nascimento e prontuários de estrangeiros. Já a pesquisa acadêmica abarcaria uma diversidade maior de demandas e, como é possível inferir, denotaria uma relação maior com especialistas de múltiplas áreas da academia.

No tocante à linguagem utilizada pelo instrumento de referência, percebeu-se que a intenção de recontextualizar a linguagem original existe. Contudo, a entrevistada reconheceu que algum tempo ainda seria necessário para a decorrência desse processo. Uma vez que o conhecimento original não passa por uma recontextualização da linguagem, não surpreendeu verificar um enfoque maior sobre a fidelidade a tal conhecimento.

A vinculação ao vocabulário técnico da área funciona de forma restritiva e excludente. Nessa direção, Estevão (2017) relatou que a linguagem utilizada pelo SIAN pode ser “um

grande mistério” e que “às vezes parece um enigma” para o público, em geral, declarações estas sintomáticas. Em parte, tal característica se deve ao rigor metodológico correspondente à adoção da metodologia de descrição multinível do acervo pelo sistema, endossando o uso de termos técnicos da área. Por outro lado, o mote de tornar o arquivo cada vez mais acessível ao público, como mencionado pela entrevistada, é fragilizado por demais ante a obrigatoriedade do uso da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)⁵⁷.

Por esse prisma, a tradição manualística da Arquivologia, expressa pela normalização de suas atividades, aparenta trazer consigo um viés reducionista. A dinâmica da taxatividade das normas pode ensejar em suprimir a autonomia da atuação do arquivista, produzindo instrumentos de referência padronizados, porém, não eficazes, como destacado por Menne-Haritz (2001, p. 64). Segundo a pesquisadora alemã, a observância estrita das normas proporciona o risco de produzir, de modo eficiente, instrumentos arquivísticos de referência ineficazes. Sobretudo, arrisca-se comprometer o olhar crítico do arquivo sobre o seu público, inviabilizando a proposição de novas abordagens metodológicas.

Apesar da lacuna em relação a pesquisas que ofereçam maior verticalização teórica sobre a percepção do SIAN, depreendeu-se pela entrevista realizada que mais esforços ainda são necessários para lograr a compreensão esclarecida do conteúdo desse sistema por seu público, cuja composição, ainda que desconhecida em suas minúcias, indica uma audiência ampla e heterogênea quanto às suas demandas.

Já a questão da interdisciplinaridade é expressa de maneira bastante evidente na criação e manutenção do SIAN, visto que a equipe que o compõe apresenta formações acadêmicas variadas e está sempre em contato, como relatou Estevão (2017): “No ano 2000, a equipe funcionava de uma maneira muito harmônica, então você conseguia discutir, o que rende muito. Cada um vai dando uma solução legal para a coisa e funciona”.

Para além da entrevista realizada, o SIAN foi acessado⁵⁸ e observado pelo prisma das categorias definidas para a análise de conteúdo, a fim de reconhecer atributos específicos do sistema passíveis de afetar a compreensão esclarecida do conteúdo do acervo.

Logo após a autenticação do usuário no SIAN por login e senha, a tela inicial do sistema exibiu uma mensagem textual de boas vindas ao usuário, seguida por algumas explicações das funcionalidades e modalidades de pesquisa disponíveis. Todavia, notou-se que o vocabulário utilizado para orientar o usuário revestia-se de formalidades, além de ser

⁵⁷ Com base na elaboração da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, também conhecida como ISAD(G), em 2003, o Conarq foi responsável pelo desenvolvimento da NOBRADE a partir da adaptação da ISAD(G) ao contexto brasileiro, sendo publicada pelo Arquivo Nacional em 2006.

⁵⁸ Acesso em: 05 jan. 2018.

repleto de expressões e termos técnicos que não são explícitos ao público, a exemplo de “níveis de descrição dos fundos”; “documento nato-digitais” e “reconhecimento de caracteres óticos”. Tais percepções ratificaram a figura de linguagem a qual alude Estevão (2017) de um arquivo “enigmático”.

Ainda nessa tela, observou-se um aviso do sistema recomendando a utilização da opção do menu “Contatos”⁵⁹, em caso de dúvidas ou necessidade de orientação. Ao clicar no link dessa opção, o usuário é redirecionado para uma página da internet que apenas disponibiliza alguns endereços físico e eletrônico do Arquivo Nacional: a sede, a Coordenação Regional no Distrito Federal, o Serviço de Informação ao Cidadão e a Ouvidoria da instituição. Isto é, não se percebeu alguma tentativa efetiva de diálogo com o público nem por meio do conteúdo textual da página, nem por meio de recursos da web.

Exemplo a ser apontado é a existência de ícone com a imagem de um ponto de interrogação ao lado do campo de pesquisa de suas respectivas modalidades. Não há orientações consistentes para o público encontrar o que procura no SIAN, limitando-se apenas a apresentar os possíveis tipos de busca do sistema **por meio de** breve conteúdo descritivo e a expor como funcionam os operadores booleanos para tal.

Sobretudo, não há como o público, em sua amplitude, ter domínio ao utilizar o sistema sem conhecer e indicar o nível de descrição arquivística de sua busca, isto é, o grau hierárquico da descrição multinível ao qual o termo pesquisado se refere, respectivamente: fundo/coleção; seção/subseção; série/subsérie; dossiê ou item.

O advento da Web 2.0, o entrelaçamento virtual e célere do fluxo informacional, o surgimento da ISAD(G) e da NOBRADE, a ampliação das políticas de acesso à informação e a tendência de transparência e *accountability* na governança pública são fatores que acarretam o encurtamento da distância virtual entre o usuário e a instituição arquivística. Neste cenário, destaca-se um processo de transição dos instrumentos de pesquisa tradicionais, como o guia e o inventário impressos, por exemplo, para uma nova geração de instrumentos de pesquisa ou de referência⁶⁰ *online*. Em suma, as recentes tecnologias simplificaram a disseminação da informação descritiva (YEO, 2016), no entanto, será que essa informação se tornou mais simples e inteligível para o público?

⁵⁹ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/contatos.asp>. Acesso em 07 jan. 2018.

⁶⁰ Segundo Andrade e Silva (2009), prioriza-se a terminologia instrumentos arquivísticos de referência ao invés de instrumentos de pesquisa, uma vez que tais ferramentas não comportariam em si mesmas as pesquisas, porém, artefatos referenciais. Por essa razão, opta-se pelo uso do primeiro termo neste artigo, em detrimento do segundo.

Persiste uma lacuna quanto a iniciativas para identificar boas práticas em métodos de apresentação e recuperação da informação descrita, desconhecendo-se como a tecnologia afeta, com efeito, as possibilidades de uso das descrições: “na ausência de normas estabelecidas, os usuários, ao consultarem uma gama de recursos on-line, frequentemente precisam aprender uma nova interface e sintaxe de recuperação para cada site que visitam” (YEO, 2016, p. 152).

Nessa direção, o que Gilliland-Swetland (2001) pontua sobre a inconsistência na forma de apresentação dos instrumentos de referência tende a se aplicar ao SIAN, por vezes, tornando-o incompreensível ao usuário leigo:

Em geral, tanto os arquivistas como seus usuários utilizam a mesma versão do instrumento de pesquisa e versões simplificadas ou visualizações alternativas raramente são preparadas para o uso público. Embora a eficácia desta forma em facilitar o uso de materiais de arquivo nunca tenha sido sistematicamente examinada, todas as indicações são de que o instrumento de pesquisa como atualmente concebido desempenha um trabalho bastante fraco em direcionar as necessidades, práticas e comportamentos do usuário não acadêmico (GILLILAND-SWETLAND, 2001, p. 200, tradução da autora).

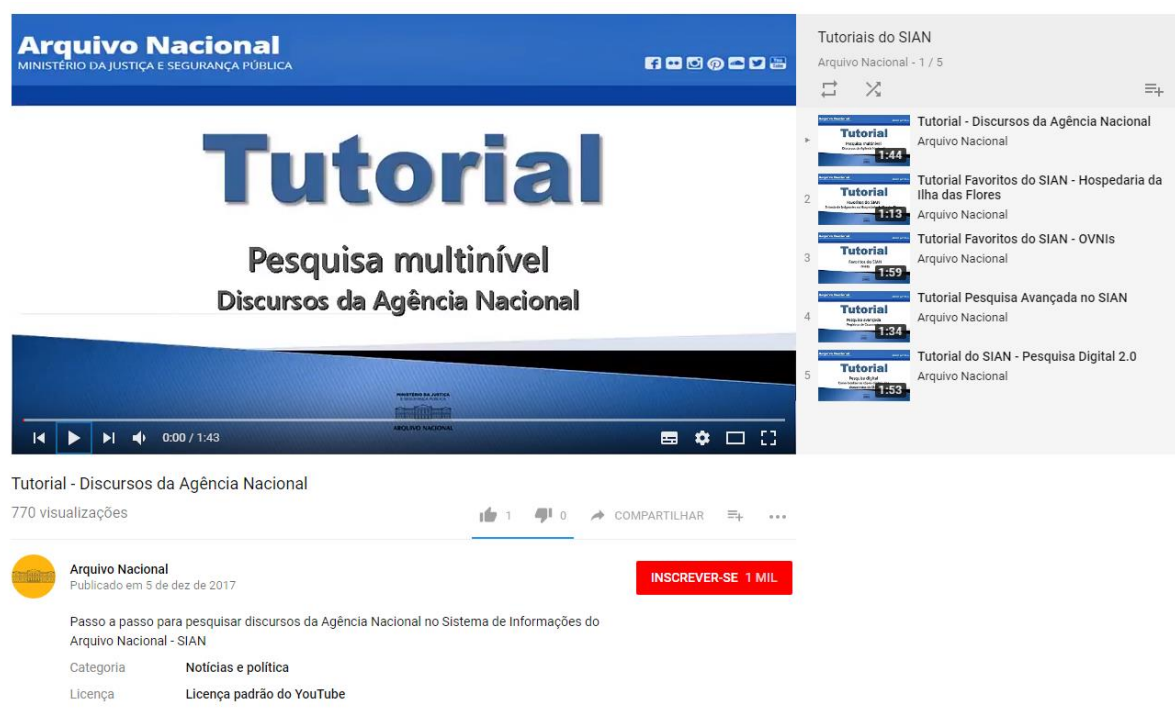
Na contramão da especialização da linguagem utilizada pelos instrumentos de referência, digna de nota é a iniciativa da Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental do AN, que elaborou uma série de vídeos tutoriais para a consulta ao acervo disponibilizado pelo SIAN. Um tutorial consiste em uma ferramenta didática para o ensino de uma determinada temática por alguém que a domine, apresentando abordagem explicativa e linguagem simplificada, de modo a mostrar o seu conteúdo por meio de um passo a passo, um “como fazer”. Assim, os tutoriais produzidos pelo AN demonstram ao público esse passo a passo para a pesquisa no sistema. Esses vídeos têm destaque na página inicial do portal eletrônico do AN e são armazenados no canal YouTube da instituição, em uma *playlist* específica intitulada “Tutoriais do SIAN”, cuja publicação online data de dezembro de 2017, conforme as Figuras 7 e 8, respectivamente.

Figura 7 – Detalhe de captura de tela da página principal do portal eletrônico do AN



Fonte: Portal eletrônico do AN, acessado em 15 jan. 2018.

Figura 8 – Captura de tela da playlist “Tutoriais do SIAN”



Fonte: Canal YouTube do Arquivo Nacional, acessado em 15 jan. 2018.

Contudo, com base nas quatro unidades de registro codificadas para a análise, depreende-se que a ação de difusão arquivística desempenhada pelo SIAN não contempla a dimensão da divulgação científica em seu propósito principal, apenas apresentando traços que

se assemelham a esta nas categorias objetivo e interdisciplinaridade. Dessa forma, a ação de difusão pende mais para a disseminação dos arquivos que para a sua popularização.

3.2 EXPOSIÇÕES VIRTUAIS DO AN (A2)

A segunda ação de difusão analisada se refere às exposições virtuais promovidas pelo AN que, segundo a assistente de pesquisa Denise Bastos (2017), foi pioneiro nesta forma de fazer difusão. A entrevistada relatou que a área de difusão do AN desenvolveu mais de 40 exposições ao longo de 30 anos, tanto presenciais quanto virtuais. Por volta do ano de 2005, a instituição constatou que algumas exposições presenciais não poderiam mais ser itinerantes diante do processo de degradação de sua materialidade. Contudo, a elaboração de tais exposições já tinha sido objeto de grande investimento intelectual.

Nesse cenário, Bastos (2017) pontuou o reconhecimento da emergência de novas tecnologias de informação e a discussão destas no âmbito institucional como elemento importante para averiguar a melhor forma de utilizá-las, a fim de tornar o acervo do arquivo mais conhecido. Nesse sentido, as exposições presenciais preservadas foram recuperadas e remontadas em meio eletrônico, criando-se as primeiras exposições virtuais do AN em 2007.

A princípio, o principal propósito consistiria em recuperar a memória das exposições do AN que foram presenciais, porém, logo se percebeu a oportunidade de criar novas exposições a serem lançadas diretamente no portal eletrônico. Além de rememorar exposições antigas, outras inéditas poderiam usufruir dos recursos oferecidos pela web. Acima de tudo, a entrevistada atentou para o interesse da instituição em transpor o limite físico das exposições presenciais e atingir novos públicos a partir da virtualização das exposições.

Dentre as 21 exposições virtuais realizadas pelo AN, constatou-se que sua maioria (15) foi desenvolvida a partir de exposições originalmente presenciais. Logo, apenas seis foram realizadas exclusivamente para o meio eletrônico: “A imprensa alternativa no acervo do Sistema Nacional de Informações 1964 – 1985”; “O Rio do Morro ao Mar: demolições e comemorações em 1922”; “A história em preto e branco: periódicos no Brasil do século XIX”; “Nas águas do mesmo Lago”; “Estado Novo: 1937 – 1945” e “Japão, Brasil: centenário de um encontro”.

No tocante ao objetivo da ação, contempla-se a comunicação dos acervos da instituição, sendo destacada pela entrevistada uma dimensão de produção de conhecimento associada à difusão promovida. Por essa ótica, enfatizou-se o desenvolvimento das exposições

virtuais como uma tarefa científica, em contraponto à mera disponibilização do acervo arquivístico ao público. Portanto, não se trata de apropriar-se das tecnologias da web para exibir o conteúdo desse acervo em uma vitrine estática, nem de uma simples migração de suportes, do físico para o eletrônico. Os usos dos recursos interativos da web pelas exposições virtuais potencializam o sentido da difusão arquivística idealizada pela instituição.

O perfil do público da ação é percebido como bastante diverso e geral, abrangendo diferentes tipos de pessoas com variados interesses. Bastos (2017) relatou que o volume desse público é acompanhado estatisticamente por software específico. Contudo, as estatísticas não trazem elementos concisos para delinear o perfil do público que acessa as exposições virtuais do AN.

Mormente, nota-se que os efeitos da rede mundial de computadores perpassam o comportamento desses visitantes, ao propiciarem, também, maior visibilidade institucional aos acervos custodiados pelo AN, importando em uma maior quantidade de usuários da instituição arquivística (MARIZ, 2012). Porém, além do aspecto quantitativo, a qualidade da relação entre o público e a instituição é vital para o êxito da ação de difusão analisada.

Um ponto interessante reside sobre o cuidado com a linguagem arquivística do conteúdo a ser difundido pela ação. Se a lacuna de informações quanto à caracterização de seu público prejudica a sua delimitação, por outro lado, esse desconhecimento leva a entrevistada a admitir a necessidade de abarcar a vastidão do público por meio da linguagem. Desse modo, reparou-se a precaução para que a linguagem utilizada nas exposições virtuais não propalasse o conhecimento arquivístico original em um discurso puramente técnico ou acadêmico, tampouco o reduzisse a um conhecimento raso.

Assim, o processo de recontextualização da linguagem envolve a cooperação de diversos profissionais da equipe, a fim de que o texto difundido consiga instigar o público sem desprestigiá-lo intelectualmente, buscando sempre manter a qualidade do conhecimento científico envolvido. A entrevistada também afirmou que há intencionalidade na curadoria dessas exposições, com vistas a alcançar a compreensão esclarecida do conteúdo das exposições pelo público não especializado em arquivos.

Aproximar o acervo arquivístico ao amplo público não significa, todavia, abrir espaço para visões “sensacionalistas” da difusão, nos termos da entrevistada. Segundo Bastos (2017), há fidelidade ao conhecimento científico que precede o recontextualizado, diante do rigor científico envolvido no processo de elaboração das exposições virtuais. Dessa forma, a área responsável pela difusão da ação prefere a contextualização do acervo pela delimitação de

temas ao recorte de personalidades ou fatos curiosos. Em geral, notou-se que a promoção das exposições virtuais é embasada por calendários comemorativos e temáticas em que o documento de arquivo ilustre a história.

É preciso comentar, ainda que brevemente, sobre como a ideia de organicidade⁶¹, considerada por muitos um princípio arquivístico, pode ser esfacelada a partir da promoção de exposições com o material que compõe o fundo de um acervo arquivístico. Em seu detrimento, outras leituras sobre o acervo engendram narrativas temáticas sobre os documentos, modificando-se a natureza do arquivo para atender ao propósito da ação de difusão pretendida.

Em visita à página das exposições virtuais do AN constatou-se que, dentre as 21 exposições apresentadas, todas confirmam o exposto pela entrevistada quanto à tematização. Mesmo a exposição “Jango: a nossa breve história”, que poderia sugerir uma exposição de cunho biográfico por seu título, na verdade, menos enfatiza um ator político do que retrata um determinado período histórico, ilustrado pelos documentos de arquivo custodiados pela instituição.

Os esforços interdisciplinares para o desenvolvimento das exposições virtuais são evidentes para o êxito da ação. Bastos (2017) esclareceu que a equipe da área de pesquisa compreende profissionais de diversas formações acadêmicas, como História, Ciência Política, Turismo e Antropologia, além de outras nas áreas de programação visual e editoração.

Em especial, a combinação de múltiplas áreas do conhecimento para essa ação de difusão é também observada na busca por referenciais teóricos de outros campos que não o arquivístico, a exemplo da articulação com a Museologia. A entrevistada afirmou que “como não existe quase literatura no campo da Arquivologia para tratar de difusão, de uma forma geral, e muito menos ainda para tratar de exposições, a gente busca apoio no campo da Museologia” (BASTOS, 2017).

De fato, é pertinente observar que ainda é escassa a produção de literatura da área que contemple a temática da difusão dos arquivos, assim como eventos científicos que a abarquem centralmente. Reputa-se necessário o desenvolvimento de mais pesquisas para verificar as razões que, efetivamente, motivam essa lacuna teórica e prática. Uma possível hipótese a ser

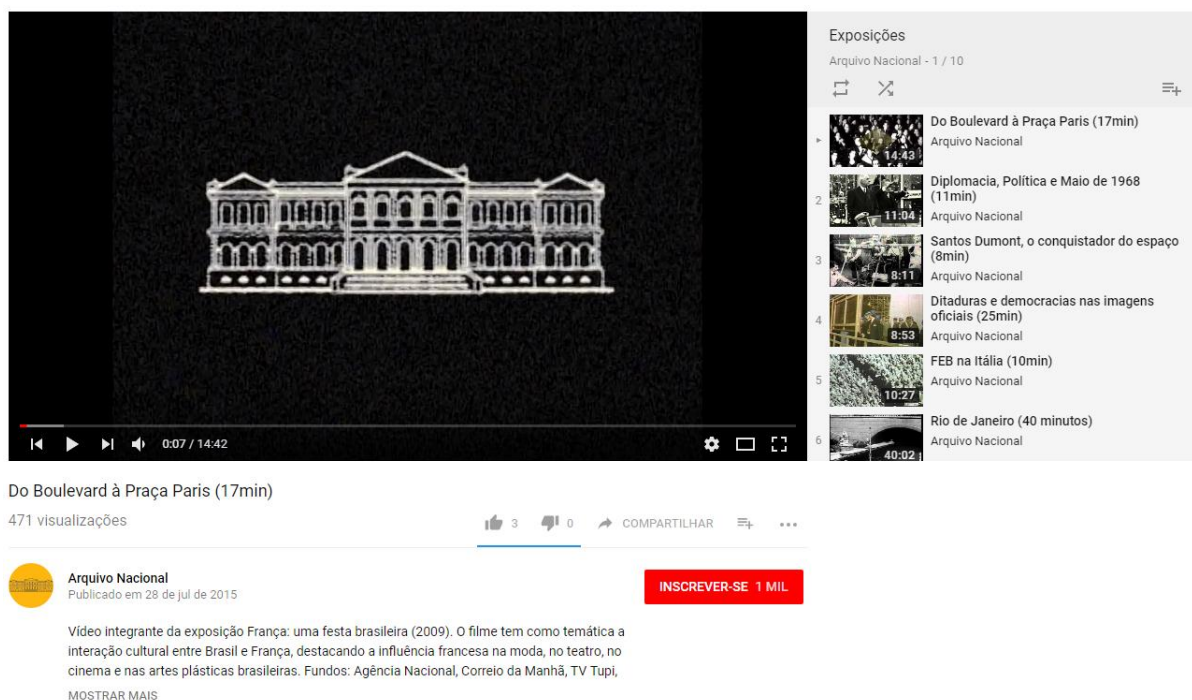
⁶¹ O princípio da proveniência se desdobra em dois graus: o primeiro, derivado do enunciado francês de respeito aos fundos, na medida em que o segundo remete à preservação de sua ordem original, como preconizado pelos holandeses, em 1898. Portanto, a organicidade vincula-se ao núcleo conceitual do respeito à ordem original dos fundos, à concepção do arquivo como um todo orgânico, contextualizado em seu meio de produção e acumulação.

investigada seria o pouco prestígio da função de difusão em comparação a outras que, a exemplo da classificação, seriam consideradas mais basilares e típicas da Arquivologia.

Retomando Alberch I Fugueras (2000, p. 10), a dinamização das exposições virtuais segue ao encontro da aposta nas tecnologias pelas instituições arquivísticas, tanto certa quanto acertada, posto que a ampliação do uso social dos arquivos envolve tanto promover a sua utilização, quanto considerar o espaço virtual da internet como um fator de incentivo para estimular a difusão do grande capital informativo que os arquivos congregam.

Importa ressaltar que as exposições virtuais do AN, assim como o SIAN, também utilizam o canal YouTube da instituição como recurso para agregar os vídeos integrantes das exposições virtuais por meio de uma *playlist*⁶², como mostra a Figura 9.

Figura 9 – Captura de tela da *playlist* “Exposições”



Fonte: Canal YouTube do Arquivo Nacional, acessado em 15 jan. 2018.

A análise das unidades de registro codificadas permitiu inferir que a ação de difusão desempenhada pelas exposições virtuais do AN se aproxima ao sentido de divulgação científica explicitado nesta pesquisa.

O desenvolvimento da ação preconiza, manifestamente, a produção de um conhecimento científico a partir de documentos de arquivo do acervo da instituição, buscando

⁶² O termo significa lista de reprodução, sendo comumente empregado em relação a conteúdos audiovisuais.

alcançar um público não familiarizado ao campo arquivístico e, inclusive, um público que nem mesmo visitaria uma exposição presencial.

O percurso das exposições virtuais é pensado através de hiperlinks, permitindo que o público siga uma sequência linear estabelecida pela curadoria da exposição, mas também possa acessar conteúdos pontuais e “navegar” pela rede como melhor lhe interessar. Essa dinâmica proporcionada pela característica difusa das tecnologias digitais, somada à preocupação com a linguagem utilizada para atingir o público, estimula o encurtamento da distância entre este e o AN, denotando a intenção de popularizar o acervo da instituição por meio de ferramentas típicas da web. No entanto, não foi avaliada a eficácia dessa intenção sobre a produção da ação, isto é, se esta chega a ser concretizada, pois como já mencionado, a presente pesquisa se deteve à concepção de tais ações, ao invés de seus efeitos.

3.3 EXPOSIÇÕES VIRTUAIS DO APESP (A3)

Para investigar as exposições virtuais realizadas pelo APESP, compreender o contexto institucional da elaboração dessa ação se mostrou fundamental ao tratamento do material coletado em entrevista, uma vez constatado que nem todas as ações de difusão desenvolvidas pela instituição se concentram sob a mesma unidade administrativa.

Conforme o Anexo 2, a Coordenadoria do APESP é composta pelo Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP) e pelo Departamento de Preservação e Difusão do Acervo (DPDA). As exposições virtuais são concebidas no âmbito desta diretoria, especificamente, pelo Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa (CDAP).

Diretor do CDPAP do APESP, Marcelo Chaves (2017) enfatizou, de pronto, a importância dos setores de difusão dos arquivos estarem conectados às suas respectivas missões institucionais, à medida que persiste uma dicotomia nestas instituições: tanto atendem à administração, no escopo da gestão de documentos, como à preservação da memória, assumindo uma conotação pedagógica e cultural.

Segundo o entrevistado, a função da difusão arquivística poderia ser sintetizada pela atividade de difundir a instituição, seus trabalhos técnicos, os conhecimentos da área dos arquivos e o acervo, em seu amplo sentido. Por essa perspectiva, a fala de Chaves (2017) extrapola o conteúdo exposto na página inicial do portal eletrônico da ação⁶³, uma vez que este manifesta a criação das exposições virtuais como uma resposta à missão de “dar acesso a

⁶³ Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/exposicoes_virtuais. Acesso em: 12 jan. 2018.

documentos públicos devidamente tratados e favorecer a pesquisa, proporcionando conhecimento e entretenimento cultural aos seus visitantes” (APESP, 2017).

Acima de prover o acesso ao acervo documental da instituição, frisou-se que a área da difusão se incumbe da função precípua de organizar e disponibilizar as informações contidas no arquivo, inicialmente, em um estado de caos. Por tal viés, o objetivo das exposições virtuais organizadas pelo APESP consistiria em disponibilizar essas informações de modo ordenado⁶⁴ ao grande público, comunicando sobre o acervo institucional.

Chaves (2017) declarou como um importante aspecto para esta investigação a influência das TIC. Afirmou, assim, que a criação das exposições virtuais estaria fortemente relacionada ao surgimento das tecnologias de informação e comunicação, destacando o “poder de penetração” de tais tecnologias. Nesse horizonte, em um primeiro momento, o APESP incorporou os recursos oferecidos pela web à criação de seu portal eletrônico, estimulando, posteriormente, a expansão do uso dessas ferramentas para as atividades de difusão do arquivo. Aliada ao desenvolvimento de recursos interativos da web, a construção de portais eletrônicos contribuiu estrategicamente para os processos de divulgação dos arquivos pelo espaço informacional da internet.

Quanto ao público da ação analisada, além de apontada a amplitude do arco de usuários ou potenciais usuários do arquivo, esta entrevista salienta um perfil até então não mencionado: a administração pública. Uma vez que a produção e acumulação dos documentos de arquivo decorrem das próprias atividades da administração pública, é plausível que um tipo de público a ser explorado consista dos próprios integrantes da máquina administrativa.

Ressaltou-se, ainda, uma redução do público apenas aos perfis acadêmico e escolar. De fato, existe uma dimensão pedagógica atrelada ao desenvolvimento da ação analisada, mas resta claro que o arquivo deve ser o protagonista das exposições virtuais organizadas.

A gente entende que o público do arquivo é muito mais amplo, começando inclusive com a Administração Pública, que é o nosso público por excelência, digamos assim. Mas quando fazemos as exposições, nosso objeto não é centralmente falar ou ensinar sobre um período histórico, (...) a gente quer atingir o cidadão em geral, claro, e a exposição também pode auxiliar pesquisadores que não têm uma formação arquivística. Se você for olhar as possibilidades, o público escolar é sempre um público cativo nosso e alvo nosso também, mas com outro interesse: a gente não quer dar aula de História, a gente quer falar sobre o arquivo (CHAVES, 2017).

⁶⁴ A ideia de ordem aqui não alude ao princípio arquivístico da ordem original, porém, à intencionalidade em atribuir uma disposição organizada de parte selecionada do acervo com vistas a um entendimento partilhado pelo público, nessa relação dialética entre ordem e caos informacional.

Segundo Carlos Bacellar (2012), ex-coordenador do APESP, houve um esforço para abrir o arquivo para um público mais amplo, de modo a possibilitar que o trabalho de tratamento dos acervos custodiados chegassem ao conhecimento de um público que não fosse composto apenas por pesquisadores:

Tradicionalmente, as ações de divulgação institucional, seja antes ou após o surgimento dos sítios na web, eram essencialmente voltadas para o público acadêmico. [...] Hoje, nossa página web aponta para outra direção: a de levar o acervo do Arquivo Público para leigos, bem como para estudantes e professores de todos os níveis de ensino (BACELLAR, 2012, p. 274).

A imprecisão quanto à definição do público das exposições virtuais do APESP decorre, em grande parcela, da ênfase atribuída à vertente historicista dos arquivos durante as gestões anteriores da instituição. De tal forma, essas exposições dividem-se em dois momentos distintos: de 2009 a 2015; influenciadas por grandes temas para atrair o público, com ênfase no documento como fonte histórica e baixa relação do material exposto com o conteúdo do acervo institucional; e de 2015 até os dias atuais, marcadas pela criação de narrativas que partem do documento de arquivo que integra o acervo da instituição.

Compreender melhor esse público se relaciona diretamente ao amadurecimento científico do campo arquivístico, na medida em que passa a se verificar que o tipo de público da ação de difusão analisada ultrapassa o pesquisador e o aluno de escola.

Pelo prisma de uma ciência em construção, a Arquivologia se reveste de termos e conceitos típicos, complexos e heterogêneos, o que é percebido pelo entrevistado:

Eu tenho muita dificuldade em explicar **a um cidadão comum, a uma pessoa que não é de arquivo** – mesmo pessoas que são usuárias de arquivos, como tipicamente os historiadores – o que é um arquivo, o que se faz em um arquivo. É uma coisa muito abstrata na cabeça das pessoas, até mesmo pela polissemia do termo: arquivo é uma estante; é um armário; pode estar vinculado a um texto, um documento eletrônico; é o prédio; arquivo é principalmente um depósito de papel velho. (...) É muito difícil me comunicar até no cotidiano com as pessoas... essa é uma dimensão da difusão (CHAVES, 2017, grifos nossos).

Nesse sentido, o quesito linguagem vem à tona, momento em que o entrevistado se questiona quanto ao desafio de transformar o conhecimento arquivístico original em outro que possa ser assimilado por um público amplo, através das exposições virtuais.

Como é que eu vou **transformar** esse esforço de, sem perder o rigor técnico e científico, estabelecer um **diálogo com um grande público** para que eu possa passar essa ideia daquilo que a gente faz, daqueles conceitos que a gente usa? (...) A gente procura fazer um texto **que atinja níveis diferenciados de percepção**, de dificuldade. No caso das exposições virtuais, você coloca o texto com um título que

chame a atenção, com uma linha fina que dá um subtítulo, com um texto curto e rápido, mas a gente tem que oferecer a possibilidade do aprofundamento daquilo para aquele cara com o conhecimento mais apurado, que quer ir mais longe, vai lá, dá um clique e aprofunda mais, seja por um texto maior, um glossário ou uma indicação bibliográfica (CHAVES, 2017, grifos nossos).

Ocorre que sempre existe uma perda ao recontextualizar o conhecimento científico original para um novo e, nesse sentido, este discurso deveria ser inundado pela ciência? Na divulgação, a linguagem utilizada não é mais científica, de modo que essa preocupação excessiva é um ponto instigante.

Notou-se que há preocupação quanto à compreensão esclarecida do conhecimento arquivístico difundido pelas exposições ao público, na medida em que Chaves (2017) identificou como compreensível e legível o discurso que é transformado para o público:

“As nossas exposições virtuais não explodem um interesse só pelo nosso acervo, mas pelos arquivos em geral. Como todo mundo é produtor de arquivo, as exposições virtuais devem, de alguma forma, estimular a se pensar essas dimensões que o arquivo tem na vida cotidiana de todo mundo. (...) O arquivista seria uma espécie de demiurgo que **transformaria** o caos informacional dos arquivos em uma narrativa **compreensível e legível** para as pessoas, organizando a informação para **disponibilizá-la de uma forma inteligível ao público**, dentro de um contexto histórico” (CHAVES, 2017, grifos nossos).

Em paralelo, o novo conhecimento produzido para as exposições virtuais é construído em respeito ao conhecimento arquivístico original, a fim de não cometer deslize teórico-conceitual algum. Chaves (2017) relatou que “há uma preocupação muito grande na produção dessas exposições, ainda mais na condição do APESP, que tem uma proeminência muito grande até no plano nacional. Um desvio do ponto de vista conceitual, uma coisa mal colocada, não é legal: o cuidado é grande”. A Figura 10 apresenta a exposição “Em nome d'El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo”, destacando-se como o conhecimento é apresentado ao público:

Figura 10 – Captura de tela da exposição “Em nome d'El Rey”



Fonte: Portal eletrônico das exposições virtuais do APESP, acessado em 18 jan. 2018.

No tocante à interdisciplinaridade, verificou-se que as exposições virtuais do APESP contam com múltiplas competências para o seu desenvolvimento, envolvendo a interlocução de diferentes equipes de trabalho. Enquanto os profissionais do acervo textual aportam conhecimentos relacionados à organização documental, também há a participação ativa nesse processo de paleógrafos, historiadores, restauradores de diversas áreas do arquivo. Também contribuem para tal profissionais externos ao arquivo, diante da notoriedade de seu saber, por meio de convites para a orientação da produção da narrativa das exposições. Reconhece-se que, sem essa articulação entre os saberes, seria inviável que a ação lograsse sucesso.

A partir da análise das categorias elencadas para a verificação da ação, infere-se que as exposições virtuais do APESP atendem a todos os quatro indicadores determinados para a investigação, manifestando expressamente os elementos necessários para contemplar a definição de divulgação científica adotada.

Em toda a fala do entrevistado e na apuração do próprio conteúdo das exposições, percebe-se evidente o zelo pela divulgação do conhecimento arquivístico, sempre alinhado à missão da instituição, dispensando especial cuidado com a linguagem utilizada na recontextualização do conhecimento arquivístico produzido para o público da ação.

As exposições virtuais concebidas a partir de 2015 revelam maior consistência quanto ao conteúdo arquivístico exibido, maior fidedignidade ao documento de arquivo, objeto por excelência da Arquivologia, além de apresentar maior sofisticação teórica. Nesse sentido, a

qualidade do conhecimento original é refletida sobre o conhecimento recontextualizado, obtendo-se exposições atraentes para o público, em geral.

Ao indicar caminhos para o aprofundamento do conteúdo da exposição através da disposição de outros materiais por hyperlinks, a ação atrai uma faixa ainda maior de público. Por fim, entende-se que a os recursos da web demarcam potentes ferramentas de convite ao público para explorar as exposições de forma interativa, diferentemente de uma visita ao arquivo ou, ainda, uma exposição presencial.

3.4 VÍDEO “GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO” DO APESP (A4)

Para a análise da última ação de difusão, é necessário retomar a informação de que nem todas as ações de difusão do APESP foram desenvolvidas pela mesma unidade administrativa. Dessa forma, ao constatar que a produção do vídeo “Gestão documental e acesso à informação” extrapolou os limites do CDAP, evidenciou-se certas idiossincrasias da instituição.

Como meio para atender às suas atribuições⁶⁵, o DGSAESP promove diversos eventos voltados para o público da administração pública, atuando, notadamente, na difusão do conhecimento arquivístico para este público, em um primeiro momento. Contudo, há indícios de que o vídeo selecionado para a análise também se trata de um material “voltado explicitamente para o cidadão, em geral, porque o que ele difunde de arquivo é uma dimensão que atinge a todos os cidadãos: todos os cidadãos são produtores de arquivos” (CHAVES, 2017).

A partir de entrevista com a Diretora Técnica do DPDA Camila de Souza, vinculada ao DGSAESP à época da elaboração do vídeo, o trabalho de produção do vídeo foi colocado como um esforço de comunicação entre a instituição e seu público, a fim de ampliar o alcance da realidade dos arquivos. Em especial, a entrevistada relatou que o vídeo foi pensado como um instrumento de divulgação do trabalho do APESP.

Para tanto, o vídeo utiliza uma abordagem indutiva, partindo da produção e uso de documentos pelo cidadão, como uma questão pessoal e cotidiana, até chegar ao universo ampliado dos documentos de arquivo da administração pública. Desse modo, pensou-se

⁶⁵ As atribuições do DGSAESP, assim como das demais unidades administrativas do APESP, foram definidas pelo Decreto nº 54.279/2009. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/institucional/pdf/Atribucoes_do_APESP.pdf. Acesso em 31 jan. 2018.

empregar uma linguagem capaz de sensibilizar e provocar o público, tarefa esta, segundo Souza (2017), consistindo em um “exercício de modulação da linguagem”.

De acordo com a entrevistada (informação verbal), a conhecimento arquivístico original é influenciado por uma linguagem jurídica formal, a exemplo das legislações que regem os arquivos. Nessa direção, afirmou: “(...) você tem que ter uma linguagem para conversar com o seu público colaborador, que também não é muito diferente de um público usuário, então daí o esforço de trazer para um entendimento comum”. Foi assegurado, ainda, que houve especial cuidado com a linguagem audiovisual utilizada, implicando pensar o ritmo, a duração e a identidade visual do vídeo, dentre outros aspectos.

Em vista disso, restou clara a intencionalidade presente na recontextualização do conhecimento original a ser difundido pela ação. Sobretudo, percebeu-se que, desde a produção da ação, já se pensara a questão da recontextualização do conhecimento arquivístico original, de forma a lograr a compreensão esclarecida do conteúdo pelo público:

Essa é a função (do vídeo): passar a atribuição desse órgão (APESP) e a importância desse trabalho **de uma forma que um leigo possa entender**. Então o vídeo passa essa questão da responsabilidade, da legislação, do Direito, mas de uma maneira mais suave, diferente de uma apresentação institucional em que você ‘pega’ a lei e apresenta os artigos de forma dura (SOUZA, 2017, grifos nossos).

Esse ponto conduz a outra categoria de análise, o perfil do público da ação. A entrevistada elencou fatias de sua composição: um público primeiro, constituído por colaboradores da administração pública que precisam compreender o vínculo da gestão documental com o trabalho que desempenham em serviços de arquivo; o servidor, de uma maneira geral; e o cidadão. Paralelamente, Chaves (2017) reiterou que o vídeo é direcionado ao “cidadão genérico”, aquele que é produtor e usuário dos arquivos, mostrando “como o arquivo está presente a todo instante, mas de forma oculta na vida de todo cidadão. [...] A gente só sente muita falta do arquivo quando a gente procura um documento e não encontra” (CHAVES, 2017).

Quanto à interdisciplinaridade, notou-se que houve a participação e interação entre diversos profissionais, somando competências variadas para a elaboração da ação, tais como historiadores, arquivistas e jornalistas, além da equipe técnica de empresa contratada a produção do vídeo, conforme roteiro definido pelo DGSAESP. Dessa forma, o trabalho da equipe envolveu uma ação e uma solução em conjunto. O Apêndice E mostra a transcrição do áudio narrado durante o vídeo, fruto desse roteiro.

Ao assistir ao vídeo da ação, alguns pontos chamaram a atenção, desde o começo do vídeo. No Quadro 7, cinco trechos foram selecionados para evidenciar a intencionalidade do discurso que se pretendeu construir por meio dessa ação, ratificando a fala de Souza (2017):

Quadro 9 – Análise textual de trechos selecionados do áudio narrado no vídeo

Trecho da narração	Análise textual
Ei! Você sabe onde está o seu RG neste exato momento? Arrá! Essa foi fácil... ou então pode me dizer onde está a sua certidão de nascimento? Guardada em um local seguro? Você percebe que precisa de seus documentos para provar quem você e o que pode fazer?	O contato inicial se dá pelo uso da interjeição “ei!”, que expressa um sentido de invocação, percebendo-se que já se busca agir sobre o interlocutor e dele se aproximar. A sequência de perguntas em seguida é estratégica, em dois sentidos: tenta estabelecer um diálogo com quem assiste ao vídeo e se utiliza de exemplos de documentos pessoais para aproximar o público do contexto dos arquivos.
Uma questão interessante: você sabia que o fato de ter nascido e o fato de continuar existindo não são suficientes para que você possa viver no mundo atual?	A expressão “você sabia” instiga a curiosidade do interlocutor, também sendo comum em textos de divulgação científica.
Assim como você , o governo também registra e comprova suas atividades por meio dos documentos públicos e tem o dever de prestar contas de seus atos para a sociedade.	A expressão “assim como você” aparece como uma transição entre o âmbito pessoal e o público, aproximando o cidadão comum ao governo por meio da figura de linguagem comparação.
É por isso que o governo tem que cuidar muito bem de seus documentos, mas você consegue imaginar a quantidade de documentos que só a Administração Pública do Estado de São Paulo produz todos os dias? Você imagina o trabalho que é manter toda essa documentação organizada e pronta para ser consultada por qualquer cidadão ou dirigente?	As duas perguntas em sequência estimulam que o público recorra ao seu imaginário, subjetivo, pessoal. Dessa forma, estabelece-se um elo entre a mensagem que é comunicada e o que já é implícito ao sujeito que a recebe.
Ao contrário do que muitos pensam os arquivos não são depósitos de papéis velhos sem utilidade, eles não estão mortos .	Para buscar modificar a imagem estereotipada dos arquivos pelo público, utiliza-se da própria metáfora do “arquivo morto”, expressão esta que estabelece um ponto de contato com o público diante da banalidade de seu uso.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ademais, deve ser destacado o uso de figuras de linguagem, a exemplo de analogias e metáforas, bem como recursos audiovisuais: trilha sonora de fundo; efeitos sonoros especiais; letreiros animados para enfatizar partes centrais do áudio narrado; e ilustração do conteúdo narrado, fazendo a correspondência entre áudio, texto e imagem.

Com base nas quatro categorias definidas para a análise de conteúdo da ação, entende-se que o vídeo selecionado atende ao propósito da temática divulgação científica. Apesar de grande parte do público da ação consistir em colaboradores da administração pública, vale ressaltar que muitos destes não são especialistas em arquivos.

É notória a articulação de recursos audiovisuais e da web com a finalidade de recontextualizar o conhecimento original dos arquivos, este pensado de forma dura, bruta, para o cidadão em geral. Como o vídeo tem por temática a gestão documental e o acesso à informação, apresentá-las a um amplo público requer, necessariamente, visitar o embasamento legal para tal. Em especial, trata-se de um esforço para popularizar a Lei de Acesso à Informação, norma esta relacionada diretamente à dimensão cidadã dos arquivos. Contudo, o vídeo busca escapar de jargões técnicos, sem prescindir dos conceitos arquivísticos necessários para a fidelidade ao conhecimento original.

A disponibilização desse vídeo tanto no portal eletrônico do APESP como em seu canal YouTube permite que o material seja acessado via internet, ou seja, fora do espaço físico da instituição arquivística. Amplia-se, assim, o alcance do público a conhecer o fenômeno arquivístico.

Sobretudo, infere-se que a linguagem utilizada para a recontextualização do conhecimento arquivístico original, somada aos recursos tecnológicos da web, potencializa a eficiência do diálogo entre o público e a instituição arquivística, constituindo-se o vídeo em concreta ação de divulgação da ciência dos arquivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação, buscou-se verificar como a divulgação científica poderia se manifestar no âmbito da difusão dos arquivos. Como um dos resultados mais significativos alcançados, destaca-se a validação dessa manifestação ante o alinhamento do discurso produzido pelas ações de difusão analisadas às características da divulgação científica, estas amparadas pelas categorias de análise definidas para a condução da investigação.

Confirmou-se, no campo empírico, a existência das duas dimensões de popularização do conhecimento arquivístico elencadas ao longo da delimitação da pesquisa: uma referente ao fenômeno arquivístico e, a outra; aos produtos e serviços arquivísticos. A construção de ações de difusão indicativas de ambas as dimensões dos arquivos se mostrou tarefa desafiadora para as duas instituições arquivísticas analisadas. Contudo, enquanto a segunda dimensão espelhou uma finalidade imediata, atendendo ao propósito funcional e utilitarista das ações desenvolvidas, a primeira revelou-se oportuno caminho para contextualizar a ciência dos arquivos à sociedade, isto é, pensar o saber arquivístico entremeado à compreensão do mundo.

É factível afirmar que os recursos disponibilizados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação estimularam a ampliação dos limites das ações de difusão. Acima de tudo, com o amparo tecnológico, a forma de concepção de tais ações tornou-se outra. Pensar como difundir o arquivo em meio eletrônico requer o desenvolvimento de competências críticas em informação para tal, pauta esta em crescente debate na área da Ciência da Informação, além da Pedagogia.

A aposta nas tecnologias digitais não é hodierna, tampouco a internet é panaceia. No entanto, seu uso por instituições arquivísticas ainda é tímido frente ao que pode vir a ser a difusão dos arquivos, fala-se aqui de potência. Então, a aposta é maior. Como instituições ainda pouco populares, os arquivos reclamam a interatividade própria da web para erigir espaços virtuais propensos a atrair públicos que, ordinariamente, não visitariam seus endereços físicos.

Nessa direção, um ponto importante que se mostrou frágil remeteu à necessidade de compreender os públicos que, em sua pluralidade, frequentam virtualmente os arquivos. Constatou-se que ambas as instituições analisadas ainda não dispõem de elementos suficientes para precisar a quem se dirigem suas ações de difusão, em que pese a reconhecida dificuldade

para delinear os contornos desse público. Afinal, quem compõe esse amplo e genérico público dos arquivos? A difusão de arquivos acompanha a necessidade de informação do seu público? Deveria acompanhá-la? Ou serviria a um propósito institucional, quiçá, em um contexto maior, a um propósito da Arquivologia? É o público que determina a relevância da informação que recebe ou seria a própria instituição arquivística? Seria este público, efetivamente, tão genérico? Essas questões ainda carecem de maior verticalização teórica, consistindo em pauta relevante para pesquisas subsequentes. É preciso ter cuidado para evitar a arapuca forjada pela conveniência da associação entre amplitude e totalidade do público.

No tocante às ações de difusão analisadas, inferiu-se que nem todas podem ser consideradas como processos de divulgação científica: apenas três dentre as quatro selecionadas qualificaram-se como tal: as exposições virtuais produzidas pelo Arquivo Nacional e pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e o vídeo “Gestão Documental e Acesso à Informação”, elaborado pelo último.

Nessas ações, a partir das categorias elencadas para a análise – objetivo, perfil do público, linguagem e interdisciplinaridade – comprovou-se que cada uma daquelas se apropriou de processos de divulgação científica para comunicar os arquivos ao seu público, logo, estendendo a potencialização dos efeitos da difusão arquivística.

Já no caso do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, ação não enquadrada como processo de divulgação científica, restou claro que o objetivo principal de disponibilizar ao público o acervo da instituição indicou menos a perspectiva comunicacional do que a questão do acesso. Também se notou que, mesmo figurando como uma preocupação da instituição, a ação não contemplava uma transformação do conhecimento arquivístico original com vistas ao alcance do público. Tais pontos foram decisivos para afastar a ação do possível propósito de divulgação da ciência.

Nesse sentido, pensa-se que uma ação de difusão criptografada por vocabulários técnicos tende a reforçar a opacidade do conhecimento arquivístico e das próprias instituições arquivísticas, aludindo-se aos ideais democráticos que orientam a essência desta pesquisa. Em tempos implacáveis como os vivenciados hoje, globalmente, em que cidadãos suportam a assombrosa perda de direitos constitucionais; os cortes drásticos sobre gastos com educação, pesquisa e desenvolvimento, dentre outros; e perpetua-se a desinformação, é urgente não poupar esforços para envolver a sociedade em um debate que lhe seja inteligível. Sem temer, sem temor.

O percurso a se trilhar das zonas de sombra à luz deve ser pavimentado pela participação do cidadão, buscando envolvê-lo no processo de concepção das ações de difusão. Investigações acerca da percepção do público que participa e faz uso dessas ações são imprescindíveis, portanto.

Em grande parcela da pesquisa evitou-se utilizar o termo usuário para se reportar ao público das ações, na medida em que se entende que a Arquivologia ainda não tem amadurecido quem é o sujeito que faz uso dos arquivos. Embora conveniente, chamá-lo de usuário apenas denota a pouca reflexão crítica da área quanto a este aspecto, dificultando o emprego de um termo mais apropriado.

Quanto à interdisciplinaridade, percebeu-se que, além de equipes de trabalho integradas por diversas formações e competências, as quatro ações analisadas descrevem fortes relações com as disciplinas da Comunicação, Ciência da Informação, Pedagogia, Ciência da Computação e Museologia, nos casos específicos das ações referentes às exposições virtuais (A2 e A3), além da presença absoluta da Arquivologia.

Destaca-se, contudo, como ponto crítico a relação descrita entre as unidades administrativas em que são desenvolvidas as ações e o setor de comunicação da instituição: observou-se uma conexão ruidosa ou inexistente. Sobretudo, entende-se que a comunicação é um aspecto inerente à difusão e não pode se descolar dos ambientes que desenvolvem as atividades finalísticas das instituições arquivísticas.

Em linhas gerais, foi possível observar a convergência dos objetivos propostos e temáticas abordadas, explorando-se diálogos possíveis entre a divulgação científica e a Arquivologia, no escopo da difusão dos arquivos. Mormente, a potencialidade dos usos das tecnologias digitais para a divulgação científica de arquivos, por assim dizer, sugere novos desafios para o campo arquivístico. A comunidade científica da área deve demandar mais pesquisas na seara da difusão dos arquivos que, em harmonia com Saracevic (1996), também é uma função esta cada vez mais relevante para a participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996.
- ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. Difusión y acción cultural. In: ADMINISTRACIÓN de documentos y archivos: textos fundamentales. Coordinadora de Asociaciones de Archiveros: Madrid, 2011.
- _____. Ampliación del uso social de los archivos: estrategias y perspectivas. Rio de Janeiro, 2000.
- ÁLVARES JÚNIOR, L.; ORRICO, E. . Information Science, Popularization of Science and Social Memory: Dialog with Knowledge Organization. In: CONGRESO ISKO-ESPAÑA, 9., 2009, Valencia. **Anales...** Valencia: Editorial de la UPV, 2009. v. 1, p. 418-431.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Difusão**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao>. Acesso em: 19 maio 2017.
- _____. **Exposições virtuais**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao>. Acesso em: 19 maio 2017.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Acesso à informação, direito à memória: os arquivos públicos em questão. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 25, n. 2, 2012.
- BACEVIC, Jana. Beyond the Third Mission: Toward an Actor-Based Account of Universities' Relationship with Society. In: **Universities in the Neoliberal Era**. Palgrave Macmillan UK, 2017. p. 21-39.
- BALDINATO, José Otavio. **A química segundo Michael Faraday: um caso de divulgação científica no século XIX**. Dissertação (Mestrado)—Universidade de São Paulo, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARROS, Diogo Júnior Silva; SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos. Comunicação científica na Arquivologia: análise de produtividade e temáticas abordadas nos periódicos da área (2007-2015). **Analizando em Ciência da Informação - RACIn**, João Pessoa, v.4, n.2, 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo07.pdf. Acesso em: 18 maio. 2017.
- BASTOS, Denise de Moraes. **Denise de Moraes Bastos**: entrevista [19 dez. 2017]. Entrevistadora: Bianca da Costa Maia Lopes. Rio de Janeiro: [S.n.], 2017. 1 arquivo .m4a (50 min.).
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p.189-217.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

_____. O sentido dos arquivos. In: **I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BERKOWITZ, Jacob. **Popularize or perish**. University Affairs, 2007. Acesso em: 16 mai. 2017. Disponível em: <http://www.universityaffairs.ca/opinion/in-my-opinion/popularize-or-perish/>.

BERNERS-LEE, T. WWW: Past, present, and future. **Computer**, v. 29, n. 10, p. 69-77, 1996. Disponível em: <<https://www.w3.org/People/Berners-Lee/1996/ppf.html>>. Acesso em 07 out. 2017.

BERNERS-LEE, T., LASSILA, Ora; HENDLER, James. The semantic web. **Scientific American**, Maio, 2001.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155. (Grandes Cientistas Sociais, n.39).

BROSSARD, Dominique; LEWENSTEIN, Bruce V. A critical appraisal of models of public understanding of science. **Communicating science: new agendas in communication**. New York: Taylor and Francis, p. 11-39, 2009.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351, 1991.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010.

_____. Jornalismo científico: conceitos e funções. **Ciência e Cultura**, v. 37, p. 1420-1427, 1995.

CALSAMIGLIA, Helena; FERRERO, Carmen López. Role and position of scientific voices: Reported speech in the media. **Discourse studies**, v. 5, n. 2, p. 147-173, 2003.

CALSAMIGLIA, Helena; VAN DIJK, Teun A. Popularization discourse and knowledge about the genome. **Discourse & Society**, v. 15, n. 4, p. 369-389, 2004.

CAMÚS SERRA, Mariola. **El valor y la difusión del patrimonio documental en los archivos**. 2013.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5., 2003, **Anais eletrônicos...** Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acessado em: 31 maio 2017.

_____. What is Information Science for? A philosophical reflection. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND. 1991. **Proceedings...** London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, jan./abr. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 2003.

CHAVES, Marcelo Antonio. **Marcelo Antonio Chaves**: entrevista [06 dez. 2017].

Entrevistadora: Bianca da Costa Maia Lopes. São Paulo: [S.n.], 2017. 1 arquivo .m4a (39 min.), 1 arquivo .m4a (26 min.), 1 arquivo .m4a (46 min.).

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHRISTOVÃO, Heloísa Tardin. Da comunicação informal a comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. **Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, 1979.

CHRISTOVÃO, Heloísa Tardin; BRAGA, Gilda Maria. Ciência da Informação e Sociologia do Conhecimento científico: a intertemacidade plural. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 33-45, set./dez. 1997.

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao-divulgacao-cientifica/>. Acesso em 04 mai. 2017.

CRUCES BLANCO, Esther. La divulgación en los archivos. El gran público y el derecho de conocer los archivos. In: CRUCES, E.; AQUESOLO, J. (Coord.): **¡Lo que hay que ver! la divulgación en el Archivo Histórico Provincial de Málaga**: el documento del mes. Cádiz: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura, 2007, p. 13-24.

DICKE, William. Carl Sagan, an Astronomer Who Excelled at Popularizing Science, Is Dead at 62. **The New York Times**, Nova York, 21 dez. 1996. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1996/12/21/us/carl-sagan-an-astronomer-who-excelled-at-popularizing-science-is-dead-at-62.html>. Acesso em: 27 mai. 2017.

DUCHEIN, Michel. **Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos: un estudio del RAMP**. Paris: Unesco, 1983. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000576/057672so.pdf>. Acesso em 18 mai. 2017.

DUFF, Wendy M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

EDITORIAL, sem autor. Editorial. **Histórica**, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, ano 11, n. 63, mar. 2015. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica63.pdf>. Acesso em: 19 maio 2017.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura. **Silvia Ninita de Moura Estevão**: entrevista [19 dez. 2017]. Entrevistadora: Bianca da Costa Maia Lopes. Rio de Janeiro: [S.n.], 2017. 1 arquivo .m4a (44 min.).

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manuel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, v. 23, n. 1, p. 81-108, 2011.

ESTRADA, Luis. La ciencia y su difusión. **Perfiles Educativos**, n. 55-56, p. 17-21, 1992.

FAHNESTOCK, Jeanne. Accommodating science: the rhetorical life of scientific facts. In: MCRAE, M. W. (Ed.) **The literature of science: perspectives on popular scientific writing**. Georgia: The University of Georgia Press, 1993.

FARADAY, Michael; JAMES, Frank AJL. **The chemical history of a candle: with an introduction by Frank AJL James**. Oxford University Press, 2011.

_____. **The correspondence of Michael Faraday: letters 1-524. 1811-December 1831**. Vol. 1. Londres: Institution of Engineering and Technology, 1991.

FARRADANE, Jason. Knowledge, information, and information science. **Journal of Information Science**, v. 2, n. 2, p. 75-80, 1980.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. FGV Editora, 2005.

FOSKETT, D. J. Alguns aspectos sociológicos dos sistemas formais de comunicação do conhecimento. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.1, n.1, p. 3-14, jan./jun. 1973. Disponível em:

http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/repositorio/2010/03/pdf_915e1b3236_0008350.pdf.

Acesso em: 29. maio 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILBERT, Paul. **Introdução à teologia medieval**. Edições Loyola, 1999.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J. Popularizing the finding aid: exploiting EAD to enhance online discovery and retrieval in archival information systems by diverse user groups. **Journal of internet cataloging**, v. 4, n. 3-4, p. 199-225, 2001.

GLEICK, James. Um sistema nervoso para a Terra. In: _____. **A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GONZALEZ, Marcos. Informar versus enformar: uma competição morfossemântica com origem no português arcaico. **Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF)**. p. 1904-1919, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

GROSS, Alan G. The continuity of scientific discovery and its communication: The example of Michael Faraday. **Journal of Biomedical Discovery and Collaboration**, v. 4, p. 3, 2009.

HERRERA, Antonia Heredia. **Archivística general: teoría y práctica**. 1991.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, v.27, n.3, 1998. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651998000300001&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. Apresentação da edição inaugural. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-4, jul./dez, 2012. Disponível em:

<<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/2/1>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

LEITE, R. A. O. Novos paradigmas para a socialização da informação e a difusão do conhecimento científico: perspectivas da interação entre a organização dos sistemas e a

complexidade da informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.57-69, jan./jun. 1996.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 88-95, 2003.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet**: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>. Acesso em: 17 maio 2017.

MASSARANI, Luisa. **A divulgação científica no Rio de Janeiro**: algumas reflexões sobre a década de 20. 1998. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro. 136 p, 1998.

MASSARANI, Luisa et al. **Guia de divulgação científica**. Rio de Janeiro: SciDev.Net: Brasília, DF: Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, 2004.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. A retórica e a ciência: dos artigos originais à divulgação científica. **Ciência & Ambiente**, n. 23, Santa Maria, RS, p. 3-47, 2001.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima. **Ciência e Público: Caminhos da Divulgação Científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access - the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 57-82, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **DataGramaZero**, dez. 1999.

_____. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. p.21-35. In: CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite; CAMPELLO, Bernadete Santos. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

NORUZI, Alireza. Science popularization through open access. **Webology**, v. 5, n. 1, 2008.

O'REILLY, Tim. What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. **O'Reilly Publishing**, 2005.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. A memória da divulgação científica: um discurso informacional. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 8, n. 14, 2012.

_____. Ciência da Informação e divulgação científica: reflexos epistemológicos. In: **Anais do X ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. João Pessoa, PB, 2009.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; OLIVEIRA, Carmen Irene de. Análise do discurso na divulgação científica: uma reflexão na Ciência da Informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB**, 8., 2007. **Anais...**

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. Special Issue, p. 59-79, 2009.

OZORIO DE ALMEIDA, Miguel. **A vulgarização do saber**. Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda., 1931. pp. 229-240.

PASQUALI, Antonio. **Comprender la comunicación**. Caracas: Monte Ávila Editores, 1978. 289 p.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa, UFPB, 2002. p.61-86

_____. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, v. 15, n. 1, 2005.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; PRÍNCIPE, Eloísa. (Org.). **Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas: transformações em cinco séculos**. Brasília: IBICT, 2012.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; VALERIO, Palmira M.; SILVA, Márcia R. Marcos históricos e políticos da divulgação científica no Brasil. In: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Org.). **Desafios Do Impresso Ao Digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento**. Brasília: IBICT; Unesco, p. 259-289, 2009.

PLATÃO. **Mênon**. Trad. Maura Iglésias. São Paulo: Editora PUC-Rio e Edições Loyola, 2001.

POE, Edgar Allan. A few words on secret writing. **Graham's Magazine**, Filadélfia, v. 19, p. 33-38, 1841. Disponível em: <http://www.eapoe.org/works/essays/fws0741.htm>. Acesso em 13 nov. 2016.

POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. **Acervo**, v. 26, n. 2, p. 273-284, 2013.

RAMÍREZ, Jafeth Campos. La difusión en los archivos: importante herramienta de proyección ante la sociedad. **Códices**, v. 5, n. 2, 2011.

ROBREDO, Jaime. Ciência da informação e Web semântica: linhas convergentes ou linhas paralelas? In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.) **Passeios pelo bosque da informação**:

estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015.

ROMANELLI, Rosely. SCHNEIDER, Marco. Ciência, interesse e linguagem: alguns desafios da divulgação científica. In: TAVARES, Denise; REZENDE, Renata (Org). **Mídias e divulgação científica: desafios e experimentações em meio à popularização da ciência.** Rio de Janeiro: Ciências e Cognição, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SAGAN, Carl. **Cosmos.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1980.

SÁNCHEZ MORA, Ana María. **Introducción a la comunicación escrita de la ciencia.** Universidad Veracruzana, 2010.

_____. **La divulgación de la ciencia como literatura.** Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 1998.

_____. **Ana María Sánchez Mora:** entrevista [16 out. 2017]. Entrevistadora: Bianca da Costa Maia Lopes. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico:** concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/en.php>. Acesso em: 17 maio 2017.

SILVA, Antônio de Moraes et al. **Diccionario da lingua portugueza.** Lisboa, 1789. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/2/vulgarizar>. Acesso em 27 mai. 2017.

SILVA, Deonísio da. **De onde vêm as palavras:** origens e curiosidades da língua portuguesa. 17. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.

SILVA, Eliezer Pires da. A dimensão informacional do fenômeno arquivístico. **Logeion**, v. 2, n. 1, p. 108-121, 2015.

SOUZA, Camila Brandi de. **Camila Brandi de Souza:** entrevista [28 dez. 2017]. Entrevistadora: Bianca da Costa Maia Lopes. São Paulo: [S.n.], 2017. 1 arquivo .m4a (29 min.).

THEIMER, Kate. Interactivity, flexibility and transparency: social media and Archives 2.0. In: HILL, J. (Ed.). **The future of archives and recordkeeping: a reader.** London: Facet Publishing, 2011a.

_____. **Web 2.0 tools and strategies for archives and local history collections.** Neal-Schuman Publishers, Inc., 2009.

- THEIMER, Kate. What is the Meaning of Archives 2.0?. **The American Archivist**, v. 74, n. 1, p. 58-68, 2011b.
- TONDA MAZÓN, Juan et al. **Antología de la divulgación de la ciencia en México**. Colección Divulgación para Divulgadores, DGDC-UNAM, México, 2002
- VAN GARDEREN, Peter. **Web 2.0 and archival institutions**. 2006. Disponível em: <<http://archivemati.ca/2006/05/08/web-20-and-archival-institutions/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.
- VALERIO, Palmira Moriconi. **Periódicos científicos eletrônicos e novas perspectivas de comunicação e divulgação para a ciência**. 2005. Tese (Doutorado)- CNPq/IBICT-ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- VALERIO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, v. 20, n. 2, 2012.
- VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-145, 2008.
- VIEIRA, Cássio Leite. Pequeno manual de divulgação científica: um resumo. In: MASSARANI, Luisa et al. **Guia de divulgação científica**. Rio de Janeiro: SciDev.Net: Brasília, DF: Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, 2004. p. 11-13.
- VILAN FILHO, Jayme Leiro; OLIVEIRA, Eliane Braga de. Periódicos científicos brasileiros de Arquivologia: os artigos e suas autorias (1972-2007). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 82-93, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/13050>. Acesso em 13 mai. 2017.
- YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.
- ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1979. (Coleção O Homem e a Ciência, v. 8).

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA		
PARTE 1 – Contextualização da pesquisa		
▪ Apresentação da entrevistadora/pesquisadora, instituição e orientadora da pesquisa; ▪ Propósito da pesquisa: analisar ações de difusão arquivística e suas possíveis relações com os processos de divulgação científica, reconhecendo elementos da divulgação científica que possam oferecer aportes teóricos à difusão arquivística; ▪ Para efeitos desta pesquisa: compreende-se que as instituições arquivísticas visam ao desenvolvimento de serviços e produtos arquivísticos para disponibilizar seus acervos ao amplo público, independentemente dele ser especializado ou não. Dessa forma, a elaboração de ações de difusão arquivística poderia estreitar as formas de comunicação entre as instituições arquivísticas e o seu público; ▪ Apresentação da estrutura da entrevista (um bloco geral e três temáticos); ▪ Informação sobre os termos e condições do entrevistado(a).		
PARTE 2 – Blocos de conteúdo da entrevista		
Bloco	Questões	
Geral	1)	Qual o propósito da difusão dos arquivos?
	2)	Do que fala a instituição quando fala em difusão?
	3)	Como o conhecimento arquivístico se faz acessível a pessoas que não reconhecem o marco de referência disciplinar da Arquivologia?
	4)	Que aspectos pautam o desenvolvimento das ações de difusão da instituição?
	5)	Qual a unidade administrativa responsável pela difusão arquivística na instituição?
Sobre a ação de difusão	6)	Que propósito central motivou a criação da ação de difusão?
	7)	Que objetivo(s) se buscou alcançar com a ação de difusão?
	8)	Como você descreve o histórico do desenvolvimento da ação de difusão?
	9)	A ação de difusão faz parte de qual unidade administrativa da instituição?
	10)	O desenvolvimento da ação de difusão demandou competências profissionais de mais de uma área do conhecimento? (interdisciplinaridade)
	11)	Quais são as formações dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da ação de difusão?
Sobre o seu público	12)	Como são percebidos os tipos de público da ação de difusão?
	13)	Há algum estudo que embase a qualificação desse público?
	14)	De que forma foi pensada a relação entre o público da ação de difusão e a instituição?
	15)	Que tipos de público a instituição considerou no desenvolvimento da ação de difusão?
Sobre a sua linguagem	16)	Durante o desenvolvimento da ação de difusão houve algum cuidado especial quanto à linguagem utilizada? Qual?
	17)	Houve algum processo intencional de readequação do conhecimento arquivístico para contextualizar o público dessa ação?
	18)	Em caso positivo, essa readequação ocorreu com fidelidade ao conhecimento arquivístico original?
	19)	A ação de difusão busca contemplar a compreensão esclarecida dos arquivos por um público não especializado em arquivos?

APÊNDICE B – Entrevista com Ana María Sánchez Mora

Entrevistada: Ana María Sánchez Mora (SM)

Cargo: Responsável pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Ciência (linha de comunicação da ciência) da Universidade Nacional Autônoma do México

Entrevistadora/Pesquisadora: Bianca da Costa Maia Lopes (P)

Data da entrevista: 16 de outubro de 2017

Tipo de entrevista: À distância (e-mail)

P – La expresión "divulgación científica" puede asumir diferentes significados, especialmente, relacionados con los espacios y tiempos en que se manifiestan. ¿Cómo usted define la divulgación científica hoy?

SM – Después de una búsqueda de años, me quedaría con una muy sencilla: hacer accesible el conocimiento.

P – En su libro "Introducción a la comunicación escrita de la ciencia" la divulgación de la ciencia es apuntada como un discurso secundario, sin embargo, autónomo; como un intento de **recreación** del conocimiento científico. Creo que si el conocimiento científico original no se ve afectado en esta labor, asumirla como una **re-creación** podría enfatizar la designación de repetición de este prefijo ruidosamente, sugiriendo una alteración del conocimiento científico original. De esta forma, usted considera válido concebir la divulgación científica como la creación de un nuevo discurso científico a partir del discurso original, en lugar de una recreación propiamente dicha?

SM – No solo la sugiero; pienso que la recreación necesariamente altera el conocimiento científico original. El quid del asunto estriba en la calidad del cambio y en su intención.

P – Siguiendo en "Introducción a la comunicación escrita de la ciencia", usted advierte sobre "no confundir la búsqueda de un método para hacer divulgación (la una teoría para explicarla), con la metodología para investigar la divulgación". ¿Podría explicar un poco más este fragmento y, aún, los intentos de búsqueda de científicidad y metodologías en la divulgación científica?

SM – Con método me refiero a la idea de que se podría hacer divulgación siguiendo una receta, un procedimiento o una fórmula, idea absurda si tenemos en cuenta la naturaleza artesanal de la divulgación. Podemos tener principios generales, pero no pasos infalibles a

seguir. En cambio, investigar la divulgación como objeto de estudio requiere de un proyecto estructurado basado en alguna(s) de las disciplinas que participan en la reflexión. En palabras llanas, no es lo mismo hacer la divulgación que estudiarla, y pretender que la divulgación se haga con el método científico (como se ha propuesto por allí) es una aberración.

P – En Brasil, para fines prácticos de evaluación y sistematización de recursos de investigación nacionales, las áreas de conocimiento científico son clasificadas jerárquicamente. En este sentido, la Archivología está envuelta por la Ciencia de la Información, esta enmarcada en el área "Comunicación e Información" que, a su vez, compone la gran área "Ciencias Sociales Aplicadas" (mayor nivel jerárquico).



En su visión, la divulgación científica también se extiende a las "Ciencias Sociales Aplicadas", como la Archivología, o apenas a otras ciencias, a ejemplo de la Biología, Física y Química?

SM – Como se ve de mi definición reducida (punto 1)⁶⁶, están incluidas todas las ciencias, todo el conocimiento, aunque por tradición histórica hemos llamado divulgación de la ciencia solo a la que se ocupa de las naturales y exactas.

P – La Archivología ya se ocupa de la difusión de los archivos a la sociedad como una de sus funciones, a partir de acciones desarrolladas por instituciones archivísticas en todo el mundo. El caso brasileño no es diferente; dos relevantes instituciones archivísticas actúan fuertemente en esa dirección: el Archivo Público del Estado de São Paulo y el Archivo Nacional de Brasil. Sin embargo, se entiende que ni todas las acciones de difusión archivísticas practicadas pueden ser caracterizadas como acciones de divulgación científica. En su visión, ¿sería

⁶⁶ A entrevistada se refere à primeira questão respondida.

posible establecer relaciones entre las acciones de difusión de los archivos y la divulgación científica?

SM – Claro que sí, a semejanza de los diferentes tipos o niveles de la divulgación, desde el dato crudo hasta la elaboración literaria, con una enorme gama intermedia de elaboración. Difundir el contenido de un archivo a secas o transformarlo en un texto crítico que aporte ideas: como ya dije, se trata del dúo calidad/intención.

P – En este sentido, para intentar identificar rasgos de divulgación científica en las acciones de difusión de los archivos, ¿cómo pensar los criterios más relevantes para realizar ese análisis, ya que no hay recetas o métodos propios?

SM – Me fijaría en las características de los productos de esas acciones; por ejemplo, una tabla que dijera “transcripción literal”, “transcripción con notas para el lector”, “glosa para facilitar la comprensión”, “reelaboración del material” para facilitar su acceso”, etc, etc. Y nótese que no solo es aplicable a textos.

P – Un punto importante en mi investigación es la relación entre la divulgación científica y su dimensión sociopolítica. ¿De qué forma la divulgación científica puede contribuir a una sociedad más democrática, en su visión?

SM – Desde finales de los 1960 se empezó a ver claramente esta dimensión, aunque estaba presente desde los comienzos de la divulgación, pues justamente nace para sacar el conocimiento de los cenáculos de expertos y llevarlo al público. Una sociedad que no tiene un mínimo conocimiento de las cosas que suceden en el mundo, la ciencia una de las más importantes e influyentes, no puede pretenderse democrática. La democracia implica una visión crítica, y sin conocimiento esto no existe. Al menos eso creo.

APÊNDICE C – Codificação das entrevistas

ENTREVISTA E1 – SIAN (AN)		
Categoria	Unidade de Registro	Unidade de contexto (E1)
Objetivo	Comunicação do fenômeno arquivístico e/ou dos acervos da instituição (serviços/produtos)	“O SIAN é um processo, ele é um momento, uma fase... mas que você vem desde essa ação de divulgação do século XIX a você construir, elaborar inventários – as primeiras publicações do AN são do final do século XIX e início do XX, você tem uma continuidade. Então essa ação de divulgação, que é de difusão também, é uma coisa natural, é o próprio sentido da instituição”. “A ideia era que você pudesse desenvolver um sistema que pudesse ser compartilhado por todos os arquivos no Brasil (...) que disponibilizasse ao público o acervo do AN”.
Perfil do público	Abrangência de público não especialista em arquivos	“De uma maneira muito reduzida, você sempre tem nos arquivos dois tipos de públicos: a pesquisa acadêmica e a pesquisa probatória. (...) Acho que basicamente esse é o grande público, só que ele vai ter diversas formações, às vezes não sabe ler direito, às vezes é pós-doutor”.
Linguagem	Recontextualização intencional da linguagem	“Por exemplo, a linguagem que você coloca estruturalmente no sistema, a pesquisa multinível: o que vem ser a pesquisa multinível? Para a pessoa pode ser meio que um grande mistério. Nesse sentido a gente foi muito presa ao vocabulário técnico da área. Quando a gente fala em produtor do arquivo ou proveniência a gente está muito apegado ao vocabulário, então a gente tem claro isso, que às vezes parece um enigma, mas, por outro lado, a gente também queria criar uma cultura com relação a isso”. “A gente tem essa preocupação (rigor metodológico do vocabulário original dos documentos), mas em geral a gente não consegue dar muita solução. (...) Às vezes até para explicar como é a melhor forma de você fazer pesquisa, por exemplo, se você põe vírgula, ponto e vírgula como uma combinação booleana, se você dá um ‘enter’ para conseguir gravar lá o que você está procurando... às vezes não é muito fácil. Você até explica, mas ninguém tem ‘saco’ de ler, então o ideal é que a gente continue evoluindo para coisas intuitivas, mas eu acho que a gente ainda demora”.
	Compreensão esclarecida do conteúdo pelo público	“Eu acho que o Arquivo (Nacional) busca ser cada dia mais acessível, acho que essa deve ser a filosofia, que o sistema seja intuitivo, que a informação esteja disponível o mais rapidamente possível, que ele tenha menos intermediários. (...) Essa é a ideia do sistema: vamos juntar tudo em um lugar só e tornar isso o mais acessível possível para que qualquer pessoa não precise dar satisfação do que quer fazer, tipo de pesquisa, preocupação... você vai lá, pesquisa e resolve sua vida”.

	Fidelidade ao conhecimento arquivístico original	“A gente estava inaugurando uma metodologia e, nesse sentido, o AN foi vanguarda em relação ao mundo em determinadas coisas, em termos de sistemas. Antes mesmo da norma (de descrição arquivística) ser publicada internacionalmente, a gente conseguiu avançar em muitas coisas, de acordo com a ISAD(G), então a gente quis realmente trabalhar com esse vocabulário técnico. (...) A ideia sempre foi trazer na descrição como o documento trabalha aquele momento o texto... porque isso é uma questão metodológica, então te ajuda a... ‘como é que você vai indexar isso?’. Você traz, então, como está escrito no documento”.
Interdisciplinaridade	Competências profissionais de mais de uma área do conhecimento	“O Arquivo, na realidade, é interdisciplinar . Quer dizer, a composição (...) – a gente já teve muita discussão na formação da própria equipe do AN – a gente tem pessoas com formações variadas. Em termos de graduação você tinha desde economista, cientista social, historiador, arquivista, bibliotecário etc. No ano 2000, a equipe funcionava de uma maneira muito harmônica, então você conseguia discutir, o que rende muito. Cada um vai dando uma solução legal para a coisa e funciona. Fora o pessoal da informática que foi contratado e o pessoal de informática que você tinha no Arquivo (Nacional) que também tinha diferentes formações”.

Fonte: Elaboração própria (2018), grifos nossos.

ENTREVISTA E2 – Exposições virtuais (AN)		
Categoria	Unidade de Registro	Unidade de contexto (E2)
Objetivo	Comunicação do fenômeno arquivístico e/ou dos acervos da instituição (serviços/produtos)	“A difusão que fazemos tem uma dimensão de produção de conhecimento associada a ela, não é simplesmente pinçar um documento qualquer do seu acervo e divulgá-lo por que meio for, apenas oferecendo acesso a ele. A esse trabalho, que é uma coisa primeira e mais simples, a gente acredita em uma produção do conhecimento associada”. “Nosso objetivo seria recuperar a memória das exposições que o AN já havia realizado (presencialmente)... até para contar um pouco da história da difusão feita por exposições no AN, que lidera essa forma de fazer difusão. Tinha o interesse de atingir novos públicos e de dar uma sobrevida às exposições presenciais que nós tínhamos realizado, não mais em condição de itinerar”.

Perfil do público	Abrangência de público não especialista em arquivos	“Sempre que você consegue um grande público (na exposição presencial), é um público limitado que você consegue alcançar. Então colocar virtualmente (as exposições) dava para a gente a sensação de que atingiria a um público maior, mais diverso”. “A gente trabalha nas exposições presenciais e virtuais com um público muito geral. Houve até, em algum momento, uma intenção de se voltar para um público mais de pesquisadores, só que o que a gente observa não é isso. Aqui a instituição tá aberta, entra qualquer um, a gente está perto da Central do Brasil, entra qualquer tipo de pessoa com os mais diferentes interesses, é bem diferenciado o interesse. E, no virtual, da mesma forma”. Então o que a gente tenta fazer é uma linguagem que permita abordar e ser interessante para diferentes faixas etárias, níveis de instrução... mas a gente não tem um estudo de público mais aprofundado para pensar estratégias específicas para o público que, de fato, a gente consegue alcançar”.
Linguagem	Recontextualização intencional da linguagem	“Quando a gente pensa no nosso público-alvo tem que trabalhar com um público bem amplo, então tem que tomar cuidado com a linguagem para ela não ser uma linguagem excessivamente acadêmica, mas também sem desrespeitar a inteligência do público. Instigá-lo também é importante”. “Por conta das formações da equipe, às vezes a gente tende a usar uma linguagem mais rebuscada, ou com termos que são pouco usuais, de pouca divulgação entre um usuário mais geral. Mas aí a gente sempre lê um o texto do outro – e a área da revisão também nos ajuda nisso – de forma a... sem desrespeitar a inteligência do público, tentar apresentar os nossos textos, as nossas legendas de uma maneira que sejam instigantes, mas não herméticos. Isso na linguagem escrita, mas a gente também faz uma pesquisa da linguagem das imagens, o documento entra como uma imagem. A gente pesquisa sobre isso, de que forma a gente pode tornar um documento mais interessante de ser visto por um público mais geral, que associa, de uma maneira simplista, arquivo a lugar de documento velho. Como é que a gente pode romper com essa visão? Apresentar um documento como imagem de uma maneira interessante, especialmente quando a gente trabalha com vídeos, e a gente coloca esses vídeos no ar também no nosso canal do YouTube. Tem vídeos que são específicos para as exposições virtuais, a gente também pensa nessa linguagem. Por exemplo, a gente tem aqui muitas imagens da Agência Nacional, é um de nossos acervos nominado “Memória do Mundo” (...), e ao longo de sua duração fazia propaganda dos governos. Então como usar essas imagens sem parecer que a gente está endossando um olhar do período ditatorial? Então a gente desconstrói isso usando outras formas de linguagem: é na legenda, ou na cartela que a gente coloca em um vídeo, é no som que a gente usa... A gente pega um vídeo, por exemplo, e desconstrói ele todo. Raramente se pega um trecho inteiro e usa conforme ele está no original. A gente pega imagem de um vídeo com som de outro vídeo, escreve uma cartela, para tentar fazer com que o público reflita sobre aquilo que ele está vendo. É lógico que a gente sabe que essa reflexão é livre e cada um vai apropriar de maneira diferente, mas aí também a gente não pode deixar de ter uma intencionalidade na curadoria”.

	Compreensão esclarecida do conteúdo pelo público	“A gente busca essa compreensão e esse é o nosso público principal, na verdade (não especializado em arquivos). A ideia é tornar esse acervo mais conhecido. A gente faz um trabalho com visitação de escolas, desde crianças a adolescentes, alunos de universidades... porque a ideia é que quanto mais conhecido, mais chance ele tem de ser preservado e de que a sociedade lute por ele. Com a amplitude de público das exposições virtuais, a ideia também é essa, já que é um público não especializado em arquivos ”.
	Fidelidade ao conhecimento arquivístico original	“A gente trabalha com rigor científico , que perpassa tudo que a gente faz: na hora de conceber o tema, delimitar o objeto, a gente percorre praticamente todas as etapas de uma pesquisa científica, só não fazendo a validação e teste de hipóteses que não cabe para esse tipo de trabalho, mas a gente perpassa as etapas de produção do conhecimento científico, então não existe espaço para visões sensacionalistas a partir do nosso acervo... embora a gente saiba que hoje exista até mesmo na divulgação científica muito disso. É o fato curioso, é a personalidade, quase o culto à personalidade, ou deboche. (...) A ideia é sempre trabalhar por temas, e não existe espaço para o (fato) curioso porque isso se opõe à historiografia, onde a gente se apoia para delimitar os temas (...), mas sempre procurando contextualizar o documento através dos textos e legendas que a gente elabora”.
Interdisciplinaridade	Competências profissionais de mais de uma área do conhecimento	“A área de pesquisa propõe os temas e produz as exposições virtuais, no sentido de fazer a pesquisa no acervo, propor os textos e as legendas, e a gente tem também uma área de programação visual e outra de editoração dentro dessa coordenação maior de pesquisa e difusão do acervo (COPEd). A gente tem buscado, a partir da programação visual, uma aproximação com o campo da arte. (...) Como não existe quase literatura no campo da Arquivologia para tratar de difusão, de uma forma geral, e muito menos ainda para tratar de exposições a gente busca apoio no campo da Museologia e para a parte criativa, a gente se apoia no campo da arte”. “Tem um núcleo da pesquisa que foi formado por historiadores (...), a esse grupo foram sendo agregados novos profissionais, por conta de uma dinâmica que existe mesmo no serviço público, abre concurso novo, órgãos são extintos e os funcionários tem que pedir transferência, etc. Temos cinco historiadores, uma cientista política, eu, que sou da área de turismo, uma antropóloga... a maioria da equipe tem titulação de mestrado ou doutorado, variando em História, Antropologia, Ciência Política... isso dentro da área da pesquisa. Aí você tem na área da programação visual artistas plásticos, gente formado em Belas Artes, formações diferentes. E junto aos revisores que fazem o texto, também têm formações diferentes. É interdisciplinar, enriquece bastante”.

Fonte: Elaboração própria (2018), grifos nossos.

ENTREVISTA E3 – Exposições virtuais (APESP)		
Categoria	Unidade de Registro	Unidade de contexto (E3)
Objetivo	Comunicação do fenômeno arquivístico e/ou dos acervos da instituição (serviços/produtos)	“A função da difusão é difundir a instituição, os trabalhos técnicos da instituição e da área dos arquivos e difundir o acervo no seu sentido mais amplo possível. (...) O nosso intuito maior é difundir o conhecimento arquivístico mesmo. Se a gente faz uma bela exposição e que não tem isso, pra mim, é o que eu chamo de uma difusão de baixa intensidade. Você fez uma exposição bonita, muito visitada, mas que você não chama a atenção para esse universo tão peculiar, tão descuidado por todo mundo aí fora... pra mim, não valeu a pena. Não expôs aquele universo cotidiano dos arquivos”. “Nós temos a função precípua de organizar e disponibilizar informações que estão em um estado de caos. Buscar dar sentido a esse caos de informações para disponibilizá-las ao grande público é parte do nosso desafio”.
Perfil do público	Abrangência de público não especialista em arquivos	“Conhecer o usuário do arquivo ou o potencial usuário do arquivo é uma questão complexa. Eu entendo que o arco de usuários do arquivo é muito amplo, muito amplo. Uma questão que nos levou a uma visão muito crítica ao período anterior é essa, que situava a difusão do arquivo sobre um público muito específico, os pesquisadores e o público escolar. A gente entende que o público do arquivo é muito mais amplo, começando inclusive com a Administração Pública, que é o nosso público por excelência, digamos assim. Mas quando fazemos as exposições, nosso objeto não é centralmente falar ou ensinar sobre um período histórico, (...) a gente quer atingir o cidadão em geral, claro, e a exposição também pode auxiliar pesquisadores que não têm uma formação arquivística. Se você for olhar as possibilidades, o público escolar é sempre um público cativo nosso e alvo nosso também, mas com outro interesse: a gente não quer dar aula de História, a gente quer falar sobre o arquivo”.

Linguagem	Recontextualização intencional da linguagem	“Os conceitos e conhecimentos típicos de arquivo que estamos desenvolvendo na nossa área são complexos, até quem é da área tem dificuldade em buscar uma unidade. São conceitos e práticas complexas, vamos colocar um raciocínio muito simples: eu tenho muita dificuldade em explicar a um cidadão comum, a uma pessoa que não é de arquivo – mesmo pessoas que são usuárias de arquivos, como tipicamente os historiadores – o que é um arquivo, o que se faz em um arquivo. É uma coisa muito abstrata na cabeça das pessoas, até mesmo pela polissemia do termo: arquivo é uma estante; é um armário; pode estar vinculado a um texto, um documento eletrônico; é o prédio; arquivo é principalmente um depósito de papel velho. (...) É muito difícil me comunicar até no cotidiano com as pessoas... essa é uma dimensão da difusão. Como é que eu vou transformar esse esforço de, sem perder o rigor técnico e científico, estabelecer um diálogo com um grande público para que eu possa passar essa ideia daquilo que a gente faz, daqueles conceitos que a gente usa? (...) A gente procura fazer um texto que atinja níveis diferenciados de percepção, de dificuldade. No caso das exposições virtuais, você coloca o texto com um título que chame a atenção, com uma linha fina que dá um subtítulo, com um texto curto e rápido, mas a gente tem que oferecer a possibilidade do aprofundamento daquilo para aquele cara com o conhecimento mais apurado, que quer ir mais longe, vai lá, dá um clique e aprofunda mais, seja por um texto maior, um glossário ou uma indicação bibliográfica”.
	Compreensão esclarecida do conteúdo pelo público	“As nossas exposições virtuais não explodem um interesse só pelo nosso acervo, mas pelos arquivos em geral. Como todo mundo é produtor de arquivo, as exposições virtuais devem, de alguma forma, estimular a se pensar essas dimensões que o arquivo tem na vida cotidiana de todo mundo. (...) O arquivista seria uma espécie de demiurgo que transformaria o caos informacional dos arquivos em uma narrativa compreensível e legível para as pessoas, organizando a informação para disponibilizá-la de uma forma inteligível ao público, dentro de um contexto histórico”.
	Fidelidade ao conhecimento arquivístico original	“(...) Primeiro, procurar não cometer nenhum deslize teórico-conceitual. Temos uma área do conhecimento que está em formação, a nossa área da Arquivologia ainda é uma área muito em formação, muito em busca dessa identidade de área, de campo do conhecimento. Ainda há muitas controvérsias quanto a conceitos que estão se formando, se estabilizando, principalmente nessa parte da difusão (...). Mas há uma preocupação muito grande na produção dessas exposições, ainda mais na condição do APESP, que tem uma proeminência muito grande até no plano nacional. Um desvio do ponto de vista conceitual, uma coisa mal colocada, não é legal: o cuidado é grande”.

Interdisciplinaridade	Competências profissionais de mais de uma área do conhecimento	“Fazendo uma análise dessas exposições feitas até 2014, eu sugeriria que essas áreas da História, o pensamento de historiadores que estão ali reunidos para fazer exposições virtuais, e também gente da área de Educação, da Pedagogia. Me parece que essas duas áreas do conhecimento confluem para a produção desse material virtual nessa primeira fase. No caso das outras exposições (após 2014), nós jamais faríamos a exposição ‘Em nome d’El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo’, por exemplo, sem a múltipla competência dos trabalhadores do acervo textual. Nós da difusão não temos esse saber-fazer da organização documental. Como nosso propósito foi expor esse trabalho técnico, a gente buscou ter um olhar muito rigoroso para que nenhuma informação ali escapasse dos conceitos que articula a nossa área dos arquivos. Internamente, tivemos a assessoria de colegas que são historiadores, além de responsáveis pelo tratamento arquivístico do acervo; paleógrafos (...); o pessoal da área de conservação e restauro foi todo envolvido; filólogos; além de pessoas responsáveis pelo tratamento arquivístico do acervo. Além disso, convidamos parceiros como Heloísa Bellotto e Ana Maria Camargo, que nos orientaram quanto à produção da narrativa dessa exposição, em especial. (...) Sem uma articulação maior de saberes teria sido impossível fazer essa exposição do jeito que a gente fez”.
-----------------------	--	--

Fonte: Elaboração própria (2018), grifos nossos.

ENTREVISTA E4 – Vídeo “Gestão Documental e Acesso à Informação” (APESP)		
Categoria	Unidade de Registro	Unidade de contexto (E4)
Objetivo	Comunicação do fenômeno arquivístico e/ou dos acervos da instituição (serviços/produtos)	“O vídeo vem desse esforço de comunicação mesmo e de ampliar o alcance dessa ideia. A gente tem essa coisa no SAESP bem normativa, então fica tudo mais formal, é o perfil do trabalho. Então daí ter um recurso um pouco mais interativo, um pouco mais de comunicação. (...) É um instrumento de divulgação do arquivo, do trabalho dele. (...) Então até por isso (o vídeo) começa com uma questão pessoal, de trazer a questão que se dá no universo ampliado da Administração Pública para a questão cotidiana: ‘você sabe onde está seu documento, a importância do RG...’. E se você não sabe onde ele está você não vai acessar, e sem ele você não faz prova de quem você é”.
Perfil do público	Abrangência de público não especialista em arquivos	“São fatias... um público primeiro é interno ao Estado, mas não só os colaboradores imediatos, que são as comissões (Comissão de Avaliação de Documentos de Acesso/CADA), mas que pudesse comunicar aos que não estão envolvidos diretamente nesse trabalho, que seria qualquer servidor, mas que precisa entender isso, saber dessa questão. Então tem o público que compõe as CADA; os responsáveis de SICs que assumiram esses serviços nos órgãos, mas que precisam entender o vínculo desse trabalho que eles estão fazendo com os arquivos e com a gestão documental; o servidor, de uma maneira geral; e o cidadão, já que o vídeo está disponível no site do APEP e nas redes sociais”.

Linguagem	Recontextualização intencional da linguagem	“ Houve intencionalidade nisso. Porque tirar o arquivo da sombra e trabalhar para que as pessoas reconheçam a função dele é um exercício de modulagem da linguagem. Dentro da administração, essa atuação para se fazer presente para algum determinado público passa muito por uma linguagem jurídica formal, então trazer as atribuições, a legislação, a LAI (Lei de Acesso à Informação), então para você conquistar esse espaço de atuação respaldando na questão jurídica é muito importante (...) mas também você tem que ter uma linguagem para conversar com o seu público colaborador, que também não é muito diferente de um público usuário, então daí o esforço de trazer para um entendimento comum. (...) Então o vídeo traz uma narrativa que vai do mais simplificado para trazer a pessoa para esse entendimento do que a gente faz em um universo maior, que é o da administração”.
	Compreensão esclarecida do conteúdo pelo público	“Essa é a função (do vídeo): passar a atribuição desse órgão (APESP) e a importância desse trabalho de uma forma que um leigo possa entender. Então o vídeo passa essa questão da responsabilidade, da legislação, do Direito, mas de uma maneira mais suave, diferente de uma apresentação institucional em que você ‘pega’ a lei e apresenta os artigos de forma dura”.
	Fidelidade ao conhecimento arquivístico original	“O vídeo traz uma fidelidade ao conhecimento original. Até, sendo franca, quando o vídeo foi lançado, tiveram pessoas achando o vídeo ainda pesado para a função dele, ainda com muita informação, talvez quebrar... aí entram outras questões”.
Interdisciplinaridade	Competências profissionais de mais de uma área do conhecimento	“A modelagem do roteiro foi um trabalho difícil para o texto do vídeo não sair descolado do formal, dos conceitos. Então foi um trabalho da empresa (contratada para fazer o vídeo) trazer essa linguagem audiovisual, essa ilustração, esse ritmo, quebrar as falas... mas a modelagem toda do texto foi muito revista pelo pessoal da casa mesmo. As formações foram em História e Arquivologia também, além de Jornalismo”.

Fonte: Elaboração própria (2018), grifos nossos.

APÊNDICE D – Compilação dos resultados das categorias analisadas

CATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO	ANÁLISE			
		A1	A2	A3	A4
Objetivo	Comunicação do fenômeno arquivístico e/ou dos acervos da instituição (serviços/produtos)	Disponibilizar ao público o acervo da instituição, torná-lo acessível	Comunicar ao público o acervo da instituição e recuperar a memória da instituição	Comunicar ao público o acervo da instituição de modo ordenado	Comunicar ao público o fenômeno arquivístico, ampliando o seu alcance
Perfil do público	Abrangência de público não especialista em arquivos	Pesquisadores com dois tipos de interesse: acadêmico ou probatório	Ampla e diversificada, incluindo o sujeito não especializado em arquivos	Administração pública, acadêmico, escolar e o cidadão comum	Administração pública, e o cidadão comum
Linguagem	Recontextualização intencional da linguagem	Predomínio do vocabulário técnico do sistema (“grande enigma”) afeta a clareza da compreensão do produto pelo público. Iniciativas paralelas à ação, como tutoriais do YouTube, visam a minimizar essa barreira da linguagem	Recontextualização da linguagem a partir de recursos artísticos e audiovisuais. Fidelidade ao conhecimento arquivístico original. Intenção de promover a compreensão esclarecida do conteúdo pelo público	Uso de linguagem textual que alcance diferentes níveis de percepção pelo público, com a opção de aprofundamento do conteúdo por hiperlinks. Transformação do conteúdo do acervo em um discurso legível e compreensível	Abordagem indutiva da narrativa, do particular para o geral, chamando o público para um diálogo. Uso de figuras de linguagem e recursos audiovisuais para produzir novo discurso, fiel ao conhecimento original
	Compreensão esclarecida do conteúdo pelo público				
	Fidelidade ao conhecimento arquivístico original				
Interdisciplinaridade	Competências profissionais de mais de uma área do conhecimento	Equipe interdisciplinar	Equipe interdisciplinar	Equipe interdisciplinar	Equipe interdisciplinar

Fonte: Elaboração própria (2018).

APÊNDICE E – Transcrição do áudio narrado no vídeo selecionado (APESP)

Ei, você sabe onde está o seu RG neste exato momento? “Rá”, essa foi fácil...ou então pode me dizer onde está a sua certidão de nascimento? Guardada em um local seguro? Você percebe que precisa de seus documentos para provar quem você é e o que pode fazer?

Uma questão interessante: você sabia que o fato de ter nascido e o fato de continuar existindo não são suficientes para que você possa viver no mundo atual? Estando, não? De fato, você não pode entrar numa escola, adquirir uma casa própria ou sair do país sem que um documento escrito ateste legalmente a sua existência. Um documento precisa provar que você existe antes de você poder exercer seus direitos de cidadania ou receber a proteção da lei.

Os documentos são quase tão importantes quanto o ar que respiramos, mas você só se lembra deles quando precisa e não acha. Os documentos comprovam fatos, registram a história, garantem os direitos do cidadão e servem de evidência ou prova de ações de indivíduos e do próprio Estado. Por isso, são instrumentos de apoio à administração, à cultura, e ao exercício pleno da cidadania. Assim como você, o governo também registra e comprova suas atividades por meio dos documentos públicos e tem o dever de prestar contas de seus atos para a sociedade. É por isso que o governo tem que cuidar muito bem de seus documentos, mas você consegue imaginar a quantidade de documentos que só a Administração Pública do Estado de São Paulo produz todos os dias? Você imagina o trabalho que é manter toda essa documentação organizada e pronta para ser consultada por qualquer cidadão ou dirigente?

Talvez você não saiba, mas existe um órgão do Governo do Estado de São Paulo que é responsável por gerenciar e preservar a documentação pública do governo do Estado: é o Arquivo Público do Estado de São Paulo, que por meio do departamento de gestão do SAESP formula e implementa a política de arquivos e gestão documental, para promover a organização e o acesso aos documentos que são importantes para a sociedade e para Administração Pública.

O Arquivo Público do Estado atua em conjunto com Ministério Público e outras instituições na proteção do patrimônio documental público e na defesa do direito de acesso à informação, tanto na esfera estadual, quanto no âmbito das administrações municipais. Ao contrário do que muitos pensam os arquivos não são depósitos de papéis velhos sem utilidade, eles não estão mortos.

Os arquivos dos órgãos públicos são responsáveis por gerenciar a produção, organizar, preservar e dar acesso aos documentos da Administração Pública. São ferramentas fundamentais para a defesa dos direitos dos cidadãos, para a fiscalização e controle das ações do governo. Os documentos auxiliam na construção da nossa identidade, pois nos ajudam a compreender o passado e a construir o nosso futuro. Com arquivos organizados e documentos acessíveis a todos o governo se torna mais transparente, responsável e eficiente.

Com a implementação de uma política de gestão documental, os arquivos passam a prestar serviços de forma mais eficiente e a guardar os documentos de modo mais racional, evitando-se que os órgãos públicos mergulhem num mar volumoso e desorganizado de documentos e informações. Para garantir a efetivação dessa política, o Arquivo Público do Estado trabalha para fazer o Sistema de Arquivos do Estado (SAESP) funcionar. Por isso, foi criado o programa informatizado chamado SPdoc, que permite que os documentos possam ser localizados via internet tanto pelo governo, quanto pelos cidadãos interessados.

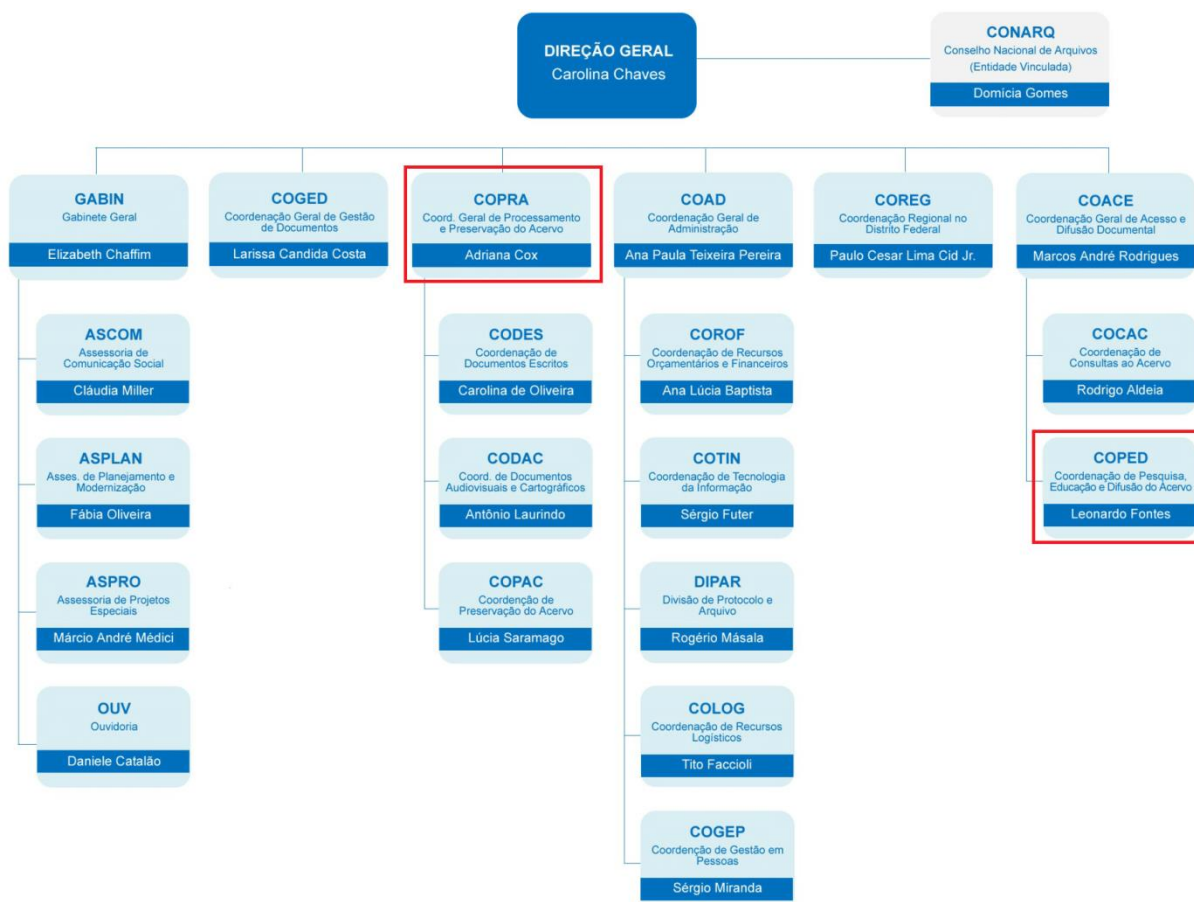
O SPdoc permite acompanhar a tramitação do documento desde a sua produção até o seu destino final. O objetivo é que todos consigam localizar os documentos de seu interesse com apenas alguns cliques, a partir de um computador conectado a internet. É uma ferramenta que contribuirá para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, sancionada em 18 de novembro de 2011.

A Lei de Acesso determina que órgãos e entidades do poder público devem garantir o acesso imediato às informações e documentos públicos. Tradicionalmente, os documentos disponíveis eram apenas aqueles mais antigos, que ingressavam nos arquivos permanentes, conhecidos também como arquivos históricos. Com a nova Lei de Acesso à Informação, a sociedade poderá acessar o documento que quiser, exceto os sigilosos, em qualquer momento da sua tramitação e arquivamento.

A política estadual de arquivos e gestão documental é fundamental para que a sociedade conheça e fiscalize a atuação da Administração Pública. O poder público deve promover a estruturação e o funcionamento de arquivos bem equipados e modernos, para disponibilizar ao público os documentos e as informações neles registradas.

Acesse o site www.arquivoestado.sp.go.br e saiba mais sobre como o Estado de São Paulo vem garantindo o seu direito de acesso à informação.

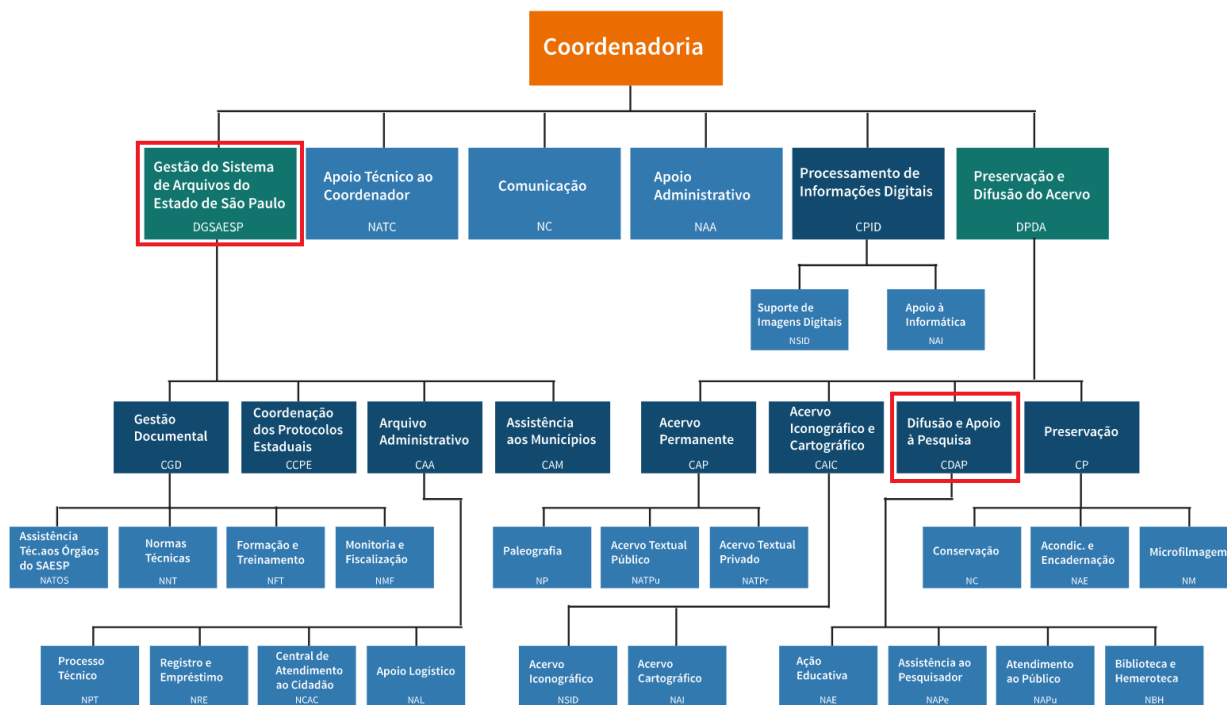
ANEXO 1 – Organograma do Arquivo Nacional



Fonte: Portal eletrônico do Arquivo Nacional⁶⁷ (2017), grifos nossos.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/conteudo/acesso-a-informacao/organograma.pdf>. Acesso em 11 nov. 2017.

ANEXO 2 – Organograma do Arquivo Público do Estado de São Paulo



Fonte: Portal eletrônico do APESP⁶⁸ (2017), grifos nossos.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/estrutura>. Acesso em 11 nov. 2017.